



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO CAJU E O MODO DE
VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DE
MANJACAZE**

MARIA ALBERTINA GOMES CHALE CHAMBE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

**BRASÍLIA/DF
JULHO/2011**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO CAJU E O MODO DE
VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DE
MANJACAZE**

MARIA ALBERTINA GOMES CHALE CHAMBE

ORIENTADOR: PROF. DR. SÉRGIO SAUER

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS
PUBLICAÇÃO: 57/2011**

**BRASÍLIA/DF
JULHO/2011**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

CHAMBE, M. A. G. C. Sistemas de produção agrícola do caju e o modo de vida dos pequenos produtores familiares de Manjacaze. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade. 2011, 199 p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

CHAMBE, Maria Albertina Gomes Chale

Sistemas de produção agrícola do caju e o modo de vida dos pequenos produtores familiares de Manjacaze; orientação de Sérgio Sauer. – Brasília, 2011.

199p.:Il

Dissertação de Mestrado (M) Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2011.

Palavras chave: INCAJU, sistema de produção, produção do caju, pequenos produtores familiares, qualidade de vida.

I. Sauer, S. II. Título

CDD ou CDU

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO CAJU E O MODO DE
VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DE
MANJACAZE**

MARIA ALBERTINA GOMES CHALE CHAMBE

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRONEGÓCIOS, COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM AGRONEGÓCIOS**

APROVADA POR:

**SÉRGIO SAUER DR. (UNB)
(ORIENTADOR)**

**MAURO EDUARDO DEL GROSSI DR. (UNB)
(EXAMINADOR INTERNO)**

**MARCELO CARVALHO ROSA DR. (UNB)
(EXAMINADOR EXTERNO)**

BRASÍLIA/DF, 12 DE JULHO DE 2011

Em especial aos meus pais (Chale e Odete) que iniciaram minha educação e formação
Ao meu marido (Chambe), que alimentou e deu continuidade o sonho dos meus pais
Aos meus lindos e maravilhosos filhos de coração Dany e Milena
Que comigo festejam minhas conquistas e choram meus fracassos
Quero continuar o orgulho de filha, mulher e mãe/tia para vocês

AGRADECIMENTOS

Várias instituições e pessoas contribuíram para que este trabalho fosse possível. A todos os meus mais sinceros agradecimentos.

Entretanto, em especial e fundamentalmente, quero agradecer ao meu marido Afonso Chambe que, por motivos de trabalho, teve que se deslocar ao Brasil, tornando possível a continuidade da minha formação acadêmica. Marido, muito obrigado. Muito obrigado ainda por ter me acompanhado nestes dois anos de batalhas e principalmente em toda minha pesquisa de campo. Lembro-me das tuas palavras quando dizias “nem no tempo da tropa eu tinha desbravado tanta mata assim em busca de gente”. Essa gente, marido, era relevante para que hoje eu alcançasse esta vitória. Mais uma vez, marido, foste o exemplo de vida e o espelho de onde quero olhar-me quando crescer.

Agradeço de coração a minha família (meu pai, minha mãe, irmãos, irmãs, cunhados e sobrinhos). Palavras não tenho para expressar minha gratidão. Especialmente às minhas irmãs, Nonoca e Nela que ficaram sozinhas cuidando dos nossos pais e eu ausente. Afinal eles precisam mais de todos os filhos hoje e eu não posso estar presente, neste que é o momento muito especial para eles. Manas, muito obrigada!

Vai meu especial agradecimento para o meu orientador, professor Sérgio Sauer, que muito contribuiu para que este trabalho se concretizasse. Tudo que eu for a dizer neste momento é pouco para expressar minha apreciação na sua disposição com relação à orientação. Criticou-me quando foi preciso. Elogiou-me quando mereci. Senti-me totalmente orientada, desde a definição do tema até a última linha e palavra desta dissertação, ou seja, o professor Sérgio foi muito mais que um orientador. Foi um parceiro, amigo, por vezes pai e encarregado de

educação. Vou me lembrar sempre dos seus conselhos e pretendo levá-los comigo e aplicá-los sempre que for preciso. Professor, obrigado é pouco, mas é a única forma que tenho em meu poder para lhe agradecer: muito obrigada!

Ao professor Aninhoamigo e irmão moçambicano, quem me ajudou a desenhar o pré-projeto do mestrado, ainda leu e ajudou nas correções desta dissertação. Vou me lembrar sempre das primeiras palavras de orientação por ti dadas quando me disseste, “isso até é importante para o projeto, mas não é referencial teórico”. Afinal, esse era o começo de tudo. Quantas vezes mais ouvi essa mesma frase e tive que mudar o referencial! Doutor muito obrigada!

Agradecimentos especiais vão para os senhores Higino Marrule da TECHNOSERVE, Santos Frijone, Paulino Siteo e Domingos Guisseme funcionários do INCAJU que foram fundamentais para a minha pesquisa de campo. Sem o vosso apoio e sem sua paciência, Domingos, nada disto teria sido como foi. A todos, Muito obrigada!

Agradeço ainda a todos os produtores que foram maravilhosos e me receberam com toda boa vontade. Perceberam minhas perguntas, mesmo quando eu me enrolava toda na tradução. Vocês foram pacientes comigo. Responderam-me todas as questões até quando entrei no mais profundo da vossa privacidade. A todos, Muito obrigada!

Não posso deixar de agradecer aos meus três mais importantes colegas e amigos do mestrado, Nathalia, Rosimeire e Paulo. Como sempre digo Nathalia, você é quem de fato é minha colega e juntas vencemos a primeira etapa. Meire e Paulo, os que me receberam no mestrado, tornamo-nos numa tripla imbatível, tiramos quem estivesse no nosso caminho. Meire você se tornou na minha mais recente amiga de infância. Amigos o meu Muito Obrigada!

RESUMO

As transformações ocorridas nas diversas fases de desenvolvimento de Moçambique impactaram sobremaneira o meio rural agrícola, com influência na organização do processo produtivo. Foi o que se verificou com as mudanças políticas na transição do período colonial para o pós-independência, com a implantação de políticas economia planificadas e centralizadas. Da mesma forma, produziram mudanças significativas as políticas públicas implementadas nos anos 1980, em busca de uma economia de mercado. O setor agrícola de produção de caju esteve submetido a essas transformações, porém, com consequências desastrosas para a produção e na própria organização dos sistemas de produção praticados, implicando a necessidade de intervenções governamentais que pudessem dar uma nova dinâmica ao setor. É dentro deste contexto, que é abordado neste estudo os sistemas de produção do caju no distrito de Manjacaze no âmbito dos pequenos produtores, bem como mostrar os impactos dos sistemas na melhoria da qualidade de vida das famílias produtoras. Assim, aliando a abordagem sistêmica ao recurso às variáveis e indicadores sócio-econômicos como, caracterização dos agregados familiares, meios de produção utilizados, relações sociais, atividades agrícolas e não agrícolas implementadas e a comercialização da produção, são classificados e categorizados três níveis de sistemas de produção do caju no distrito. Cada um deles é composto por diversas unidades produtivas que irão se diferenciar nas condições de vida, entre as que se mostrarão sem nenhuma possibilidade de se observar qualidade de vida para as suas famílias, até aos mais dinâmicos e com condições de vida mais aceitáveis aos padrões vigentes nos meios rurais de Moçambique. Diante das particularidades observadas com relação à racionalidade do comportamento e lógica das decisões produtivas procurou-se fazer um enquadramento teórico da abordagem sobre o campesinato para conferir-lhes natureza própria de produção. Ao final, pôde-se observar que os sistemas possuem um comportamento próprio operando com formas características da vivência ditada por hábitos e cultura local, sendo dessa forma que lidam com a cultura de caju e através dela conseguem, de certa forma, melhorias na sua qualidade de vida. Ficou a percepção de que as políticas públicas direcionadas ao setor, ainda que enquadradas, precisavam ser ajustadas a se tornarem mais interventivas no sentido de melhor colaborar e proteger o segmento agrícola de produção.

Palavras chave: INCAJU, sistema de produção, produção do caju, pequenos produtores familiares, qualidade de vida.

ABSTRACT

The changes occurred in diverse phases of Mozambique development had a big impact in the rural agriculture, with an influence in the organization of the productive process. That was what it found with the politics changes in the transition of the colonial period to post-independence, with the implementation of economic policies planed and centralized. At the same way, it produced significant changes to the public policies implemented in 1980's, in search of market economy. The agriculture sector of Cashew production was submitted to these changes; however, with disastrous consequences in the production and their own organization of the production system practiced, implying the necessity of governmental intervention that could give a new dynamic to the sector. It is within this context that is discussed in this study the production system of cashew in Manjacaze District, under the smaller producers, as well as, shows the impacts that the systems have in improving the quality of life of families' producers. Thus, combining the systematic and resource to the various and indicators of socio-economic such as, characterization of household, types of production used, public relations, agriculture activities and not agricultures implemented and the commercialization of the production, are classified and categorized three levels production system of cashew in the District. Each of them is composed of various productive unities that will be differentiate in the life conditions, between what will be demonstrate without any possibility to observe the life quality in their families, until the most dynamic and with life condition more acceptable to the standards prevailing in the rural areas of Mozambique. Given the particularities observed with relation to rationality of behavior and logic of the productive decisions we made a theoretical framework of the approach over the peasantry to confer the nature of the production. At the end, it is possible to observe that the system has its own behavior operating with characteristics forms of living dictated by local habits and culture, that way they deal with a cashew culture and get through it, somehow, improvements in their life quality. Left the perception that the public policies directed to the sector, even frame, needed to be adjust to become more interventional in order to better collaborate and protect the agricultural production sector.

Key Words: INCAJU, production system, cashew production, small family producers, life quality.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Mapa de Moçambique

Mapa 2 – Mapa do distrito de Manjacaze

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução numérica da extensão agrária por província

Tabela 2 – Critérios de classificação das explorações agrícolas familiares

Tabela 3 – Variáveis de estudo, indicadores de análise das unidades familiares

Tabela 4 – Variáveis de estudo e indicadores de análise do contexto externo as unidades familiares

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção de castanha: castanha comercializada (em toneladas)

Gráfico 2 – Produção de castanha: castanha comercializada (em toneladas)

Gráfico 3 – Produção e distribuição de mudas de cajueiro 2003\2007 (unidades)

Gráfico 4 – Produção de mudas de cajueiro 2005/2010 em quantidade

Gráfico 5 – Evolução do programa de pulverização (árvores tratadas e famílias beneficiadas)

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Mudanças de plantas não identificadas, de produção caseira, encontradas na unidade familiar de um produtor.

Foto 02 – Provedor de serviços 07, atendendo uma paciente da comunidade

Foto 03 – Exemplo típico de uma habitação do SP1

Foto 04 – Exemplo de um cômodo de banheiro do SP1

Foto 05 – Exemplo de uma habitação de dois cômodos do SP2

Foto 06 – Exemplo de uma habitação do SP3

Foto 07 – Lagoa de Nhambavale, a maior lagoa de todo o distrito (PA Chidenguele)

Foto 08 – Exemplo de uma das formas de conservação do aguardente de caju

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADRA – Agencia Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
- BM – Banco Mundial
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agrária
- FJC – Fundação Joaquim Chissano
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GAPI-SI – Sociedade de Investimentos
- IIAM – Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
- INCAJU – Instituto do Fomento do Caju
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- MADER – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (atualmente MINAG)
- MAE – Ministério da Administração Estatal
- MINAG – Ministério da Agricultura
- MF – Ministério das Finanças
- MPD – Ministério do Plano e Desenvolvimento
- OIIL – Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais
- ONG – Organizações não governamentais
- PA – Posto Administrativo
- PRE – Programa de reabilitação econômica
- PRES – Programa de reabilitação econômica e social
- TECHNOSERVE – Business Solution to Poverty
- USAID - United States Agency for International Development
- UEM – Universidade Eduardo Mondlane

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO, ATORES E POLÍTICAS PARA O SETOR AGRÍCOLA DO CAJU	10
1.1. O processo histórico de produção do caju em Moçambique	11
1.1.1. O período colonial.....	12
1.1.2. O período pós-independência (1975-1997).....	15
1.1.3. O período atual (1997 em diante).....	21
1.2. Atores do setor agrícola de caju.....	25
1.3. Políticas públicas para o setor agrícola de caju	34
1.3.1. Estrutura fundiária – Lei de Terra.....	35
1.3.2. Programas de extensão rural	42
1.3.3. Política de crédito.....	54
CAPÍTULO II – A ABORDAGEM TEÓRICA DE ESTUDO	58
2.1. Enfoque sistêmico aplicado à agricultura e seus sistemas de produção	61
2.2. O segmento agrícola familiar.....	64
2.3. Universo geográfico e o levantamento de dados	68
CAPÍTULO III – OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO CAJU EM MANJACAZE	82
3.1. A estrutura agrícola moçambicana e o distrito de Manjacaze	82
3.1.1. O período colonial.....	83
3.1.2. O período depois da independência	86

3.1.3. O período agrícola atual	90
3.2. O caju e sua importância econômica	91
3.3. Caracterização e análise dos sistemas identificados no distrito de Manjacaze.....	95
3.3.1. Sistema de produção baseado em agregados familiares chefiados por mulheres ...	99
3.3.2. Sistema produtivo baseado em agregados familiares com decisões compartilhadas	103
3.3.3. Sistema produtivo baseado em agregados familiares chefiados por homens.....	110
3.4. Limitações para a produção e comercialização da castanha de caju em Manjacaze ...	117
CAPÍTULO IV – O MODO DE VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DE CAJU EM MANJACAZE	123
4.1. Discussão teórica do modo de produção camponés.....	123
4.2. Condições de vida das famílias que compõem os sistemas em Manjacaze.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS	177
APÊNDICES	189

Figura 1: Mapa de Moçambique



Fonte: http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/mapa_mocambique.jpg

INTRODUÇÃO

A agricultura é o setor econômico mais importante de Moçambique e principal atividade da grande maioria da população do país. Somente a atividade agrícola absorve 75% da força de trabalho economicamente ativa em Moçambique. Além disso, os produtos agrícolas constituem a principal fonte de sustento da população rural.

A atividade agrícola privilegia dois grandes grupos de culturas. Por um lado, encontram-se as culturas alimentares, realizadas na sua maioria pelo setor familiar de produção, com foco na produção do milho e mandioca, que garantem a segurança alimentar das famílias mais vulneráveis. Por outro, encontram-se o grupo de culturas destinadas à exportação e obtenção de renda, habitualmente chamadas de culturas de rendimento. Novos investimentos nestas culturas (rendimento) geralmente são feitos, na sua grande maioria, por produtores empresários, mais capacitados, embora empreguem nas suas unidades empresariais a força de trabalho proveniente dos pequenos produtores familiares. Entretanto, dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)¹ apontam para a agricultura como atividade onde predomina o setor familiar, sendo que até 2006 existiam cerca de três milhões de pequenas e médias unidades produtivas, sendo que o setor empresarial agrícola apenas emergente. Neste contexto, ainda que os produtores empresariais privilegiem culturas de rendimento, como forma de aplicar seus investimentos, continuam sendo os pequenos produtores os que garantem a produção agrícola, tanto de culturas alimentares como das culturas de rendimento.

Em Moçambique, o cajueiro é uma das culturas de rendimento e a sua produção é garantida, majoritariamente, pelos pequenos produtores familiares. O caju, seu fruto, é de uma

¹O Instituto Nacional de Estatística é responsável pela produção e difusão das informações estatísticas oficiais do país, instituição criada em 1996 (INE).

diversidade de usos. Apresenta especial interesse nutricional, pelo seu pseudofruto ou falso fruto, suculento e fibroso, consumido in natura ou processado, na forma de sucos, refrigerantes, bebidas alcoólicas e doces, sendo riquíssimo em vitaminas, proteínas, lípidos e carboidratos. É ainda um produto economicamente de interesse pela qualidade da sua castanha (verdadeiro fruto), de onde se extrai a amêndoa de caju. Esse produto é bastante procurado nos mercados, fundamentalmente dos países desenvolvidos.

As plantações de cajueiros são abundantes na maior parte das províncias de Nampula, Cabo-Delgado, Zambézia, Inhambane e Gaza. À disposição das famílias rurais é um produto capaz de resolver questões de segurança alimentar, de consumo, gerar rendimentos, fortalecer relações sociais, bem como possibilitar o melhoramento da qualidade de vida (LOW, MARRULE, BOUGHTON e PITORO, 2001). O país, já faz um aproveitamento mais econômico da cultura, mediante exportação da castanha *in natura*. Também fortalece, especialmente, o setor de processamento do caju local, considerado uma réplica de um modelo de produção de pequena escala, com utilização de mão-de-obra intensiva, porém, que é bastante promissora para oportunidades de geração de postos de trabalho assalariado (BRAD, 2008; TECHNOSERVE, 2008).

Entretanto, o potencial de produção agrícola para o caju é muito maior do que é apresentado atualmente. Nos meios rurais existem potencialidades rentáveis, capazes de serem exploradas para que se atinjam níveis de produção e produtividade desejáveis, bem como possibilidades de nascimento de um modo doméstico de produção agrícola, com a cultura de caju. Contudo, importa saber por onde começar, estabelecendo metas e objetivos em que, todos possam participar e se comprometer com as mesmas. É neste contexto que surge a motivação para o desenvolvimento do presente estudo, tendo como foco principal o

cajueiro, no contexto das unidades produtivas familiares em Moçambique, especialmente num distrito rural representativo de plantações de cajueiros da província de Gaza, o distrito de Manjacaze.

Grande parte da produção do caju é exercida pelos pequenos produtores familiares em pequenas parcelas de terra, nas quais dividem a produção de caju com culturas para a subsistência familiar, com culturas de rendimento e, em outros casos, com atividades pecuárias. O caju é ainda fonte suplementar de remuneração e melhoria de qualidade de vida e bem estar para as famílias produtoras. Porém, devido aos níveis atuais da produção e produtividade que se situam nos 3kg/árvore (considerados extremamente baixos), as famílias tendem a investir mais esforços e recursos em outras culturas agrícolas (INCAJU, 2008).

Paulo Mole (2000), em sua tese de doutorado, fez uma análise econômica de oportunidades para o desenvolvimento do caju e sua ligação com a segurança alimentar nas famílias rurais de Moçambique. Seu estudo focalizou fatores e incentivos institucionais para adoção e investimentos em tecnologias nas unidades produtivas familiares da província de Nampula, nordeste de Moçambique.

Kanji *et alli* (2004) levaram a cabo um estudo focalizado no processo de liberalização² do setor de caju em Moçambique. O estudo procurou mostrar o impacto da liberalização para as famílias e na utilização do caju como meio de sustento. Os autores focalizaram a condição do gênero (participação da mulher no setor de caju) e sua relação com a castanha de caju em todos seus estágios (produção, processamento, comercialização).

² Liberalização num contexto de abertura da economia ao mercado, mediado pelas instituições de Breton Wood. No capítulo I esta questão é abordada com maiores detalhes, junto com o processo histórico de produção do caju em Moçambique.

Paul Brad (2008) considerou uma abordagem mais social para o setor de caju. Analisando o impacto da indústria de caju nos distritos da província de Nampula (nordeste de Moçambique), procurou demonstrar como a indústria está transformando a estrutura econômica das pequenas zonas rurais, impulsionando a agricultura empresarial e as oportunidades de trabalho assalariado, como formas de combater a pobreza.

Nos anos mais recentes, para além da intervenção governamental no sentido de revitalização do setor, vem se observando uma maior participação de organismos não governamentais no interesse e contribuição para o alcance dos objetivos de fomento e maior participação do setor familiar na produção. Destaca-se a intervenção da Fundação Joaquim Chissano (FJC) que – buscando uma reconceituação do setor dirigida a uma estratégia de longo prazo para maximizar os múltiplos derivados do caju e a diferenciação com os concorrentes mundiais em particular a Índia – faz uma análise em termos de cadeias produtivas que o cajueiro e seus derivados poderão gerar. O estudo tem por objetivo contribuir para a política de fomento do caju, com seu programa denominado “Mais Caju Moçambique” (FJC/GAPI-SI, 2008). A ênfase deste programa está no aproveitamento de todos os derivados do cajueiro e não apenas na centralidade da castanha de caju, como vem ocorrendo até agora.

De uma forma geral, a perspectiva de abordagem dos estudos apresentados mostra preocupação com o potencial do setor baseado em: um setor industrial forte, uma necessidade de introdução de um setor empresarial agrícola, adoção de tecnologias que melhorem a produção, etc. Poucos estudos (não localizados) estão focalizados nos produtores tradicionais da cultura. Na verdade são estes produtores (os pequenos e tradicionais) que garantem a

produção, abastecem os mercados com o produto, fornecem matéria prima para a indústria, da mesma forma que fornecem o produto central das exportações moçambicanas.

Assim, ainda que um setor empresarial seja fundamental para responder a uma escala maior de produção, o pequeno produtor continua sendo participante fundamental do setor de caju. O problema central desta pesquisa é saber, quem é esse pequeno produtor, quais são as suas perspectivas e o que já foi feito ou está sendo feito (políticas públicas e programas governamentais) para que os pequenos produtores melhorem o potencial produtivo, esclarecendo qual a natureza e ligação dos mesmos com a cultura.

Na visão da FJC, as percepções prevalecentes para o setor se circunscrevem ao aproveitamento apenas de um dos derivados do caju, a amêndoa da castanha e no âmbito das políticas, o setor não considera uma perspectiva holística nos domínios tecnológicos, de gestão e institucional (FJC/GAPI-SI, 2008). Tomando em conta que Moçambique é um país em que a agricultura domina a atividade econômica, sendo a mesma representada, na sua maioria por pequenos produtores familiares, detentores de pequenas parcelas de terra agrícola, o estudo deste segmento mostra-se fundamental. Adicionalmente, a heterogeneidade dos produtores mostra possibilidades e oportunidades diferentes.

Segundo MADER (2000), assim como Castel-Branco (2008), estas diferenças de oportunidades acabaram criando dois grupos distintos de pequenos produtores familiares: a) os menos pobres, detentores de mais bens produtivos, rendimentos relativamente mais elevados e, conseqüentemente, com um consumo calórico igualmente mais elevado; b) os mais pobres com uma condição de bem estar e de propriedades oposta. Apenas focando nestes dois grupos, obviamente que, serão observadas distinções nas formas de organização das atividades produtivas, na finalidade da produção com conseqüências diretas nos níveis de

produção e produtividade agrícola. Este fato foi observado por Mole (2000) em seu estudo e considerou fundamental tomar os sistemas de produção objeto de pesquisas futuras focalizando grupos distintos de produtores familiares no contexto da produção de caju.

Assim, corroborando com a carência de estudos de sistemas de produção agrícola, com abordagem voltada aos pequenos produtores familiares, suas possibilidades produtivas e interações com o mercado e instrumentos governamentais, acredita-se ser relevante e oportuna a realização do presente estudo com base em uma abordagem sistêmica. Espera-se que com esta abordagem sejam evidenciadas tendências sócio-econômicas das comunidades, complexidades e sutilezas de produção, compartilhando e subsidiando a percepção do significado e contornos da produção de caju no contexto do modo de produção agrícola dos pequenos produtores familiares.

Acredita-se ainda que ambições para um setor de caju que responda às necessidades dos produtores envolvidos podem influenciar na criatividade e inovações, ainda que os mesmos se mantenham firmes às culturas e tradições locais, como refere o argumento a seguir:

A criatividade surge muitas vezes da frustração, particularmente quando se revela indispensável superar as capacidades existentes para assegurar a sobrevivência. O setor de caju moçambicano necessita de criatividade e inovação a todos os níveis, desde ideias aos métodos, das políticas às ações, até a monitoria e avaliação do desempenho e dos resultados (FJC & GAPI-SI, 2008, p.19).

Inspirado neste argumento, o presente estudo pretende responder as seguintes questões:

1. Quais são os instrumentos institucionais e organizacionais ligados ao segmento agrícola de caju? De que forma, tais instrumentos representam benefícios para os pequenos produtores familiares?

2. Como se caracterizam e, quais as limitações demonstram os sistemas de produção agrícolas do caju no âmbito dos pequenos produtores familiares de Manjacaze? Esses sistemas são capazes de responder aos intentos de melhoria de qualidade de vida para as famílias?

Procurando responder estas questões, o objetivo do presente estudo é identificar, caracterizar e analisar os sistemas de produção agrícolas do caju nos pequenos produtores familiares em Moçambique. Este objetivo geral está subdividido com base nas seguintes especificidades:

1. Identificar e caracterizar os diferentes tipos de produtores do caju;
2. Caracterizar os sistemas de produção atualmente praticados pelos pequenos produtores familiares do caju;
3. Analisar as limitações dos sistemas de produção aplicados no âmbito da produção do caju;
4. Analisar as limitações da participação nos mercados de comercialização do caju e o impacto na geração da renda para os pequenos produtores familiares,
5. Identificar e analisar os instrumentos institucionais e organizacionais em benefício dos pequenos produtores familiares do caju;
6. Analisar o impacto dos sistemas de produção vigentes nos pequenos produtores familiares para a melhoria das condições e qualidade de vida.

Assim, a metodologia usada neste estudo que respondesse as questões e os objetivos levantados foi com base na abordagem sistêmica, pela pertinência e capacidade de espelhar as diferenciações sociais e econômicas no interior das sociedades. Dentro do contexto sistêmico,

foi usada a Teoria dos Sistemas Agrários como suporte dos procedimentos técnicos e operacionais de pesquisa. Segundo Fritz (2009), a teoria dos sistemas agrários apresenta vantagens quando se torna necessário tratar de temas como a pluriatividade, a pobreza rural, a política para agricultura, sem contar que privilegia tendências históricas interações entre diferentes sistemas e seus funcionamentos.

Entretanto, com poucos dados de pesquisas na área de sistemas de produção à disponibilidade e pela importância que se dá a questões como valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, que embora subjetivas, enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos do seu significado para o grupo pesquisado, esta pesquisa teve um caráter exploratório de cunho qualitativo (GOLDENBERG, 2009). Portanto, para além das fontes secundárias, os dados principais da pesquisa foram obtidos com base em levantamento de campo por entrevistas semi-estruturadas com gestores públicos, pesquisadores da sociedade civil e junto aos pequenos produtores familiares de Manjacaze.

Os resultados do estudo são apresentados em quatro capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo faz-se a contextualização, apresentando o contexto histórico de produção do caju, ao mesmo tempo em que procura responder a primeira questão levantada no problema de pesquisa. Assim, com base em pesquisas bibliográficas e informações obtidas das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo com gestores públicos e pesquisadores da sociedade civil foi feito um levantamento dos atores participantes do processo de produção agrícola, bem como a discussão das políticas públicas para o segmento agrícola. O segundo capítulo indica a abordagem teórica que sustenta o estudo e mostra-se detalhadamente a forma usada no levantamento de dados de campo.

No terceiro capítulo são apresentados e caracterizados os sistemas de produção identificados em Manjacaze, respondendo ao segundo questionamento levantado. Assim, o capítulo inicia com a apresentação da estrutura agrária nos diversos períodos históricos de Moçambique, que fundamentam a atual organização do setor agrícola de produção. Faz-se uma breve apresentação da importância do caju, de forma a que fiquem esclarecidas a forma de organização e finalidade da produção nos sistemas identificados no distrito, bem como, são analisadas as limitações para os produtores com relação à produção e comercialização.

O quarto capítulo relaciona argumentos teóricos no contexto do campesinato, para explicar as decisões de produção e o modo de vida dos agregados familiares dos sistemas. Adicionalmente, são mostradas as condições de vida e as formas de melhoria da qualidade de vida das famílias de Manjacaze. Finalmente são apresentadas as considerações finais do estudo, bem como as referências bibliográficas usadas como suporte de análise.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO, ATORES E POLÍTICAS AGRÍCOLAS PARA O CAJU

Moçambique situa-se na costa oriental de África. Possui uma superfície total próximo a 800.000 km² e um litoral com pouco mais de 2500 km de costa. O país faz fronteira ao Norte com Tanzânia, ao Sul com África do Sul e Suazilândia, ao Oeste com Zimbábwe, Zâmbia e Malawi e a Este com o oceano Índico. A subdivisão do país caracteriza-se por três grandes regiões (Norte Centro e Sul) que correspondem a 11 províncias administrativas. Esta subdivisão já teve seu início no período colonial, por razões de natureza tanto geográficas, históricas e econômicas. Atribuía-se importância econômica para identificação dos principais pólos de desenvolvimento econômico. Além disso, cada uma destas três regiões possui recursos e potencialidades naturais específicas bem como características culturais diversificadas (FRANCISCO, 2002).

A região Norte corresponde às províncias de Cabo-Delgado, Niassa e Nampula. Em termos de recursos econômicos maiores destaques vão para a linha ferroviária que liga o distrito de Nacala (província de Niassa) e Malawi, assim como o porto de Nacala (província de Nampula) com as águas mais profundas. Destaca-se para esta região, como marcante do período colonial a produção obrigatória de algodão e a emigração para o setor de plantações de Tanganhica e Zanzibar (Tanzânia). A região Centro é constituída pelas províncias de Tete, Zambézia, Manica e Sofala. O potencial econômico desta região é composto pela rica bacia hidrográfica do rio Zambeze, o porto da Beira (província de Sofala) com cerca de 7,5 milhões de toneladas por ano e um oleoduto de 317 km ente Beira e Zimbabwe. O período colonial o vale de Zambeze predominou a economia de plantações de monoculturas para exportação. Finalmente a região sul, composta pelas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo província e

Maputo cidade, tem a potencialidade do porto de Maputo com possibilidade de 14 milhões de toneladas por ano, adicionado a três redes ferroviárias, duas redes rodoviárias. A sustentação econômica do estado colonial com base nesta região foi mediante trabalhadores oriundos de Gaza e Inhambane que emigravam para as minas da África do Sul (FRANCISCO, 2002).

Neste capítulo o objetivo é debruçar sobre o contexto histórico e político de Moçambique aliado à economia de caju. Faz-se uma apresentação dos diferentes momentos históricos que caracterizaram o desenvolvimento político, econômico e social do país, mostrando os contornos da produção, processamento e comercialização do caju, bem como a organização social e produtiva das populações rurais ligadas à economia do caju em Moçambique.

Assim, a secção inicia com análise do processo histórico de produção em seus diferentes momentos. Em seguida, faz-se uma apresentação do aparato institucional e organizacional atual, ligado ao setor do caju, mostrando os principais atores do setor no distrito de Manjacaze e os principais instrumentos e políticas públicas, direcionadas para promoção e desenvolvimento do setor de caju em Moçambique, especialmente aquelas em benefício das famílias do distrito.

1.1. O PROCESSO HISTÓRICO DE PRODUÇÃO DE CAJU EM MOÇAMBIQUE

Quando se fala de produção de caju em Moçambique destacam-se três grandes momentos. O período colonial marcou o primeiro momento com o pico histórico de produção de caju, no qual a produtividade por árvore era de cerca de 8 a 9kg e a produção total chegou a ultrapassar as 200 mil toneladas de caju por ano.

O segundo momento começa após a independência que, numa primeira fase Moçambique passa por uma administração centralizada e “socialista” e inicia o conflito

armado gerado pela guerra civil. Estes aspectos afetaram negativamente a produção e produtividade do caju, dado o insucesso das políticas de socialização e cooperativismo e o abandono das plantações nos campos agrícolas devido aos efeitos da guerra civil. O segundo momento do período pós-independência é caracterizado pelas políticas de liberalização da economia de Moçambique com a ajuda e intervenção do Banco Mundial. Para o setor de caju esperava que, como resultado da liberalização, concorrência e aumento dos preços pudessem se transformar em incentivos para a renovação do parque cajual e o consequente aumento da produção e produtividade.

O terceiro momento foi o período pós-guerra civil que mostrou uma maior intervenção do governo, com a criação do Instituto de Fomento do Caju (INCAJU), como forma de preservar e incentivar a produção em escala maior, bem como conceder assistência técnica aos agricultores produtores de caju.

1.1.1. O período colonial

O cajueiro foi introduzido em Moçambique pelos portugueses em finais do século dezesseis. Os portugueses introduziram também a árvore em outros países africanos, assim como em parte da Ásia, com particular destaque para a Índia. Como forma de barrar a erosão e as areias do litoral, o cajueiro foi progressivamente se disseminando por quase toda a faixa litoral de Moçambique. Hoje está presente em todas as províncias litorâneas do país, porém em grandes quantidades são encontradas nas províncias de Cabo-Delgado e Nampula, ao norte e Inhambane e Gaza, ao sul de Moçambique.

As primeiras utilizações do cajueiro foram mostradas pelos prazeiros³ portugueses e as casas de investimento, que entraram no negócio das bebidas alcoólicas fabricadas a partir do falso fruto do cajueiro. Empregando uma simples prensa e um processo de destilação, marcaram o surgimento das pequenas zonas de manufatura no país. Associados vieram os investimentos da África do Sul em portos e mercados no interior da zona norte de Moçambique, que facilitaram significativamente uma produção dirigida para fins comerciais mais avançados (BRAD, 2008).

Durante muitos anos as plantações de cajueiros foram dominadas pelos colonos portugueses, delegando o seu cuidado aos camponeses nativos que faziam as podas e limpeza do terreno, quando não estavam ocupados com outras tarefas. Até ao início da década de 1930, o caju teve pouca importância comercial para Moçambique. A necessidade crescente da indústria indiana, que dominava o processamento e comercialização da amêndoa de caju veio mudar o cenário. Incapacitada de prover-se de matéria-prima local, a Índia buscou matéria prima em novos pólos de produção de caju, com destaque para Moçambique (RIBEIRO, 2004).

A década de 1930 alcançou uma nova dinâmica de exportação do caju dependente da monetarização, associada ao arranque da indústria de descasque indiana. Isto possibilitou ao governo português autonomia na aquisição de divisas, sendo a Índia o destino privilegiado para as exportações. No final do período colonial a importância do caju para a economia

³Os prazos foram uma das formas que tomou a colonização portuguesa em Moçambique, nos anos 1600. Correspondiam a concessões de terras que eram definidos por duas ou três gerações e transmitidas por via feminina (filha mais velha). Os prazeiros eram representados por colonos portugueses ou “indo português” (indianos convertidos ao catolicismo, que adotaram nomes portugueses e pretendiam fixar-se em Moçambique), comerciantes e soldados que, muitas vezes, casavam com as filhas dos chefes locais, estabelecendo linhagens bastante poderosas (UEM, 1983).

nacional ganhava posição face ao algodão e ao açúcar, núcleos centrais da economia colonial No período (LEITE, 2000; JOSÉ, 2005).

Entretanto, para Ribeiro (2004), a viragem da importância do caju deu-se em 1950 com a criação da primeira unidade industrial. Em 1952, surge a segunda unidade que juntas consolidam o setor industrial de caju na época colonial, apesar do pequeno volume de castanha processada. Associado a esse fato, o autor destaca o aparecimento dos sistemas mecânicos de descasque da castanha economicamente viável e mais eficiente. Com isso, estavam reunidas as condições para a disseminação industrial e a consolidação de Moçambique como um processador mundial capaz de concorrer com a mais bem consolidada e organizada indústria indiana.

Até a década de 1970, Moçambique foi responsável pela metade da castanha de caju produzida a nível mundial. O ano de 1972 foi representado pelo pico histórico da produção que chegou a atingir 240 mil toneladas, resultado de condições climáticas ideais (LEITE, 2000; JOSÉ 2005; BRAD, 2008; FJC e GAPI-SI, 2008). Moçambique impunha-se então como o maior produtor mundial de castanha de caju, o que lhe permitia, por um lado, aprovisionar de matéria prima às unidades de descasque local e, por outro, manter o fluxo comercial de castanha para a Índia (LEITE, 2000).

No âmbito do continente, Moçambique foi o primeiro país africano a processar castanhas em escala industrial, com uma capacidade industrial instalada em 14 fábricas mecanizadas e uma produção de cerca de 150 mil toneladas de castanha *in natura* por ano (McMILLIAN, RODRIK e WELCH, 2002). Em 1974, garantiram a colocação de 24 mil toneladas de amêndoa de castanha de caju no mercado mundial (LEITE, 2000). Brad (2008)

acrescenta ainda que, nas 14 fábricas de processamento, 17 mil trabalhadores estavam empregados e todas elas se localizavam juntos às grandes plantações do país.

Entretanto, a produção de castanha de caju neste período colonial foi realizada com grandes sacrifícios sociais dos trabalhadores, devido às condições precárias de trabalho, cultivo forçado, falta de mobilidade e subdesenvolvimento para a população nativa. Acrescentando, para Cabaço (s/d, p.1), estava-se na presença de práticas hediondas de exploração do território através do “(...) trabalho forçado, os impostos, os castigos corporais, a inaplicabilidade ao indígena dos direitos humanos e dos princípios cristãos”, sem contar que a produção da época colonial em latifúndios e grandes complexos agro-industriais mostravam autênticos modos de produção escravagistas, com objetivo único de beneficiar os interesses da coroa portuguesa.

1.1.2. O período pós-independência (1975-1997)

O destaque deste período, com influência para o setor do caju e para os agricultores envolvidos na produção, vai para o insucesso das políticas do governo no âmbito do meio rural e o conflito armado. Estes aspectos contribuíram para o abandono das regiões agrícolas, causando o decréscimo da produção. Na tentativa de recuperar o setor, é destacada a intervenção do Banco Mundial com a política de liberalização da economia de Moçambique.

Com o fim do colonialismo português e a proclamação da independência em 25 de junho de 1975, o projeto político, econômico e social do Estado moçambicano foi apresentado na Constituição da República de 1975 visando os seguintes objetivos:

(...) a eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais, tradicionais e da mentalidade que lhes está subjacente; extensão e reforço do poder popular democrático; a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social; a edificação da democracia popular e a construção de

bases material e ideológica da sociedade socialista (Art. 4º CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA de 1975, citada por JOSÉ 2005, p.5).

Com base nestes pressupostos o então governo avançou com uma estratégia de desenvolvimento que visava à modificação do espaço rural, direcionando-o para a promoção da produtividade; a nacionalização das plantações e fábricas de processamento em particular da castanha de caju, incluindo a criação de conselhos de produção nas fábricas; a criação de cooperativas agrícolas com o início do movimento das aldeias comunais⁴ e a institucionalização de um sistema econômico de planificação centralizada.

Pesquisadores como Mosca (2005) e Casal (2008) referem que, estas medidas políticas visavam à construção de uma sociedade socialista, em que a estratégia de desenvolvimento rural foi à socialização do campo. Em outras palavras, buscavam a concentração da população no meio rural em aldeias comunais, como estratégia de transformação social e cultural, sendo a base produtiva e econômica formado em dois modelos:

- (i) o modelo produtivo com base em Empresas Estatais, que tinham como critérios a dimensão e contiguidade da superfície agrícola, volume e importância da produção (produtos de exportação ou para a alimentação das cidades), número de trabalhadores, volume de recursos necessários para o funcionamento (financiamento corrente, investimento, infra-estrutura, etc.). As Empresas Estatais além de representarem uma forma de organização econômica, eram ainda um instrumento de poder, de soberania e de transformação econômica, que deveriam assumir o papel de vanguarda e o exemplo

⁴Essas aldeias eram consideradas como uma das bases para o “desenvolvimento do socialismo” em Moçambique. Tinham como pressupostos transformar o povoamento disperso das populações nas zonas rurais para uma estruturação em sociedades revolucionárias. Em última análise, as aldeias comunais eram onde as populações viveriam organizadamente, desenvolvendo coletivamente a produção, fundindo as suas tradições, promovendo o intercâmbio entre seus conhecimentos (MOSCA, 2005; NEGRÃO s/d; SAMBO, 2008; SUBUHANA s/d).

da modernização para o desenvolvimento econômico (MOSCA, 2005 e CASAL, 2008);

- (ii) as cooperativas agrícolas que visavam eliminar o “individualismo”, a dispersão e as dificuldades de controle da população. De acordo com Casal (2008), este modelo era considerado a via para envolver os camponeses na coletivização produtiva e social.

Entretanto, o processo de cooperativismo não somente abrangeu as propriedades dos colonos, nacionalizadas pelo governo, como também as parcelas de terra da população nativa (JAKOBSEN e CARVALHO, 2008), justificando a resistência da população ao processo e consequentemente o fracasso das políticas⁵.

Por sua vez, alguns analistas como Leite (2000) afirmam que, com estas medidas, estavam criadas condições para que, por um lado, os antigos donos e gestores coloniais saíssem do país, e por outro, com a “escassez de funcionários e quadros técnicos veio criar dificuldades ao processo de desenvolvimento, com uma queda aguda da produção e exportações” do caju (MIRA, 2005, p.18). Adicionalmente, Leite (2000) focaliza os movimentos da população, ocasionado pela implantação das aldeias comunais como causa do distanciamento as populações de suas terras de cultivo, implicando no abandono e semi-abandono das árvores, mostrado pela necessidade de percorrer longas distâncias entre as suas residências e os campos de cultivo. Estavam assim ditadas entre outras, as razões que inviabilizaram o respectivo tratamento ou substituição por novas plantações, causando o envelhecimento do cajual e a conseqüente diminuição da produção.

⁵O processo de aldeamento sujeitado às populações rurais foi basicamente concebido como um movimento de urbanização e mudança de habitat. Foram totalmente negligenciadas questões como hábitos culturais, sistemas produtivos e técnicas de produção, bem como, questões relacionadas com a terra e o abandono de árvores de fruto e de culturas de rendimento (CASAL, 2008). Assim, pode-se dizer que, após a independência, as populações almejavam ocupar terras abandonadas ou não utilizadas pelas grandes explorações, muitas das quais haviam pertencido aos seus antepassados, que acabaram transformadas em empresas estatais ou, em alguns casos, em cooperativas. Almejavam ainda receber recursos (insumos e equipamentos) por via das cooperativas ou das empresas agrícolas estatais para utilizar nas parcelas familiares. Como tal fato não ocorreu, a política de socialização do meio rural não surtiu efeito desejado.

Para além do cenário apresentado acima, a guerra civil em Moçambique, que teve início em 1977, dois anos após a proclamação da independência nacional em 25 de junho de 1975, veio contribuir grandemente na destruição do cajual herdado do colonialismo. As consequências foram negativas para o país: o decréscimo do ritmo da produção do caju diante do abandono das regiões rurais por parte dos produtores e a destruição da rede comercial existente.

Diante estes fatos, o governo de Moçambique viu-se obrigado a abandonar o sistema da economia centralizada que foi adotado depois da independência nacional, sendo que, para o pesquisador José (2005), tornou-se inevitável a viragem de Moçambique para o Ocidente. Segundo o mesmo pesquisador, o primeiro sinal de que a adesão ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) era uma condição imprescindível para se beneficiar de apoio para enfrentar a crise, foi dado em 1983 quando Moçambique pediu ajuda alimentar à comunidade internacional, por causa da seca. Na sequência, uma nova onda de pressão internacional deu-se em 1986, quando a ajuda alimentar foi travada até que Moçambique concordasse com o pacote de ajuste estrutural. Alinhou assim o país aos cânones da economia de mercado, marcando uma nova fase do desenvolvimento nacional.

Este novo ciclo de desenvolvimento econômico de Moçambique teve início nos anos de 1980, com o país entrando em um programa de ajuste estrutural com o Banco Mundial (BM). Inicialmente designado de Programa de Reabilitação Econômica (PRE), de 1980 à 1990, foi combinado mais tarde a componente social, o que tornou a designação de Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES). Estes programas tinham por objetivos o direcionamento do país para uma economia de mercado, buscando de um modo geral a redução global do controle administrativo da economia a fim de restabelecer incentivos

comerciais para promover a produção e o comércio⁶. Para Sambo (2008), o resultado deste ajuste estrutural determinou processos de mudanças políticas que, por um lado, contribuíram para o surgimento de um setor empresarial nacional e, por outro, resultaram no decréscimo significativo das atenções anteriormente direcionadas às comunidades rurais tradicionais.

Dentro do contexto da ajuda do BM, o setor do caju adere ao processo de liberalização da comercialização e exportação, sendo que o passo subsequente seria a privatização da indústria de processamento de caju (McMILLAN, RODRIK e WELCH, 2002; KANJI *et alii*, 2004). Foram apontados os seguintes argumentos para justificar a liberalização:

(i) a redução das taxas de exportação da castanha *in natura* iria incentivar a procura e suscitar a concorrência entre os exportadores; (ii) a eliminação das licenças de comércio iria aumentar o número de comerciantes; (iii) os comerciantes iriam competir pela castanha bruta e pagar preços mais elevados aos pequenos produtores; (iv) a prática de preços mais elevados ao pequeno produtor iria aumentar o incentivo a comercialização da castanha de caju e posteriormente aumentar os rendimentos agrícolas, e; (v) o incentivo através dos preços iria encorajar mais camponeses a aderirem à produção de caju e os atuais produtores a melhorarem a gestão dos cajuais e a plantarem novas árvores (KANJI *et alii*, 2004, p.7).

Resumidamente, pretendia-se que, o cenário resultante da concorrência gerada pela liberalização entre comerciantes e o acesso aos preços internacionais mais elevados para a castanha *in natura*, pudessem impulsionar os produtores a investir mais alto na manutenção e renovação dos cajuais, o que teria impacto direto na elevação da produção e produtividade.

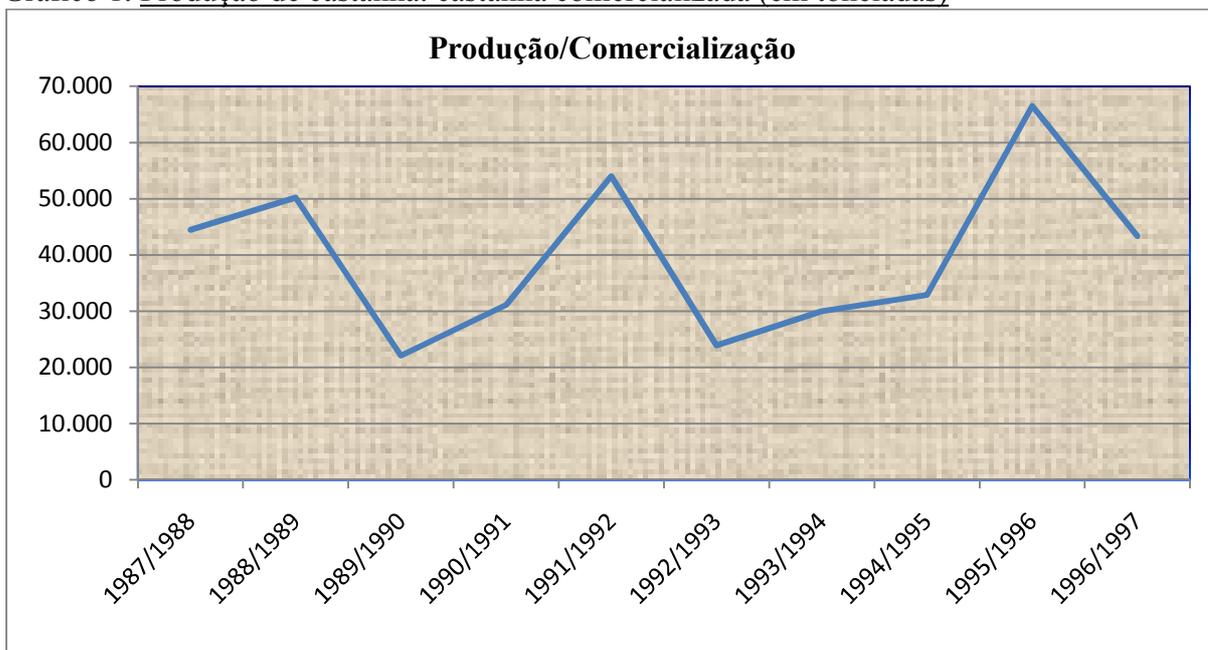
Com certeza surgiram reações a tal diagnóstico. Porém, como referiu Leite (2000), outras razões estiveram na origem da crise que, em meados dos anos 1990, já minavam a

⁶Importa referenciar que atualmente o país rege-se por uma nova Constituição que alargou as possibilidades de consecução dos direitos e liberdades individuais além de avanços nos direitos políticos e sociais. No Preâmbulo faz uma introdução afirmando que: “[...] A Constituição de 1990 introduziu o Estado de direito democrático, alicerçado na separação e interdependência dos poderes e no pluralismo, lançando os parâmetros estruturais da modernização, contribuindo de forma decisiva para a instauração de um clima democrático que levou o país à realização das primeiras eleições multipartidárias. A presente Constituição reafirma, desenvolve e aprofunda os princípios fundamentais do Estado moçambicano, consagra o carácter soberano do Estado de Direito Democrático, baseado no pluralismo de expressão, organização partidária e no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. A ampla participação dos cidadãos na feitura da Lei Fundamental traduz o consenso resultante da sabedoria de todos no reforço da democracia e da unidade nacional” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1990, p.7).

economia do caju, nomeadamente: insuficiência na produção de castanha e problemas associados às dificuldades de intervenção do governo na definição de uma política para o sector, num contexto de crise econômica, guerra e de crescente dependência face às instituições de Bretton Woods.

Entretanto, qualquer que fosse o estágio frágil do setor no final da década de 1990, a cultura de caju em Moçambique continuou presente. Dados apresentados no gráfico1 mostram o desenrolar da produção até 1997, altura em que o governo cria o Instituto do Fomento do Caju (INCAJU)⁷, onde políticas e programas específicos para o setor pudessem ser agrupadas.

Gráfico 1. Produção de castanha: castanha comercializada (em toneladas)



Fonte: Adaptado de Leite (2000).

Pelos dados do gráfico 1 percebe-se que houve uma grande oscilação da produção/comercialização⁸ do caju em Moçambique no período em referencia. Do início do

⁷ Mais adiante ainda neste capítulo será abordado com mais pormenores.

⁸ Nota-se que os dados de produção apresentados são medidos pela produção comercializada. Presume-se que não estão incluídas a produção destinada ao autoconsumo das famílias ou aquela produção comercializada no mercado informal. Aliás, segundo dados de pesquisa, esta em curso um trabalho de consultoria solicitado pelo INCAJU, exatamente para ser avaliada junto aos agregados familiares, o quanto de castanha vai para o processamento e comercialização no setor informal.

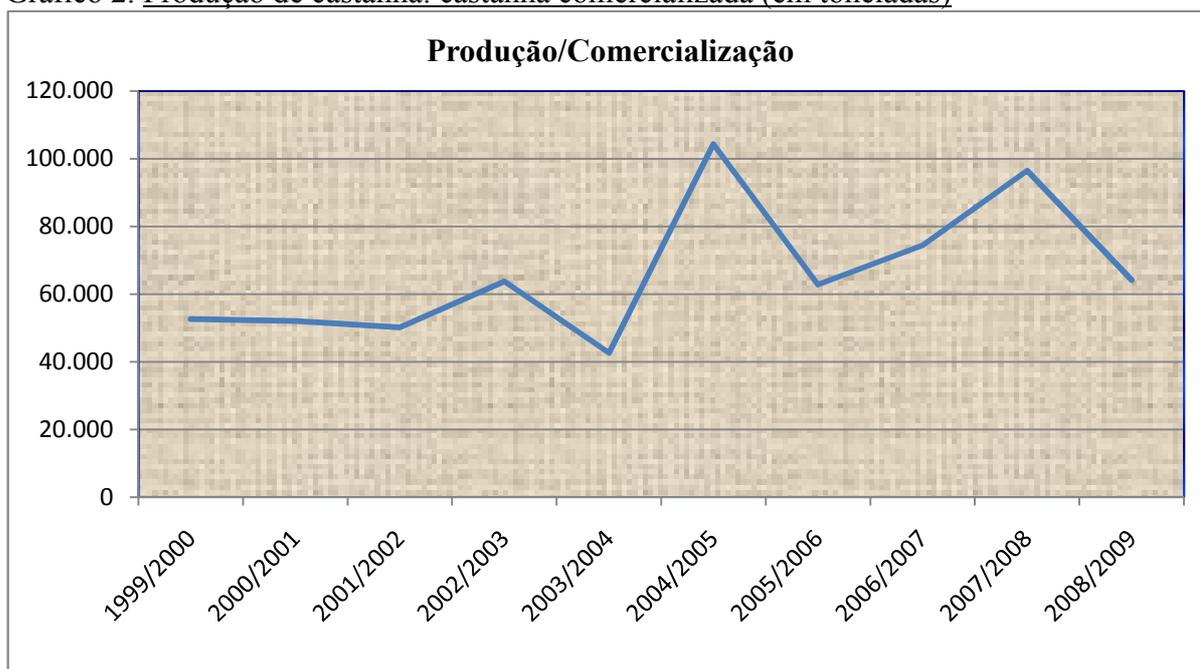
período até 1991, supõe-se que a oscilação da produção esteja grandemente associada ao conflito armado que termina em 1992. Neste ano timidamente a produção volta a mostrar sinais de crescimento até a campanha agrícola 1995/1996, chegando a atingir 65 mil toneladas, o máximo de produção conseguido neste período.

1.1.3. O período atual (1997 em diante)

Este período é fundamentalmente marcado pela criação do Instituto do Fomento do Caju. O INCAJU deu uma nova dinâmica ao setor, criando condições para se pensar em níveis mais elevados de produção, impulsionar o estabelecimento de novas explorações produtivas, assim como alimentar a esperança de que o caju volte a representar um produto estratégico para o país e uma alternativa de sobrevivência, que sempre foi para as famílias produtoras.

Ainda assim, os níveis de produção e produtividade do cajueiro continuam bastante abaixo do potencial produtivo possível para Moçambique, tomando como padrão as cerca de 200 mil toneladas e a uma produtividade de nove quilogramas por árvore, observados no final do período colonial. Atualmente, a produtividade por árvore ronda os três a quatro quilogramas e o nível mais elevado de produção conseguido foi de cerca de 100 mil toneladas na safra agrícola de 2004/2005 (INCAJU, 2008), conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2. Produção de castanha: castanha comercializada (em toneladas)



Fonte: adaptado de INCAJU (2008).

Existem sérias dificuldades de acesso aos dados estatísticos confiáveis referentes aos volumes de produção, processamento e exportação da castanha de caju. Pouco poderá se dizer com precisão quais os atores responsáveis pela produção do caju e o número exato de árvores de cajueiro a disposição dos atores. Para a não confiabilidade dos dados são apontados como motivos, por um lado, a participação dos extensionistas do INCAJU na coleta de informações sobre quantidades comercializadas junto às lojas e aos comerciantes locais. Temendo as autoridades fiscais, podem fornecer dados inferiores ao volume realmente comercializável. Por outro, falta contabilização da parte processada e consumida pelas famílias e/ou vendida nas estradas nacionais (GROBE-RUSCHKAMP e SEELIGE, 2010).

Pela literatura disponível, são os pequenos produtores do setor familiar os responsáveis por grande parte da produção de caju, havendo poucas unidades agrícolas empresariais (FJC e GAPI-SI, 2008). Aponta-se ainda que entre os agricultores moçambicanos, 42% possuem cajueiros com uma média estimada de 32 milhões de cajueiros

no país, mas apenas 19 milhões destes seriam realmente produtivos (GROBE-RUSCHKAMP e SEELIGE, 2010).

No âmbito dos programas do INCAJU, ficam evidentes as preocupações com a tentativa de melhorar a produção. Constantemente são desenvolvidos esforços para a elevação das taxas de reposição dos cajueiros. Pelos dados do terceiro gráfico pode-se ver a evolução na produção e distribuição de mudas nos anos de 2003/2004 a 2007/2008. Entretanto, este programa vem despertando mais o interesse do setor empresarial no investimento em cajueiros, a tal ponto que o INCAJU (2008, p.2) considera que essas plantações “(...) são uma alternativa de produção mais eficiente, pois, permitem a introdução de tecnologias mais intensivas e com resultados práticos (aumento da produção e da qualidade) observáveis em curto prazo”.

Pelos dados do INCAJU, não estão claras a adesão dos pequenos produtores aos programas ou como são percebidas e resolvidas situações em que estes não aderem aos programas, de modo a dar uma nova dinâmica ao setor. Entretanto, aponta-se que até 2005 “apenas 5% dos cajucultores indicaram ter plantado cajueiros durante os últimos doze meses” (GROBE-RUSCHKAMP e SEELIGE, 2010, p. 16).

Gráfico 3. Produção e distribuição de mudas de cajueiro 2003\2007 (unidades)



Fonte: adaptado de INCAJU (2008)

Embora os dados mostrem uma tendência crescente, Kanjietalli (2004) concluíram em seu estudo que, em muitos casos os pequenos produtores familiares desconhecem as reais características e importância dessas variedades. Constataram que, a maioria dos agricultores não tem interesse em percorrer longas distâncias até aos viveiros para comprar mudas. Com isso, recorrem à utilização de sementes dos seus cajueiros mais produtivos para novas plantações.

Outros fatores justificam a falta de interesse na adesão aos programas disponíveis de aquisição de mudas ou no maior investimento nas plantas. Entre eles são apontados, o valor mínimo retirado pelo produtor na venda do caju em comparação com os custos de produção elevados, a fraca influência sobre os mercados e preços, as necessidades de diversificação de culturas nas suas unidades de produção agrícolas que eleva o custo de oportunidade de se abdicarem de outras culturas comprometem na renovação dos cajuais familiares (KANJI *et alii*, 2004; CASTEL-BRANCO, 2008; FJC e GAPI-SI, 2008).

1.2. ATORES DO SETOR AGRÍCOLA DE CAJU

O setor do caju em Moçambique conta com uma série de organizações nacionais e internacionais e com a maior instituição governamental autônoma responsável única e exclusivamente, pela promoção do setor, o Instituto de Fomento do Caju (INCAJU).

O INCAJU é a “instituição mãe” da economia do caju. É dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa, porém, subordinada ao Ministério da Agricultura. A instituição comporta uma direção geral com três departamentos, nomeadamente: economia, administração e finanças e fomento e tecnologias, bem como as delegações provinciais em oito províncias de Moçambique, com a exceção da província de Tete e Niassa. O INCAJU conta com um quadro de funcionários no total de 317, sendo 123 concursados e 194 funcionários contratados.

O INCAJU é um órgão “(...) fundamentalmente de definição de políticas, estratégia e de coordenação e supervisão das atividades realizadas ao nível das diversas entidades executoras: produtores, setor privado, ONG’s, etc.” (INCAJU, 2010, p. 1). Em termos gerais, o principal objetivo do INCAJU é promover o plantio de cajueiros, ao mesmo tempo em que impulsiona a indústria do caju e seus derivados, ou seja, a revitalização do setor.

Dados do Ministério das Finanças (MF, 2010) indicam que o INCAJU é financiado por via de três formas de recursos: o Orçamento Geral do Estado, o ProAgri⁹ e as receitas consignadas do INCAJU (18% do imposto sobre a exportação da castanha de caju *in natura*). Nos últimos dois anos, a província de Gaza teve um orçamento adicional com fonte de

⁹Programa Nacional de Investimento no sector da agricultura. Seus objetivos foram definidos em: alcançar a segurança alimentar, o desenvolvimento econômico sustentável, a redução do desemprego e dos níveis de pobreza absoluta. O PROAGRI iniciou em 1999 com projetos em 10 áreas principais de intervenção: a produção agrícola, a investigação, a pecuária, florestas e fauna bravia, hidráulica agrícola, gestão de terras agrárias, sistema financeiro rural, desenvolvimento institucional. Buscou ainda integrar programas estratégicos específicos para as culturas de rendimento (algodão, caju, açúcar, tabaco) cereais, leguminosas e fruteiras. (GMD, 2004).

financiamento externo em 2008 e interno em 2009, dirigido para a distribuição e plantio de mudas de cajueiro naregião norte da província, ondehá maior intensificação de plantios de cajueiro (MF, 2010). Entretanto, dados da pesquisa revelam que o INCAJU detém de uma relativa autonomia na medida em que, cerca de 50% das atividades são financiadas pelas receitas consignadas.

No âmbito das principais políticas do INCAJU destacam-se a promoção da produção e melhoramento da qualidade da castanhaque visam intervenção nas áreas de produção e distribuição de mudas e manejo integrado do caju; a organização da comercialização, com atuação na área de monitoria da comercialização e a estruturação e promoção da indústria de processamento nacional do caju (INCAJU, 2010). As áreas de interesse para este estudo correspondem àquelas que ligam o segmento agrícola de produção, que são elas: produção e distribuição de mudas, manejo integrado do caju e a monitoria da comercialização da castanha.

Junto aos pequenos produtores, o INCAJU intervém na base da assistência técnica, com um quadro de pessoal correspondente a 87 extensionistas¹⁰ com atuação a nível nacional. No entanto, dados da pesquisa mostraram ser insuficiente a capacidade de cobertura total à assistência prestada ao produtor. Neste contexto, como forma de suprir esta deficiência, o INCAJU coordena seus serviços com a rede de extensão nacional¹¹ e conta ainda com a colaboração das ONGs, na concretização dos objetivos de extensão.

Na área da pesquisa, o INCAJU tem o seu programa nacional de investigação do caju direcionado ao combate de pragas e doenças, introdução de germoplasma (modificações

¹⁰Dado obtido em questionário de entrevista enviado em 18/10/10

¹¹ Os serviços de extensão agrária são organizados de duas formas: o Sistema Nacional de Extensão (SISNE), em que os diferentes provedores da extensão do sector público e privado têm um papel a desempenhar e o Sistema Unificado da Extensão (SUE) do Ministério de Agricultura em que todos os serviços agrários operam através de um único extensionista que contacta os agricultores numa determinada área de operação (MINAG, 2007).

genéticas com base em sementes provenientes da África Ocidental, Tanzânia e Brasil), identificação e coleção de plantas matrizes (com base em seleção de clones de boa qualidade para os programas de melhoramento e fomento), cruzamentos, microzoneamento, implantação de pomares para a produção de semente policlonal entre outras áreas (INCAJU, 2010).

No contexto das pesquisas, o trabalho de investigação é realizado usando as infraestruturas e suporte legal do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), instituição também subordinada ao Ministério da Agricultura e órgão governamental responsável pela pesquisa agrária em Moçambique. Entretanto, observa-se uma descontinuidade e inconsistência nas ações e programas realizados. Dados indicam que não existe clareza nas atribuições de responsabilidades e participação do IIAM no processo, bem como dos recursos destinados à pesquisa. Adicionalmente, o quadro institucional e de responsabilidade partilhada entre o INCAJU e o IIAM, no que respeita aos recursos humanos e financeiros afetos ao Programa de Investigação do Caju e à disponibilização dos seus resultados não é satisfatório (ERNST e YOUNG, 2010).

De acordo com informante chave¹², estes problemas podem estar associados ao fato das pesquisas estarem a ser financiadas com base na receita consignada. Segundo a fonte, este mecanismo traz consequências negativas, quando não clarificadas as formas de repartição dessa receita no que diz respeito à pesquisa e outras áreas de intervenção do INCAJU (fomento e comercialização) com base nos mesmos recursos, chegando a interromper os programas de investigação. A dupla subordinação da investigação traz um grande desafio ao INCAJU (com o INCAJU como detentor de recursos e o IIAM com a responsabilidade na investigação). Assim, o INCAJU pode aproveitar do certo grau de autonomia financeira

¹² Informações obtidas em entrevista com investigador do IIAM, realizada no dia 08/02/11

disponível para a pesquisa e definir claramente as responsabilidades dos seus parceiros, na interação entre a investigação, a assistência os produtores e os objetivos de fomento.

Ainda que o INCAJU disponha de recursos (humanos e financeiros), de forma geral estes não se mostram suficientes e limitam a atuação do órgão a nível distrital. Dados das entrevistas¹³ entraram em concordância quanto, por um lado, a existência de dificuldades financeiras para a capacitação e atualização dos técnicos, bem como fraca motivação dos técnicos de se atualizarem por si. Por outro, há uma clara manifestação de pressão no trabalho dos técnicos dada insuficiência de técnicos alocados nos distritos para as atividades de extensão, bem como a qualidade dos meios de transporte, que se encontra em estado obsoleto, corroborando com os dados do Ministério das Finanças (MF, 2010) do grande déficit de quadros verificado especialmente nos distritos que possam dar resposta adequada da descentralização das atividades.

As organizações de apoio (ONG's) atuam junto aos pequenos produtores familiares, em coordenação com os programas estabelecidos pelo INCAJU. O foco das ONGs está voltado à assistência técnica e nos incentivos para a organização dos produtores, de modo a melhorarem seu posicionamento nos mercados e renda obtida com a venda da sua produção.

Em particular a província de Gaza, já contou com a atuação da *Agencia Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA)* ONG financiada pela *União Européia*. Este projeto, com duração de aproximadamente seis anos (tendo terminado em 2008), visava apoiar a produção de caju em várias províncias moçambicanas (GROBE-RUSCHKAMP

¹³ Informações obtidas em entrevistas com técnicos do INCAJU realizadas nos dias 13/01/11 e 07/02/11

eSEELIGE, 2010). Apenas na província de Gaza, o projeto beneficiou 40.500 produtores de caju dos distritos de Chibuto e Manjacaze¹⁴.

Em Manjacaze, foi notória a presença da ADRA que incentivou novas plantações de cajueiros. Os resultados positivos da sua atuação ficaram comprovados, por parte dos produtores, diante das declarações em entrevistas, de que vinham sendo distribuídas mudas de cajueiros durante a vigência do projeto e que hoje se constituem em suas novas plantações.

Atualmente, a ONG com foco na província de Gaza é *Save the children* com o projeto facilidades alimentares, dividido em três componentes fundamentais: (i) a componente agrícola, com o tratamento químico e expansão da produção do caju; (ii) a componente pecuária, com o tratamento da *new castle* e, (iii) a componente social, com o mecanismo de dinheiro pelo trabalho e senhas alimentares.

O projeto cobre os distritos de Chicualacuala, Chibuto, Chigubo e Manjacaze, direcionando a assistência a população vulnerável. Dados de campo¹⁵ indicam para a materialização da componente agrícola, o programa selecionou alguns produtores para atribuição de crédito na aquisição de pulverizadores usados no tratamento químico dos cajueiros. Na sequência, o critério de seleção de produtores usado pela *Save the Children* é na base da vulnerabilidade, sobretudo são selecionados àqueles produtores que se mostrem extremamente pobres e que tenham crianças no seu agregado familiar. Para o distrito de Manjacaze, a atuação da *Save the children* efetiva-se com os programas de tratamento químico de cajueiros e *new castle*, assim como concede assistência social com base aos mecanismos dinheiro pelo trabalho e senhas alimentares.

¹⁴ Dados obtidos por via do correio eletrônico (site oficial) da ADRA

¹⁵ Informações obtidas em entrevista realizada no dia 07/02/11

Ao nível micro (junto às comunidades) encontram-se ainda um grupo de provedores de serviços que na maior parte dos casos, eles mesmos são também produtores. De acordo com o MINAG (2007), os provedores de serviço fazem parte de um dos mecanismos mais comuns para a disseminação de informação é através da extensão de produtor-para-produtor, uma vez que o serviço de extensão pública em si não consegue atingir diretamente um grande número de agricultores por contactos diretos. É neste contexto que o INCAJU dispõe de um grupo de provedores de serviços privados nas atividades de assistência prestada aos pequenos produtores de caju, fundamentalmente no que se refere ao tratamento químico do cajueiro¹⁶.

Assim, àqueles produtores com um pouco mais de capacidades e habilitados em termos de investimentos se beneficiam de crédito para aquisição do conjunto necessário para o tratamento dos cajueiros¹⁷. De acordo com o MF (2010), o INCAJU iniciou o recrutamento de provedores com o incentivo a adquirirem o pulverizador à crédito e preços bonificados. Atualmente, os provedores adquirem a preços normais, ainda que facilitados em parcelamentos ou pagamentos únicos no final do ciclo agrícola. Na sequência, os provedores passam por um treinamento e capacitação sobre gestão e utilização dos produtos de tratamento com base em fundos públicos (MINAG, 2007). No entanto, não existe nenhuma ligação contratual destes com o INCAJU, sendo o trabalho destes, pago pelos produtores de caju assistidos.

Para o INCAJU, estes provedores acabam sendo o foco das atenções quando operam como facilitadores, prestando serviços de pulverizações junto àqueles menos possibilitados. Através deles, o INCAJU obtém o efeito multiplicador da assistência técnica¹⁸. De fato,

¹⁶ Tomou-se conhecimento da existência deste grupo de atores por entrevista com investigador do IIAM realizada em 10/11/10

¹⁷ Informações obtidas em entrevista com técnico do INCAJU realizada no dia 13/01/11

¹⁸ Informações obtidas em entrevista com técnico do INCAJU realizada no dia 10/01/11

observou-se em trabalho de campo, a forte ligação destes com os pequenos produtores familiares não apenas na qualidade de provedores, como também o primeiro elo para a comercialização da castanha *in natura*. Na condição de mais possibilitados, na maior parte dos casos, estes provedores de serviços são também comerciantes lojistas locais, que compram e concentram a castanha de caju dos pequenos produtores familiares.

Outro grupo de atores igualmente importante, quando se pensa na atuação das instituições e organizações junto às comunidades locais, são as autoridades tradicionais. Estes se referem a pessoas vinculadas as comunidades rurais, regidas com base em usos e costumes de vivência local, que servem de interlocutores entre as comunidades e os poderes burocráticos locais (Estado e/ou igrejas), bem como exercem a função de guardião e interlocutor entre os vivos e forças que não tem presença física (defuntos, antepassados)¹⁹. O parentesco e a hierarquia inerente às autoridade tradicional são consolidadas pelo poder do “Ntumbuluku”²⁰. Assim, são as autoridades tradicionais que garantem a fertilidade em qualquer das suas vertentes (humana, animal, vegetal) e a legitimidade do rito de sacrifício e/ou invocação. Em caso de seca, por exemplo, a autoridade tradicional é a pessoa adequada para celebrar os ritos de invocação da chuva.

Recentemente, Moçambique foi palco de debates sobre o poder e papel das instituições políticas tradicionais. Entretanto, de acordo com Lourenço (2007) continuam não estando claras nas sociedades africanas, no geral e, em particular para Moçambique, a separação do que pertence ao domínio “tradicional” com o que então irá constituir o

¹⁹ Informações obtidas por entrevistas com líderes comunitários realizadas em 21/01/11 e 20/02/11

²⁰ Para Farré (2008), “Ntumbuluku” é traduzido normalmente por “natureza”, que na tradução dos líderes comunitários entrevistas significa “tradição”. Para o autor, o termo, incorpora a sociedade no seu seio e, para além disso, tem implícita uma conotação organicista: é uma coisa onisciente, com o dinamismo e a auto-suficiência bastante para se gerar a si mesmo. Salienta que, na ânsia de se estabelecer paralelismo entre o livro revelado (a Bíblia) e a língua local, os missionários protestantes usavam a palavra para referir “criação” de Deus Pai.

“moderno”. Tão pouco, estes dois elementos estão, de fato, enquadrados numa realidade política.

Tal fato, na opinião de Lourenço (2007), deu-se pela importância que outrora representaram, quando chegaram a serem usados como intermediários administrativos do poder colonial junto às comunidades na cobrança de impostos, no recrutamento da mão-de-obra e até como agentes de policiamento local. Na sua atuação, os chefes tradicionais chegaram inclusive a colaborar em campanhas contra a libertação de Moçambique. No período pós-independência, este poder tradicional ficou marginalizado pelo então governo, embora não tivessem perdido seu reconhecimento e coexistência junto às comunidades rurais (LOURENÇO, 2007).

Cristiano José (s/d), corroborando com Lourenço (2007), é de opinião que, mesmo no contexto do poder colonial o posicionamento das autoridades tradicionais foi bastante diversificado, variando entre resistência, resignação e aliança ao poder colonial. Entretanto, no contexto político pós-colonial, o autor salienta que houve uma reciclagem e recriação da legitimidade do poder tradicional. Houve a sua integração junto às estruturas partidárias de forma a conquistar, preservar e ampliar seus espaços de atuação. Porém, ressalta o autor, essas ligações políticas não significaram necessariamente que os membros das comunidades comungavam dos mesmos ideais.

Foi através do Decreto-Lei n°15 de 20 de Junho de 2000, aprovado pelo conselho de Ministros no quadro da descentralização administrativa que o debate em torno do reconhecimento das autoridades tradicionais teve o seu término, quando é reconhecida a:

Valorização da organização social das comunidades locais e aperfeiçoamento das condições da sua participação na administração pública para o desenvolvimento sócio cultural de Moçambique, (...) tornando-se necessário estabelecer as formas de

articulação política e/ou administrativa dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias. Para os efeitos do presente Decreto-Lei são autoridades comunitárias os chefes tradicionais, os secretários de bairro ou aldeia e outros líderes legitimados como tais pelas respectivas comunidades locais. No desempenho das suas funções administrativas, órgãos locais do Estado deverão articular com as autoridades comunitárias, auscultando opiniões, na concepção e implementação de programas e planos económicos, sociais e culturais em prol do desenvolvimento local (LOURENÇO, 2007, p. 204)

Observa-se ainda assim a ambiguidade em termos do seu enquadramento na estrutura política administrativa do Estado moçambicano, embora haja o reconhecimento que as autoridades tradicionais usufruem junto às comunidades rurais de legitimidade e poder. Entretanto, dentro deste contexto, o INCAJU e as ONGs usam do poder tradicional para ações de sensibilização das comunidades. A ideia central é ter, primeiramente os líderes sensibilizados e comprometidos com os objetivos dos programas e políticas em curso. Na sequência, diante da sua autoridade para convocar reuniões e capacidade de convencer a comunidade de aspectos de interesse comunitário, ao mesmo tempo em que, dispõe de legitimidade de impor e/ou punir quando não há cumprimento aceitação tomadas nas reuniões, os líderes ajudam na sensibilização dos produtores à aceitarem os programas assistenciais.

Identificados atores de influência atual, particularmente para o distrito de Manjacaze, verifica-se por um lado o INCAJU e IIAM que coordenam nas atividades de investigação e fomento da produção em resposta aos objetivos de política. Por outro, o INCAJU coordena também com as ONGs e provedores de serviços nas atividades de assistência técnica.

Informações obtidas no trabalho de campo²¹ revelam que a *Save the children* como facilitadores dos programas de assistência técnica encontra entraves na coordenação com o INCAJU que comprometem os prazos de trabalho. As informações corroboram com o número

²¹ Informações obtidas em entrevista realizada no dia 07/02/11

reduzido de técnicos que possam efetivar a expansão da produção. Por sua vez, no apoio financeiro aos produtores para aquisição de pulverizadores e, conseqüente efetivação do tratamento dos cajueiros, encontra dificuldades impostas, em muitos casos, pelos líderes comunitários na sensibilização das comunidades para compreensão e aceitação das tecnologias. Referem que, em situações em que se observam ganhos monetários dos provedores, caso haja algum desentendimento entre eles, em casos extremos, os líderes tendem a não colaborar com os provedores nas suas comunidades.

1.3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR AGRÍCOLA DE CAJU

Na análise do processo histórico de produção, percebeu-se a estreita ligação entre as decisões de política pública com a economia, política e sociedade moçambicana. Para Vieira (1992), a política pública é resultado das contradições e dos conflitos produzidos em um determinado contexto histórico, em que se articulam o econômico, o político e o social. Assim, o autor considera que política social e política econômica formam um todo e vão estar vinculadas à evolução do capitalismo, pois, não se pode entender política social sem o apoio do desenvolvimento econômico, e por outro lado, não se pode examinar a política econômica sem se deter na política social.

Portanto, para Vieira (1992), falar de políticas significa falar em estratégias governamentais de intervenção nas relações de produção e nas relações sociais, que sempre estiveram vinculadas à acumulação capitalista. No entanto, “(...) constituem respostas contingentes à situação de um país”, sem que necessariamente se considere que “(...) o que pode funcionar em dado momento da história de um determinado país, pode não dar certo em outro lugar ou no mesmo lugar em outro momento” (BID, 2006, p. 16).

Sem entrar em um debate sobre os fundamentos de políticas públicas, mas dada a importância que tiveram (sejam elas de caráter econômico, social e política) na evolução do setor de caju, se torna oportuno apresentar e discutir algumas medidas governativas adotadas em favor do setor agrícola de produção do caju e seus impactos junto às famílias produtoras. Essas medidas caracterizaram a intervenção do Estado no meio rural moçambicano, considerando as especificidades de todos os segmentos, especialmente os empobrecidos, de modo a que atendam suas particularidades.

O objetivo final das intervenções do Estado moçambicano, certamente é o desenvolvimento rural que atenda a eliminação da pobreza rural. Como referiu Navarro (2001), na discussão sobre o desenvolvimento rural no Brasil, o objetivo final deve levar a mudanças em determinados ambientes com ênfase na melhoria do bem estar das populações rurais. Olhando sempre por essa perspectiva, a discussão levantada neste ponto, procura mostrar de que forma o Estado moçambicano anteviu a necessidade de integrar a modernização tecnológica e crescimento da produção do caju (com seus programas de fomento e adoção de novos pacotes tecnológicos) com a necessidade de distribuição e redução das desigualdades entre os produtores de caju e melhorias nas condições de vida das famílias rurais. Particular destaque é dado a estrutura fundiária em Moçambique, com base na Lei da Terra. São abordados ainda os programas de extensão rural e de crédito.

1.3.1. Estrutura fundiária – Lei de Terra

Logo após a independência (1975) houve uma preocupação do então governo de Moçambique, em primar por um desenvolvimento assente nas machambas²² estatais, aldeias

²²Área cultivada. Compreende uma parcela de terra ou área com culturas anuais permanentes, áreas em pousio parcial e com pastagens cultivadas, não incluindo área em pastagem natural (INE, 2009).

comunais e cooperativização, com os camponeses na exploração da terra para fins produtivos assim como habitacionais. Este modelo foi inspirado nas experiências de desenvolvimento rural implementadas nos países parceiros políticos e “irmãos de guerra” de Moçambique, como a Argélia, com suas aldeias socialistas e, a Tanzânia com as aldeias socialistas e étnicas, conhecidas pela expressão *Ujamaa (casa do povo)*. Segundo Negrão (s/d) a organização das aldeias comunais baseou-se numa tipologia de áreas em favor e uso pelas unidades produtivas familiares em contraposição às áreas em uso pelos agricultores portugueses que passaram a empresas agrícolas estatais.

Este modelo de organização certamente não ignorava as estruturas econômicas e sociais assentes no paradigma do mercado e a concepção de modelos neo-liberais que viriam a ser aplicados mais tarde com os programas de ajustamento estrutural. Porém, o governo transformou a propriedade da terra numa questão nacionalista (Negrão, s/d), visando o reconhecimento da necessidade de mudança de uso da terra em favor da população nativa nas aldeias comunais. A terra passa então a pertencer ao povo moçambicano.

Neste contexto, pela Constituição da República de Moçambique de 1990:

(1) A terra é propriedade do Estado. (2) A terra não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada. (3) Como meio universal de criação de riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano (Art. 109)

Importa salientar a observação de Negrão (s/d) que chama atenção ao fato de, na visão de Samora Machel²³, a terra passou a ser do povo e o Estado tinha a mera função de gerir sua utilização. O argumento foi de que, a terra, não somente representa segurança material para os

²³Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sucedendo Eduardo Mondlane, seu fundador. Samora Machel liderou a guerrilha da independência de Moçambique e se tornou o primeiro presidente da então República de Moçambique, até então República Popular de Moçambique, sendo o líder revolucionário de inspiração socialista.

camponeses, como também é o principal recurso de que dispõe. Isso contraria a percepção construída mais tarde (mostrada na citação acima), de que a terra é do Estado e este disponibiliza a sua utilização ao povo moçambicano.

Com a entrada de Moçambique na economia de mercado, a terra continuou fora dos projetos de privatização, contra todos os projetos de investimentos mais avultados que viam a questão dos recursos fundiários como mais uma possibilidade de negócios (RIBEIRO, 2006). Prevaleceu a ideia de que, através deste recurso estavam garantidas questões de segurança alimentar ou simplesmente o bem estar social, suportado por um lugar físico que corresponde tipicamente a “casa”. Passam então a estar garantidas as condições de:

(...) ocupação e uso da terra, assim como o controlo sobre os produtos nela produzidos. Uma vez que a reprodução individual e familiar dos camponeses está estreitamente ligada a terra, é a posse direta desta que acaba por se constituir no principal fator para definição da sua posição política, nomeadamente a relação com o Estado (SHANIN, 1971 citado por RIBEIRO, 2006, p. 5).

Na sequência, em 1997, o Parlamento de Moçambique aprova a atual “Lei da Terra”, reforçando a preservação da propriedade pública da terra, na qual camponeses e suas comunidades continuam com direitos reservados de explorar a terra. Em termos sociais, fica então preservada a posse da terra de quem nela vive e trabalha. Assim, o artigo 24 da Lei da Terra diz que “As comunidades locais participam na gestão dos recursos naturais, resolução de conflitos, no processo de titulação (...). As comunidades locais utilizam, entre outras, as normas e práticas costumeiras”. O objetivo aqui é mostrar que as comunidades locais estão autorizadas a serem titulares coletivos das terras. Passam a ser consultadas a cerca de concessão de terras nas suas áreas de residência, reforçado com a isenção das taxas de uso e aproveitamento da terra para as comunidades locais.

O uso e aproveitamento da terra é gratuito quando se destina: a) ao Estado e suas instituições; b) às associações de utilidade pública reconhecidas pelo Conselho de

Ministros; c) às explorações familiares, as comunidades locais e as pessoas singulares que a integram; d) as cooperativas e associações agro-pecuárias nacionais de pequena escala (LEI DA TERRA, Art. 29).

Entretanto, são claramente dadas possibilidades a todos os interessados para a exploração comercial, cabendo ao governador da província a concessão de uso e aproveitamento da terra para parcelas até mil hectares. A decisão será do Ministro da Agricultura quando as parcelas ultrapassam os 1.000ha e inferiores a 10.000ha. As que ultrapassam a competência do Ministro da Agricultura ficam ao critério do Conselho de Ministros (NOVUNGA, 2006).

De acordo com Ribeiro (2006) existe um debate que aponta para a precariedade da atual Lei da Terra. Afirma que, da forma como esta concebida conduz à instabilidade da estratégia de desenvolvimento da agricultura, que incentiva investimentos estrangeiro no setor. Entretanto, há o reconhecimento do autor que, a não privatização da terra nunca se constituiu em problema para os interessados na exploração agrícola comercial, mostrando exemplos de grupos empresariais agrícolas que continuaram em Moçambique, mesmo depois da independência, a exemplo do grupo Entreposto e João Ferreira dos Santos.

No que concerne a economia do caju, o processo histórico de produção mostrou que por influência das políticas, as famílias acabaram sendo afastadas dos seus campos de cultivo. O fato, não foi diferente para o distrito de Manjacaze. Inclusive, para Ribeiro (2006) as políticas de socialização foram muito bem recebidas pelas populações rurais de Manjacaze, mencionando aldeias comunais que se enraizaram e sobreviveram dando lugar a grandes aglomerados populacionais com escolas, centros de saúde, mas que implicaram num deslocamento das populações das suas antigas comunidades. De fato, ainda hoje se observa a aceitação das políticas desenhadas pelo então governo de Moçambique – por sinal, representa

o mesmo partido político desde que o país conquistou a independência. Passados quatro pleitos eleitorais, a oposição à Frelimo nunca conseguiu eleger um único deputado por parte do círculo eleitoral da província de Gaza.

Como consequência das políticas de socialização, as famílias agrícolas de Manjacaze passam a ter certo distanciamento para com seus campos de cultivo e seus cajueiros. Uma das explicações dadas para a falta de cuidados com os cajueiros remetia a desculpas das longas distâncias das suas residências aos campos de cultivos, a que foram impostos pelas políticas governamentais e depois pela guerra civil. Entretanto, foi o poder comunitário que prevaleceu, o qual foi fundamental para o reconhecimento das terras familiares pertencentes a cada membro da comunidade.

Nas entrevistas levadas a cabo com os produtores de caju, a convergência das afirmações mostrou que, a terra em que as famílias habitam e trabalham (as referidas machambas) foram adquiridas por via de herança familiar. Em todos os casos sequer tem a preocupação com o registro das mesmas, apoiados pelas normas e práticas costumeiras em favor das comunidades locais. Entretanto, dados da pesquisa indicaram que era importante para a manutenção da terra familiar, a permanência de pelo menos um membro da família (de preferência um homem) que pudesse manter a utilização da terra e que a mesma não ficasse na condição de abandono, era condição para a preservação dos direitos de utilização da terra das novas gerações da família.

Um fato curioso que pode ser tomado como exemplo, pela forma como espelha fortemente a permanência de membros da família na terra foi mostrado pelo depoimento de um provedor de serviço, que saiu da sua comunidade quando tinha apenas 12 anos e foi morar na África do Sul, deixando na sua terra natal os pais e um irmão mais velho. Segundo o

entrevistado, o pai e o irmão são os que deram continuidade à atividade agrícola. Porém, depois do falecimento do seu pai, o entrevistado declara que:

Quando o meu irmão sentiu que já estava velho e não tinha mais força e nem saúde para trabalhar, me chamou para regressar a casa. Meu irmão mandou eu comprar uma máquina de serrilharia para continuar com o meu trabalho que já vinha desenvolvendo na África do Sul e com este trabalho poder também me reintegrar na comunidade que já não me conhecia pois sai muito cedo de casa. Eu precisava voltar antes do falecimento do meu irmão porque sou o filho mais novo e único homem vivo que restou da parte dos meus pais. Pela tradição sou eu quem tem que herdar todos os bens deixados pela minha família e tenho que tomar conta dos meus sobrinhos e todos outros que moram em casa²⁴.

De forma semelhante, as informações obtidas das entrevistas mostraram legitimidade do poder comunitário quanto à possibilidade do produtor aumentar a porção de terra caso almeje aumentar os campos de cultivo. O depoimento de outro provedor de serviços espelha a questão:

Uma vez que nasci aqui, eu estou ver o local em si onde não está sendo ocupado. Conheço e sei muito bem que a força que estou a empenhar as pessoas da comunidade admira. As portas podem se abrir porque eu facilito a comunidade, toda a comunidade gosta dos meus atos de trabalho e esta não pode vedar qualquer pedido que eu possa lançar²⁵.

Estes dois exemplos acima mostram, por um lado, a importância da base comunitária em que os membros estão inseridos e alicerçados. No primeiro caso fica claro que somente a comunidade pode legitimar a legalidade da posse dos bens deixados pela família. Para o próprio entrevistado, essa base tradicional é de tamanha importância que a preocupação com o destino dos bens e restantes membros da família foi o único motivo do seu regresso à terra natal. Para o segundo caso, é a comunidade que garante as possibilidades de espaços de trabalho aos seus membros, dando possibilidades que estes expandam suas atividades produtivas quando necessário. Em caso de conflitos, os líderes comunitários são responsáveis

²⁴ Provedor de serviços 01 do PA de Chibonzane, em entrevista realizada no dia 19/01/11

²⁵ Provedor de serviços 08 do PA de Chidenguele, em entrevista realizada no dia 22/01/11

primários na mediação dos mesmos e faz-se uma consulta a comunidade sobre a pertença ou possibilidades de serem expandidas as utilizações.

Por outro lado, os exemplos elucidam aos favoráveis aos debates em torno da necessidade de privatização da terra que, enquanto o setor familiar de produção agrícola utilize os fatores terra e trabalho intensivamente, as ligações comunitárias alicerçadas à Lei irão possibilitar ganhos maiores de produção por via de aumentos consideráveis dos fatores em seu dispor. Adicionalmente, corroboram com argumentos de que esta forma de organização não exclui a possibilidade de investimentos agrícolas de nível empresarial. Mesmo havendo predomínio de explorações de ordem familiar, em Manjacaze existem categorias de plantações de cajueiros destinadas unicamente ao mercado, ainda que não estejam em regimes de monocultura, fato raro se não inexistente no distrito. Como exemplo, foi apontada a plantação de Helena Boi em Manjacaze e dos irmãos Chissano em Chibuto que se encontra em um estado mais avançadas para uma produção de nível comercial²⁶.

Estes são aspectos que corroboram com a posição de Ribeiro (2006) de que o favoritismo da Lei da Terra na utilização comum do recurso pelo povo moçambicano, não impede que existam grandes investimentos, nacionais, regionais ou mesmo internacionais no segmento agrícola. O mesmo pode ser afirmado com relação às plantações de cajueiro. Em determinados casos, o acesso a terra e/ou resultados positivos de produção de caju justificaram a transição de pequenos produtores para categorias comerciais (empresariais) de produção, tal como indicam informações das entrevistas:

Quando os produtores conseguem maiores níveis de produção, por aumento de terra ou por consequência dos cuidados efetivos das plantas, melhorando assim seus fatores de produção é fácil para nos extensionistas observarmos em que categoria

²⁶ Informação obtida em entrevista com técnico do INCAJU realizada no dia 10/01/11

este produtor se encontra. Muitas vezes, eles próprios já dizem que podem me transferir para a categoria de privado²⁷.

Sem generalizar o exemplo, se a questão for enquadrada unicamente pela garantia de acesso e utilização da terra, não existe nenhuma ressalva para serem declarados incrementos de produção ou da capacidade produção.

1.3.2. Programas de extensão rural

Os serviços de extensão (pública, privada e ONGs) aos produtores, no sentido de consolidar e/ou melhorar práticas agrícolas, encontram-se aquém do desejável, diante do aparato técnico capaz de fazer face à dinâmica agrícola e magnitude dos agricultores com necessidade de assistência técnica (GEMO, 2009). O modelo de centralização econômica, que caracterizou o país logo após a independência nacional, favoreceu uma organização econômica com a opção pelas empresas agrícolas estatais, cooperativas agrícolas e os movimentos das aldeias comunais. Os objetivos centrais no contexto da produção agrícola, que justificaram esta forma de organização centravam-se na garantia de continuidade de produção para a exportação, alimentação das agroindústrias locais, assim como, para abastecer os mercados locais, especialmente os centros urbanos.

Nesta época, se for considerada a existência de trabalhos estruturados dos serviços de extensão, estes eram feitos com base em culturas específicas, a exemplo do Instituto do Algodão e de Cereais, Secretaria do Estado do Caju, entre outros (GEMO, 2009). No âmbito da assistência técnica às famílias, a sua concentração nas aldeias comunais, pressupunha facilitar mediante recursos disponíveis nas empresas estatais que,

²⁷ Informação obtida em entrevista com técnico do INCAJU realizada no dia 10/01/11

(...) tinham ainda a função nas suas “áreas de influência”, o que significa que também deveriam prestar serviços aos outros setores sociais de produção – cooperativas, privados e produtores de pequena escala (como, por exemplo, venda de insumos, aluguer de máquinas, comercialização dos excedentes, assistência técnica, etc.) (MOSCA, 2005, p. 201).

Observa-se que, no intuito do governo, as empresas agrícolas estatais deveriam dedicar parte dos seus recursos às atividade de extensão e as cooperativas. Neste caso estariam funcionando como centros de desenvolvimento de habilidades nas diferentes área que consagrassem o desenvolvimento agrícola almejado.

Entretanto, a falta de recursos financeiros das próprias empresas agrícolas estatais para a efetivação da assistência técnica, falta de técnicos capacitados para levar a cabo os programas e projetos governamentais impediram a efetivação do projeto governamental. Somente em 1987 é que o governo cria o serviço público de extensão que, mais tarde, é unificado pelos múltiplos aspetos dos sistemas de produção, culturas, atividade pecuária e florestal, entre outros elementos (GEMO, 2009).

Atualmente, a política de extensão agrária compõe um Sistema Nacional de Extensão Agrária (SISNE), integrando todas as atividades de extensão do MINAG (Serviço Unificado da Extensão, SUE, compreendendo as culturas, pecuária e a gestão dos recursos naturais), bem como a promoção da colaboração de outros provedores de serviços agrários não governamentais e do sector privado, que implica um Sistema Nacional de Extensão (MINAG, 2007).

Por sua vez, de acordo com o MINAG (2007), o Ministério da Agricultura possui seu serviço de extensão agrária que contempla as funções nucleares mínimas, como a transmissão de tecnologias, a promoção das organizações de produtores, a estratégia de desenvolvimento, coordenação e vacinações obrigatórias. Englobam ainda, outras funções estratégicas

decapacitação das organizações dos produtores (na planificação, provisão de serviços, e na cadeia produtiva) e em aptidões empresariais e de gestão.

A visão do Ministério da Agricultura, para um desenvolvimento agrícola em Moçambique esta assente nos mercados, serviços financeiros, tecnologias e acesso aos recursos naturais. Assim a extensão agrária, como uma das principais atividades que efetiva a produção agrícola, deve assegurar, fundamentalmente, aos agricultores de subsistência quer sejam homens ou mulheres, incluindo os agregados chefiados por mulheres e desfavorecidos, assistência técnica que possibilite aumento da produtividade agrícola e da produção para melhorar a segurança alimentar o crescimento econômico e para a redução da pobreza. O objetivo final é a elevação da eficiência na produção e a provisão de novas tecnologias e inovações institucionais (MINAG, 2007).

No caso dos serviços públicos de extensão, dados do MINAG (2007) indicam que a prioridade é para a assistência aos pequenos produtores com ênfase na melhoria da segurança alimentar assim como na transformação das características essencialmente de subsistência da agricultura dos pequenos produtores para um sistema de produção mais orientado para os mercados. Ao nível distrital, o foco é para os distritos com um potencial agrário mais alto. Entretanto, o MINAG aposta por um fortalecimento da procura e acesso aos serviços da extensão agrária, com base nos princípios da capacitação dos produtores e inclusão de mulheres dedicadas a agricultura, os agregados chefiados por mulheres e grupos desfavorecidos e/ou afetados pelo HIV/SIDA.

Tabela 1. Evolução numérica da extensão agrária por província²⁸

Províncias	Número de técnicos	
	2004	2009
Maputo Cidade		21
Maputo Província	6	57
Gaza	5	48
Inhambane	6	50
Sofala	9	65
Manica	6	63
Tete	5	55
Zambézia	6	81
Nampula	11	107
Cabo-Delgado	7	83
Niassa	5	71
Total	66	701

Fonte, Adaptado de Gemo (2009) e MF (2010)

De acordo com o MF (2010), o total dos extensionistas da província de Gaza baixou de 48 para 36 técnicos, entre o ano de 2009 e 2010. Este dado pode representar uma dificuldade do sistema manter seus quadros, agravando a cobertura desejável de extensionistas em 88 e 1.024 técnicos para a província de Gaza e no total do país respectivamente.

Entretanto, para o segmento agrícola do caju, a assistência técnica aos pequenos produtores familiares é garantida pelos programas de extensão providos pelo INCAJU. Ainda assim, de acordo com informantes chave do INCAJU, devido à fraca capacidade de cobertura às famílias necessitadas, o INCAJU tem que recorrer ao apoio dos SUE e dos serviços de extensão cedidos pelas ONGs, para uma assistência técnica de caráter integrada:

Para contornar os problemas com a extensão deficiente (Manjacaze só conta com dois técnicos agrários do INCAJU para todo o distrito), os técnicos extensionistas das diferentes áreas – pecuária, floresta e a extensão rural propriamente dita, juntam-se todos e formam uma equipe e assistem as famílias nas diferentes atividades. Assim a exemplo dos extensionistas do INCAJU no campo, para além de assistir as ações do

²⁸ As fontes não especificam se os dados englobam as três dimensões de extensão: pública, privada e ONGs.

caju, também assiste os casos da pecuária, a *new castle*, a agricultura nas diferentes culturas. E é assim que se procura contornar o déficit de técnicos, que mesmo assim, continuam insuficientes.²⁹

Entretanto, a qualidade da atividade de extensão e a necessidade de intervenção no quadro daquilo que são os programas (atividades) estipulados para a intervenção do INCAJU faz com que a assistência técnica às famílias tome um caráter cíclico. Como áreas fundamentais de intervenção para o segmento agrícola, a assistência técnica e o acompanhamento aos produtores comportam a produção e distribuição de mudas, o manejo integrado do cajueiro e a monitoria da comercialização da castanha de caju.

a) Produção e distribuição de mudas

Neste componente, a assistência é dada com base em treinamento de técnicas de enxertia, métodos e etapas de plantio. Embora deva ser observado que grande parte desta atividade esteja a cargo do próprio INCAJU, com seus viveiros de caráter público. O foco deste programa é o fomento da produção e produtividade. A aposta em novos plantios de cajueiros, ainda que considerada estratégia de longo prazo, o INCAJU considera fundamental para a recuperação da cajucultura moçambicana, pois assegura a sustentabilidade e crescimento do setor (INCAJU, 2010).

Além do treinamento, o INCAJU, através dos provedores de serviços disponibiliza mudas para que os produtores experimentem e fiquem incentivados a aceitar esta nova tecnologia e, conseqüentemente, comprar as mudas melhoradas. As entrevistas efetuadas, mostraram de que forma é recebido tal incentivo pelas populações: “temos tido apoio da Agricultura (INCAJU). Deram-nos 10 mudas para fazer a distribuição e convidar as

²⁹ Depoimento obtido em entrevista com técnico do INCAJU realizada no dia 07/02/11

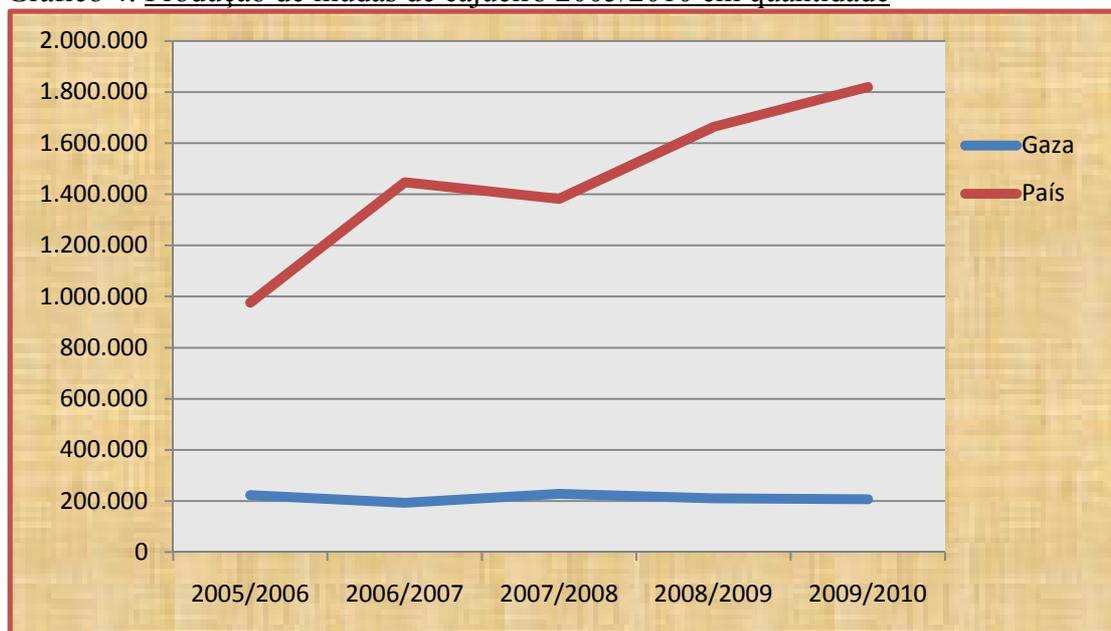
populações a irem comprar a preços especiais. Mais só aceitam porque são oferecidas, comprar ninguém foi”³⁰.

O argumento do INCAJU para que os produtores passem a utilizar essas novas variedades de mudas centra-se na qualidade. Diferentemente do cajueiro comum, são de produção precoce, enxertadas com material genético (garfos) a partir de cajueiro comum e anão e são tolerantes a pragas e doenças, que constituem o grande problema dos cajueiros a nível nacional (INCAJU, 2010).

Pelo fato de representar grande importância estratégica para a revitalização do parque cajual nacional, o componente de produção e distribuição de mudas, conta com um programa de Intensificação de Produção e Distribuição de Mudanças (IPDM), aprovado em 2009 pelo Ministério da Agricultura (INCAJU, 2009). Esse programa tem focalizado, entre outras atividades de caráter administrativo levadas a cabo a nível central, à construção de viveiros, implantação de sistemas de rega, investigação e formação que irão procurar atingir o melhoramento dos sistemas e mecanismos de produção e gestão nas famílias.

³⁰ Entrevista com provedor de serviços 04 de Nguzene realizada no dia 20/01

Gráfico 4: Produção de mudas de cajueiro 2005/2010 em quantidade



Fonte: Adaptado de INCAJU, 2010

Pelo gráfico pode se observar um efeito positivo do programa, pela tendência de crescimento dos níveis de produção de mudas a nível nacional. Porém, dados do MF (2010), apontam um ritmo de produção abaixo do planejado em muitas províncias de Moçambique. A província de Nampula, por exemplo, onde se concentra o maior parque de cajueiros do país, no período agrícola de 2008/2009 tinha no seu plano de produção pouco mais de 700.000 mudas. Contudo a efetivação de produção ficou em torno de 400.000 mudas.

A província de Gaza mostrou cumprimento dos planos de produção que, rondavam em 150.000 mudas para o período agrícola de 2008/2009 (MF, 2010). Entretanto, no processo de levantamento de dados de pesquisa, na província, não foi possível obter dados sobre o ritmo de distribuição e o que de fato é transplantado e estabelecido nos campos³¹. De acordo com o MF (2010), o que de fato está sendo distribuído está muito abaixo do que é produzido devido

³¹Importa dizer que a expansão da produção de caju, em termos de aumento de número de árvores, para a província de Gaza como um todo, tem privilegiado poucos distritos, mais ao norte da província que praticamente não tem a cultura em grande dimensão. Para o distrito de Manjacaze, as mudas devem ser adquiridas a custos próprios das famílias, uma vez que o objetivo é a substituição dos cajueiros velhos e não produtivos pelas mudas melhoradas que busquem aumentos de produtividade.

fundamentalmente, ao sistema deficiente de rega que tira a qualidade das mudas, ainda nos viveiros de produção. Este dado corrobora com a opinião de pesquisadores que observam um ritmo bastante lento de reposição do parque cajual envelhecido: “a reposição caminha a um ritmo bastante lento. A esse passo, só daqui a vários anos haverá reposição global (mas também muitos milhões de cajueiros novos já serão velhos)”.³²

Contudo, informantes-chaves do setor afirmam estar em torno de 50% a sobrevivência das mudas transplantadas. Para além das dificuldades observadas pelo INCAJU, com a localização dos viveiros, que se encontram afastados dos campos de cultivo, dificuldades de fazer chegar as plantas no momento certo para o transplante salientem que por vezes há negligência por parte do produtor no cuidado com as plantas. Isto implica que a monitoria feita ao produtor deve ficar atenta a esses problemas e encontrar formas de fazer um acompanhamento mesmo depois de estabelecida nos campos.

b) Manejo integrado do cajueiro

Por Manejo Integrado o INCAJU considera todas as atividades de limpeza, podas, combate às queimadas descontroladas e pulverização dos cajueiros. Esta última, com o objetivo de combater as pragas e doenças dos cajueiros (INCAJU, 2010). Neste componente, o INCAJU presta atenção na relação dos produtos utilizados nos tratamentos dos cajueiros, a forma e frequência com que tais produtos podem ser utilizados pelas famílias, com base no seu Programa de Tratamento Químico de Cajueiros³³.

³² Depoimento obtido por via de questionário de entrevista recebido no dia 25/11/10

³³ São as pulverizações dos cajueiros com pesticidas que visa combater as pragas e doenças do cajueiro. Ela é para o INCAJU um comprovante fator de produtividade dos cajueiros, transformando o programa de pulverização numa estratégia principal de curto e médio prazos do INCAJU (INCAJU, 2008).

Informantes chaves do setor de caju em Moçambique afirmam que, muito recentemente vem ocorrendo o ataque ao cajueiro por uma nova doença, o Oído do cajueiro. Esta doença que, se observou também em Quênia e Tanzânia, alastrou-se por todo o país, provocando perdas de produção na ordem de 75%. A contaminação pelo oído incide nas folhas e ramos novos, inflorescências e castanhas jovens. A doença aparece de forma epidêmica, durante o inverno à partir de junho e não é facilmente encontrada na estação quente (verão). Para reverter a situação o IIAM e INCAJU realizaram investigações sobre a doença, na busca de manejo específico nos cajueiros atacados. Os resultados da investigação comprovaram a eficácia dos tratamentos à base de produtos químicos (fungicidas) quando combinados com um manejo adequado das árvores (podas elimpezas). Assim, quando bem cuidado, estima-se que o cajueiro possa produzir 12 kg de castanha, quatro vezes mais do que uma árvore não tratada.

É neste contexto que o INCAJU integra as pulverizações como questão central de manejo do cajueiro e cria o programa de tratamento químico financiado e subsidiado pelo Estado. Assim, a aquisição e administração dos produtos químicos são englobadas nas atividades da alçada do INCAJU e o registro dos produtos é feito no Departamento de Sanidade Vegetal do IIAM. Para aquisição individual, é necessário acionar vários canais legais de informação sobre o risco dos produtos químicos e a legalização antes de serem usados³⁴.

Embora haja uma total participação do INCAJU, com a orientação de quantas vezes por campanha o tratamento químico deve ser feito e a própria provisão do produto químico, que chega gratuitamente às famílias (independentemente de pequenos, médios e grandes

³⁴ Informação obtida em entrevista realizada com técnico do INCAJU e IIAM no dia 08/01/11

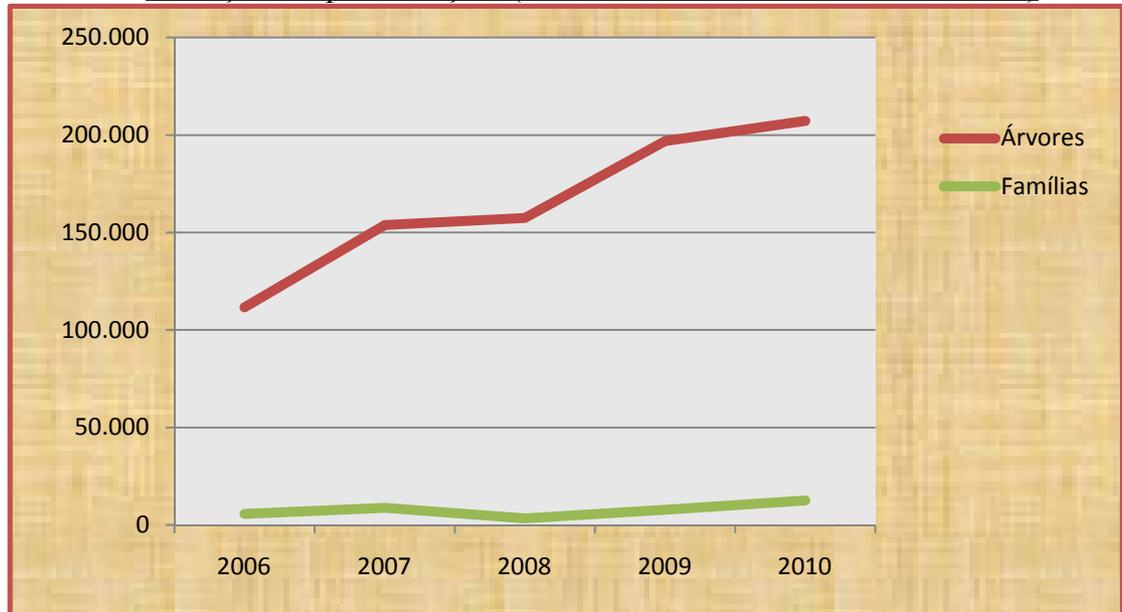
produtores), é através dos provedores de serviços privados que a atividade de manejo integrado é feito. Assim, consoante à capacidade de investimentos dos produtores, isto é, aqueles que podem adquirir todos os outros componentes³⁵ necessários para o tratamento dos cajueiros, passam por um treinamento fornecido pelo INCAJU, ou pelas ONGs locais no sentido de aprenderem como manuseá-los nos campos de cultivo.

No contexto de atores colaboradores do INCAJU, a *Save the children*, ONG que opera em Gaza, especificamente em Manjacaze vem atuando no tratamento químico dos cajueiros, mediante seleção de produtores capazes de operar com os instrumentos, sendo que, para além de trabalhar com provedores já identificados pelo INCAJU - na facilitação para aquisição do atomizador, óculos e máscaras, expandiu a área de abrangência com a seleção de produtores vulneráveis, tendo crianças ao seu cuidado.

O gráfico a seguir ilustra a evolução verificada na pulverização dos cajueiros no período de 2006-2010 em Gaza. O objetivo é mostrar a tendência de aceitação com relação ao número de cajueiros tratados e a aceitação e/ou possibilidades das famílias de toda a província de Gaza.

³⁵Todos os componentes incluem o pulverizador, máscaras, óculos e o combustível usado no pulverizador.

Gráfico 5: Evolução das pulverizações (árvores tratadas e famílias beneficiadas)



Fonte: Adaptado de INCAJU (2010)

Esse foi um programa que teve o seu início no ano de 2000, com a província de Nampula escolhida a título demonstrativo. Os resultados positivos encorajaram expansão em 2001 para outras províncias (INCAJU, 2008), incluindo Gaza. Embora haja crescimento de número de árvores pulverizadas, continuam em número reduzido as famílias beneficiadas pelo programa mostrando a necessidade de ampliação ainda maior para o benefício de mais famílias.

Uma observação que se faz ao programa se relaciona com a questão do produto químico subsidiado. O INCAJU faz a distribuição gratuita dos produtos químicos às famílias por via e intermédio do provedor de serviço (também produtor). Constatou-se que o programa beneficia tanto o provedor, assim como as famílias produtoras. Contudo, a atividade executada pelo provedor é remunerada pelas famílias, pelo custo de combustível a que este

incorre quando efetua as pulverizações. Por este motivo, fica a percepção que o provedor é quem mais benefícios tira do programa, pois, também utiliza o produto químico gratuito no tratamento dos seus cajueiros.

c) Monitoria da comercialização da castanha de caju

Na concepção do INCAJU, a monitoria da comercialização inclui o treinamento das atividades de pós colheita, nomeadamente: separação total da castanha do falso fruto, separação de castanha por tamanhos, divulgação via rádio do sistema de comercialização, no que concerne a informação dos preços praticados entre províncias e localidades. Geralmente os treinamentos ocorrem junto à comunidade quando ocorrem visitas dos técnicos extensionistas às famílias, ou em reuniões comunitárias.

Verificou-se no trabalho de campo que este componente é pouco expressivo e percebido pelas famílias produtoras. Porém, as informações são transmitidas com mais regularidade entre produtores, fundamentalmente àqueles com possibilidades de adquirir meios de comunicação necessários para sua atualização. Nas entrevistas efetuadas³⁶, alguns produtores (geralmente os associados) mostram interesse em se organizarem em feiras comerciais, onde, além de venderem seus produtos, possam passar com maior regularidade as recomendações que poucos têm o privilégio de obter por via dos extensionistas.

Ainda neste contexto, o INCAJU faz a abertura oficial da campanha de comercialização por províncias, que antes obedecia aos parâmetros regionais (norte, centro e sul). Na sequência, fica impedida a comercialização em locais sem a prévia autorização oficial,

³⁶ Houve uma manifestação expressa na entrevista com o provedor de serviços 06 do PA de Manjacaze Sede realizada em 21/01/11.

para que se garantam o abastecimento das fábricas de processamento local, antes do início das exportações da castanha *in natura* (MACAUHUB, 2010).

A luz desta concepção significa dizer que, basicamente a comercialização da castanha de caju e seus derivados ficam por conta do mercado, onde serão definidos os preços e quantidades dos produtos a serem obtidos. Na verdade, existe apenas um regulamento de comercialização aprovado por decreto n 86/99 de 23 de novembro, que define as condições e procedimentos normativos de comercialização de castanha de caju.

1.3.3. Política de crédito

Procura-se expor os principais instrumentos que o Estado dispõe para a viabilização dos mecanismos de concessão de crédito, especialmente para o segmento agrícola de caju em Manjacaze. Nesta perspectiva, as informações obtidas do INCAJU indicam que a instituição dispõe para investimentos no setor de um Fundo de Garantia (Fundo de Aval) ao cuidado do Banco de Comércio e Investimento (BCI), um banco privado.

Informações de pesquisa³⁷ revelam que o Fundo de Garantias permite que os beneficiários acessem a crédito bancário. Entretanto, a condição imposta pelo INCAJU é a capacidade de elaborar projetos viáveis a serem aprovados pela instituição financeira e pelo INCAJU. Quando aprovado, o empréstimo é cedido e o INCAJU garante o não cumprimento do retorno do investimento ao banco pelo Fundo de Aval. Ainda que a disponibilidade do fundo seja de caráter geral, tem privilégio a este crédito formal, primeiro o setor de processamento devido à qualidade da atividade que acarreta menos riscos em relação aos

³⁷ Informações obtidas em entrevistas com técnicos do INCAJU realizadas nos dias 08/02/11 e 23/01/11

projetos agrícolas e em segundo lugar os produtores de unidades agrícolas de caráter comercial, do setor privado.

Entretanto, outras formas de crédito (as consideradas não formais) são cedidas aos pequenos produtores familiares, nomeadamente: nas possibilidades de parcelamento na compra do pulverizador, crédito cedido, atualmente pela *Save the children* com fundos da União Européia, produtos químicos subsidiados que chegam a custo zero para as famílias e preços bonificados na aquisição das mudas melhoradas. Dados de pesquisa indicam que, para este último benefício são aplicados descontos nas seguintes condições:

Quando o produtor leva acima de 100 mudas faz-se um pequeno desconto. Quando leva acima de 500 faz-se um desconto mais acentuado. Porque nos sabemos que nosso produtor não tem capacidade. As vezes fazemos contratos de pagamento em seis meses. Os extensionistas que lidam com eles todos os dias sabem onde vivem e ainda temos esta parte honesta dos nossos produtores. O produtor no momento da compra pode não ter na totalidade, paga uma parte e o resto paga ao longo da campanha³⁸.

A outra grande oportunidade de aquisição de crédito que surgiu para os pequenos produtores familiares é através do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL)³⁹ administrado pelos governos dos distritos. A base deste orçamento assenta na Lei 08/2003, dos Órgãos Locais do Estado, que considera o distrito “(...) a unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado é à base de planificação do desenvolvimento econômico, social e cultural da República de Moçambique” (MPD e MF, 2007, p. 2).

O objetivo que motivou a criação do OIIL foi a necessidade de financiar projetos de geração de rendimento, emprego e produção de alimentos. Segundo o Centro de Integridade

³⁸ Informação obtida por entrevista ao técnico do INCAJU realizada no dia 10/01/11.

³⁹ Este programa enquadra-se nas políticas públicas de desenvolvimento rural visando à descentralização do orçamento de investimento para os distritos, onde se criam possibilidades de financiamento de iniciativas locais para ações concretas destinadas a combater a pobreza absoluta no distrito. Pela condição de um orçamento destinado a pequenas iniciativas, as famílias rurais detêm financiamento para criação de mais renda, postos de trabalho e incremento dos níveis de produção alimentar nos distritos.

Pública – CIP (2010, p. 8) a ideia inicial deste orçamento era: “(...)financiar infra-estruturas públicas locais nos distritos (...), tornou-se uma linha de créditos e (por falta de reembolso) subsídios para investimentos produtivos privados a pequena escala”. Vários exemplos de utilização desses fundos, pelos produtores de caju podem ser citados através dos depoimentos dos entrevistados:

A agricultura (direção provincial) me ajudou a escrever o projeto para pedir dinheiro a Administração para comprar a máquina (atomizador) de pulverizar os cajueiros;⁴⁰

Meu irmão pediu dinheiro ao governo para comprar a máquina para pulverizar com ela. Depois pediu dinheiro para comprar trator, mas este acabou não saído porque ele morreu;⁴¹

Fiz o projeto para adquirir o empréstimo do OIIL por forma a comprar uma junta de bois (dois bois e uma charua para a lavoura) com que lavro as machambas;⁴²

Pedi empréstimo ao Estado, esse de OIIL, mas só consegui obter os bois que ainda estou a treinar para lavrar machambas. Estou a ver este ano se consigo mais algum para a charrua.⁴³

Estes exemplos mostram o crescente envolvimento dos governos distritais no apoio às famílias e particularmente no impulsionamento da atividade agrícola do caju em benefício das metas preconizadas pelo INCAJU. Adicionalmente, observa-se pelo depoimentos que existe boa vontade por parte dos técnicos extensionistas da agricultura e/ou INCAJU, no apoio aos agricultores menos instruídos para a elaboração de projetos por forma a se beneficiar de tal fundo.

Embora parem críticas face ao fraco desembolso dos fundos no início da linha de crédito, não é menos verdade que, cada vez mais produtores passam a ter acesso aos empréstimos, aplicados principalmente na aquisição de insumos agrícolas. A maior parte dos que obtiveram o empréstimo tenha destinado à compra de atomizador ou para à aquisição da

⁴⁰ Entrevista realizada com o provedor de serviços 06, em 21/01/11

⁴¹ Entrevista realizada com o provedor de serviços 01, em 19/01/11

⁴² Entrevista realizada com o provedor de serviços 07, em 22/01/11

⁴³ Entrevista realizada com o provedor de serviços 08, em 22/01/11

junta de bois. Enquanto produtores e provedores, direcionando cuidados permanentes às suas árvores, o retorno dos investimentos pode acontecer em curto prazo, satisfazendo as condições de devolução dos empréstimos ao governo.

Portanto, o desenvolvimento econômico, social e político de Moçambique, tiveram implicações no setor de caju, que determinaram a organização produtiva e social das famílias produtoras de caju. Para alguns pesquisadores somente no Estado tem a capacidade de intervir no ressurgimento da indústria de caju. Foi neste contexto que surge o INCAJU, com políticas específicas de assistência e investimentos disponíveis para os produtores de caju em Moçambique. De certa forma pode-se dizer que as políticas e estratégias prosseguidas pelo INCAJU com relação ao segmento produtivo estão surtindo efeito desejável quando observadas em termos de metas e cumprimento das atividades.

Fora da intervenção direta do INCAJU, estão os programas de crédito disponíveis pelos governos distritais. Instrumentos de crédito neste nível é fato positivo para os pequenos produtores familiares, aumentando suas possibilidades de aquisição de crédito por via do OIL. Portanto, o capítulo que se segue, no compito geral buscará compreender o sistema agrário e a estrutura social do sistema de produção em Manjacaze.

CAPÍTULO II

AABORDAGEM TEÓRICA DE ESTUDO

Abordagem sistêmica, no contexto da teoria dos sistemas agrários e sistemas de produção são centrais nas discussões sobre o tema proposto neste estudo. O seu uso objetiva responder a questão levantada sobre que sistemas produtivos do caju estarão vigentes no distrito de Manjacaze e como respondem eles à melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores familiares de caju do distrito.

Moçambique é um país predominantemente rural e agrícola, considerado um dos mais pobres do mundo e com mais da metade da sua população vivendo em situação de extrema pobreza. Por este fato, foi sempre lema do governo de Moçambique concentrar esforços para o desenvolvimento do meio rural, tendo como postulados básicos: a agricultura como base e o distrito como pólo de desenvolvimento do país.

A abordagem do desenvolvimento rural desenvolvida pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural em Moçambique considera desenvolvimento rural como:

(...) processo que articula os esforços nas esferas do crescimento econômico, a equidade social, o uso racional de recursos naturais e a governabilidade, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população mediante uma transformação produtiva, sem arriscar a satisfação das necessidades fundamentais das gerações futuras e a capacidade de assimilação da natureza (MADER, 2000 citado por VALA, 2007:10).

Diante da conversão do distrito como pólo principal de desenvolvimento sócio-econômico e a descentralização das finanças públicas – onde os responsáveis distritais passam a se beneficiar de parte de fundos orçamentais públicos à sua gestão direta⁴⁴ – o país viu-se

⁴⁴ Desde o ano de 2006 o atual governo de Moçambique criou o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIL), com o objetivo de financiar projetos de geração de rendimento, emprego e produção de alimentos. Este programa destina-se ao financiamento de iniciativas

forçado a repensar e equacionar uma estratégia de desenvolvimento especificamente para as áreas rurais (CONSELHO DE MINISTROS, 2007). Assim, pela estratégia de desenvolvimento rural:

Desenvolvimento rural significa transformação da composição e estrutura social, econômica, política, cultural e ambiental das áreas rurais. Isto implica atuar sobre os estrangulamentos da economia e das instituições da sociedade rural, nomeadamente sobre as variáveis simultaneamente importantes e onde a zona rural é mais débil e fraca. É a transformação do importante, do fraco em forte, do improdutivo em produtivo, com vista a gerar progresso, crescimento e expressão da economia rural (CONSELHO DE MINISTROS, 2007, p. 3-4)

De acordo com Castel-Branco (2008), histórica e estruturalmente, a base de sustentação e de acumulação de capital de toda a economia moçambicana, com exceção dos últimos oito anos⁴⁵, tem residido nas zonas rurais, que mostra a viabilidade de concentração de esforços nos espaços rurais. Acrescentando o autor considera que para um efetivo desenvolvimento econômico de Moçambique passa necessariamente pela exploração rentável e sustentável do potencial existente nessas regiões. A agricultura joga esse papel importante, na medida em que, ao contrario dos grandes projetos intensivos em capital, gera emprego rural e contribui para a segurança alimentar familiar e nacional, assim como contribui na redução da pobreza essencialmente rural.

Algumas teorias sobre o desenvolvimento econômico sustentam inclusive o papel fundamental da agricultura para o desenvolvimento econômico. Hayami e Ruttan (1988)⁴⁶ são

loais para ações concretas com vista a combater a pobreza absoluta no distrito. Portanto, devem concorrer para a criação de mais renda, postos de trabalho e incremento dos níveis de produção alimentar nos distritos. (MPF/MF, 2007).

⁴⁵ Em 2003, o crescimento do PIB de Moçambique atingiu os 7.1% e aumentou para 7.8 em 2004, como resultado de principalmente dois mega-projetos financiados por investimentos estrangeiros: o gasoduto da Sasol e a empresa de Fundação de Alumínio (MOZAL) (KUMBUKILAH, 2008). A mesma fonte refere que pelo fato de influenciarem consideravelmente sobre a balança comercial. Castel-Branco considera os mega-projetos, estruturantes das dinâmicas fundamentais de acumulação e reprodução econômica em Moçambique por causa do seu peso no investimento privado na produção e comércio. A citar um exemplo, a MOZAL é hoje, pela sexta vez consecutiva, considerada a maior empresa de Moçambique com um volume de negócios superior a 1.2 mil milhões de Euros (OJE/LUSA, 2008).

⁴⁶ Hayami e Ruttan abordam o papel da agricultura no desenvolvimento econômico seguindo as distintas abordagens na análise da nova economia do desenvolvimento. Os autores agrupam basicamente em três teorias: os estágios de crescimento; os modelos de economia dual e os modelos da teoria de dependência. A idéia dos estágios de crescimento Hayami e Ruttan (1988) encontram um processo meio linear em que todos os países tenham que passar. A idéia da economia dual na visão destes autores vai se referir ao conjunto de teorias econômicas em que naturalmente o desenvolvimento se atingiria de forma assimétrica, abordando a questão que leva alguns setores a estagnação enquanto outros se mostram mais dinâmicos. Por sua vez, Hayami e Ruttan (1988) partem da idéia de que na teoria da dependência da forma como a

propagadores de uma ideia neoshumpeteriana⁴⁷ em que, para todas as teorias de desenvolvimento econômico por eles abordadas, notam a existência de uma preocupação com a mudança técnica na agricultura. Schultz (2005)⁴⁸ é propagador e expoente principal de uma teoria da agricultura de altos insumos, capaz de conduzir a um estágio elevado de desenvolvimento.

Porém a análise de desenvolvimento rural com base no enfoque econômico, não deixa claro o papel das agriculturas tradicionais, transparecendo, a ideia de considerar a agricultura tradicional como uma simples transferência do modelo de modernização agrícola dos países desenvolvidos. O enfoque econômico centra-se fortemente na ampliação da base produtiva, o que deixa dúvida quanto às necessidades básicas da grande maioria da população dos países considerados subdesenvolvidos.

Nos anos 1950 surge um novo enfoque integrado, sistêmico que passa a ver o desenvolvimento de forma ampla e abrangente considerando aspectos econômicos, sociais, políticos, ambientais, tecnológicos e éticos. Com este enfoque, surge a abordagem sistêmica da agricultura com o qual se buscam preposições e modelos úteis para estudos das agriculturas e que podem servir, particularmente para a análise da agricultura em Moçambique e fundamentalmente dos sistemas produtivos de caju implementados no distrito de Manjacaze.

economia funcionava até aos anos 60 tinha uma lógica perversa que se projetava cada vez mais perversa, ditada pela tendência de uma participação decrescente da demanda de alimentos ou produtos primários em relação a demanda global.

⁴⁷A corrente neoschumpeteriana atribui importância a inovação como fator endógeno enquanto instrumento concorrencial. Explica como as inovações surgem e se difundem no sistema capitalista (FERRARI, s/d).

⁴⁸Schultz vê pouca probabilidade que a agricultura tradicional gere crescimento devido ao fato de ter sido já esgotadas as possibilidades de produção lucrativa mediante conhecimento de que dispõem. Para analisar as fontes de crescimento econômico, considera a agricultura tradicional lenta para gerar esse crescimento. Romper essa tendência implica que os agricultores ligados a agricultura tradicional devem de alguma maneira adquirir, adotar e aprender a usar definitivamente um novo e lucrativo conjunto de fatores.

2.1. ENFOQUE SISTÊMICO APLICADO À AGRICULTURA E SEUS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Pela teoria geral dos sistemas, desenvolvida pelo biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy, o todo (ou sistema) surge das partes interativas, cujo conhecimento e estudo devem acontecer sempre relacionando o funcionamento dessas partes em relação ao todo (CASTRO *et al.*, 2005). Para estes autores, o sistema tal como é apresentado na definição, vem complementar os conceitos e ferramentas do reducionismo que apresentam dificuldades para explicar o comportamento geral, não como uma soma das suas partes componentes, mas como resultado de complexas interações de um todo indivisível, motivando o surgimento do conceito de sistema como um conjunto de partes inter-relacionadas.

Morin (1977) acrescenta o conceito de organização (introduzido por Saussure) como fundamental ao conceito de sistema, pois considera importante associar inter-relação e totalidade através de uma ideia de organização. Assim, o sistema como uma inter-relação de elementos que constituem uma entidade ou unidade global, engloba: “[...] uma totalidade organizada feita de elementos solidários que só podem definir-se uns em relação aos outros em função do lugar que ocupam nesta totalidade” (SAUSSURE, 1931 citado por MORIN, 1977, p.99). Neste conceito o sistema mostra-se como unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos.

A organização consiste na disposição de relações entre componentes ou indivíduos, que produz uma unidade complexa (sistema), dotada de qualidades desconhecidas ao nível dos componentes ou indivíduos. Assim, a organização tem a capacidade de transformar, produzir, ligar e manter o sistema (MORIN, 1977).

Os elementos de inter-relação, organização e sistema são de uma reciprocidade circular, inseparáveis, porém distintos. Inter-relação conduz a tipos e formas entre elementos ou indivíduos e o todo. Sistema conduz à unidade complexa do todo inter-relacionado enquanto que, organização diz respeito à disposição das partes individuais e por um todo. Portanto, o sistema vai possuir algo mais do que os seus componentes considerados de modo isolado ou justapostos: a organização, a própria unidade global (o todo), as qualidades e propriedades novas emergentes da organização e da unidade global (MORIN, 1977).

Uma das contribuições mais importantes de Marcel Mazoyer foi a formulação e aplicação da teoria dos sistemas agrários, um instrumento analítico que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura, abordando as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas. Esta contribuição inovou o pensamento sobre a agricultura, passando a se buscar para além de análise focada nas atividades produtivas específicas e setoriais, a ideia de um enfoque sistêmico que incorpora as interações entre o agricultor e sua família, os recursos naturais físicos e biológicos necessários a produção e as técnicas utilizadas para a transformação. Para isso, torna-se importante fazer uso de categorias agronômicas, econômicas, sociais e ecológicas que ajudam a observar as inter-relações entre os elementos da agricultura (FRANÇA, ZANONI E MIGUEL, 2010).

Para Mazoyer e Roudart (2010), os objetos analisados, em termos de sistemas, visualizam a combinação de funções inter-dependentes e complementares que asseguram a circulação interna e as mudanças com o exterior de matéria, energia e, tratando-se de um objeto econômico, a circulação de valor. Em suma salientam a importância de que existe um ambiente externo capaz de influenciar e determinar mudanças nos objetos analisados, que lhes conferem características peculiares.

Por uma perspectiva de economia agrária, Bandini (1959) suportando-se dos fundamentos e aspectos econômicos procurou compreender as realidades agrárias em caráter sistêmico. Seu argumento é de que a economia agrária pode explicar a realidade refazendo o processo lógico que guia as ações dos agricultores, buscando o conhecimento das razões econômicas que determinam as formas gerais da agricultura de uma região. Pelo que, explicar e interpretar a realidade agrária numa lógica econômica não se pressupõe a negação da vida concreta e das suas complexas e mais nobres motivações, de aridez de concepções e outras coisas que influenciam a forma de estar dos agricultores, ligadas a matérias afins (Agronomia, Sociologias, Psicologia, Política) da atividade agrícola como atividade econômica, na medida em que definem as condições de base sobre as quais o agricultor opera para constituir a realidade econômica (BANDINI, 1959).

Portanto, fica cada vez mais evidente o poder desta ferramenta de estudo para a análise dos objetivos propostos neste trabalho. Num estudo de impactos da indústria de caju no meio rural de Moçambique, Brad (2008, p.3) argumentou que a análise do setor de caju, a semelhança de outras atividades desenvolvidas nos meios rurais de Moçambique, deveir além de uma abordagem de “crescimento econômico e social baseado em balancetes, resultados específicos, metas preconcebidas ou mensuráveis”, se contrapondo claramente às posições unicamente econômicas de análise das atividades rurais.

Assim, corrobora-se que o instrumento de análise sistêmico torna-se importante para a abordagem da agricultura e seus sistemas de produção. O enfoque sistêmico em pesquisas rurais já vem sendo usadas em diversas partes do mundo, inclusive em Moçambique. Santos et alli (1994) citado por Ferreira (2001) refere a Europa e a África como locais onde tomaram inicio as pesquisa em sistemas de produção durante a década de 60 e na década de 70

emergem como tema mais difundido da pesquisa agrícola internacional. O estudo de CastinhoAmilai (2008), que abordou a questão agrícola do regadio de Chókwé, reformulando e caracterizando a evolução e diferenciação da agricultura e agricultores estabelecidos no perímetro irrigado de Chókwé, na província de Gaza, é o exemplo mais recente de utilização da abordagem dos sistemas agrários, para a análise agrícola em Moçambique.

Este fato sustenta a posição de que, através desta ferramenta pode ser esclarecida a razão de ser dos sistemas de produção praticados no distrito de Manjacaze, a reprodução e a diversidade dos mesmos. O uso da abordagem sistêmica possibilita resgatar culturas e tradições de cada região, gerando um processo contínuo de melhoramento da agrícola.

2.2.O SEGMENTO AGRÍCOLA FAMILIAR

Existe uma importância maior atribuída à família para os estudos usando a abordagem dos sistemas agrários. Para Dufumier (2007), o recurso ao conceito dos sistemas agrários pode ser muito útil para identificar e caracterizar as conexões que existem entre a evolução das relações sociais, movimento das técnicas e as sucessivas transformações dos ecossistemas, onde o limite de entendimento é a unidade de produção familiar.

Pelo Plano Diretor do Censo Agropecuário 2009/2010, apresentado pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique – INE (2009), as atividades produtivas são exercidas em explorações agropecuárias⁴⁹ que, podem ser de natureza empresarial ou familiar. São empresarias àquelas em que:

A unidade econômica de produção agropecuária sob uma gestão singular baseada na exploração fundiária destinada a produção agrícola, pecuárias ou ambas, sem ter em consideração os aspectos legais de posse (título) ou tamanho. A gestão pode ser exercida por um ou mais indivíduos ou um ou mais agregados familiares, ou por

⁴⁹ A designação exploração agropecuária é dada em decorrência de não existir propriedade privada da terra como foi explicada no primeiro capítulo: Estrutura fundiária

uma pessoa jurídica, como corporação, cooperativa ou agências governamentais ou estatais. A exploração pode ter uma ou mais parcelas (INE, 2009, p.31).

Os critérios fundamentais de avaliação são:

Utilização de tecnologias relativamente intensiva (maquinaria e equipamento agrícola); os resultados da sua atividade são destinados, sobretudo ao mercado; o objetivo principal do exercício na EAPE é o lucro; a EAPE tem um gestor que é a pessoa responsável pelas atividades da mesma; mão de obra (força de trabalho) permanente e assalariada; área total maior ou igual a 10ha; uso de semente melhorada; uso de agro-químicos, e; uso regular de medicamentos veterinários (INE, 2009, p. 31).

As unidades produtivas do segmento familiar consistem naquela:

Exploração em que pelo menos 75% da mão-de-obra agrícola é fornecida pelo agregado familiar do produtor, e que não recebem salário. A área total da EAPF abrange todas as parcelas (machambas)⁵⁰, próprias ou ocupadas em pleno uso, em pousio, terras com árvores de fruta, com pastagens privadas, hortas e outras pequenas parcelas (geralmente não consideradas machambas à volta da casa. Ela constitui uma unidade de gestão autónoma em que grande parte das decisões são tomadas pelo chefe do agregado familiar (INE, 2009, p.31).

Esta é uma definição genérica do que constitui o segmento agrícola familiar em Moçambique. Através desta definição pode ainda ser extraído o conceito do pequeno produtor familiar, detalhadamente ilustrado na Tabela 1.

⁵⁰ **Machamba /parcela:** Superfície ou porção de terra separada de outras por fronteiras naturais (rios, montes, etc.) ou artificiais (estradas, sebes, demarcações com outras machambas) que se destina à produção agrícola(INE, 2009).

Tabela 2. Critérios de classificação das explorações agrícolas familiares

Fatores	Limite 1	Limite2
Área cultivada não irrigada (ha) ⁵¹	10	50
Área cultivada irrigada, pomares em produção, plantações, hortícolas, floricultura (ha) ⁵²	5	10
Número de cabeças de gado bovino	10	100
Número de cabeças de gado caprino/ovino e suíno	50	500
Número de aves	2.000	10.000

Fonte: INE, 2009

Na tabela 1 estão apresentados os critérios que são considerados os limites para a classificação das propriedades rurais, a ser adotada no Censo Agropecuário de 2009/2010. De acordo com os dados, são consideradas pequenas explorações agropecuárias aquelas em que todos os fatores se encontrem abaixo do limite 1. As médias explorações são aquelas em que, pelo menos um fator, é igual ou maior que o limite 1 e menor que o limite 2. As grandes explorações agropecuárias serão aquelas que têm, pelo menos, um dos fatores igual ou maior que o limite 2.

A tipologia do produtor de caju apresentado por Mole (2000) agrupa os produtores de caju (pequeno, médio e grande) em função da área de terra disponível ao agregado familiar, caracterizando as diferenças existentes entre os grupos de produtores, em termos de dotação de recursos que inclui a posse de cajueiros por sistemas de produção no qual eles se encontram. Nesta tipologia, o autor considerou pequenos produtores aqueles com uma área de

⁵¹ Área cultivada. Compreende uma parcela de terra ou área com culturas anuais permanentes, áreas em pousio parcial e com pastagens cultivadas, não incluindo área em pastagem natural (INE, 2009).

⁵² Para os casos das árvores de fruta e fruteiras novas ou em produção dispersas, a classificação obedece à seguinte distribuição: (a) se o número de árvores for de 01 até 149 deve ser considerada de pequena exploração; (b) se o número de árvores for de 150 à 2.000 árvores deve ser considerada média exploração (INE, 2009).

terra total equivalente a 2.7 ha, com até 48 unidades de cajueiros por agregado familiar e a mão-de-obra empregue na unidade de produção era de mais de 50% (cerca de três unidades para uma média de cinco pessoas por família). Embora este seja um critério no limite 1 da classificação apresentada na Tabela 1, tanto pela área de terra disponível, quanto pela quantidade de árvores de fruta e fruteiras (no caso o número de cajueiros) em produção, no presente estudo, usou-se o limite máximo dos critérios de classificação apresentados na respectiva Tabela.

Portanto, a unidade a ser estudada é a pequena exploração agropecuária familiar que tem como sujeito o pequeno produtor familiar do caju. A utilização de tecnologia, resultados das atividades voltados ao mercado e com objetivo de lucro, são entre outros os critérios usados pelo INE na designação de quando as unidades produtivas serão consideradas familiares ou levarão consigo a classificação de empresa agrícola.

Esta concepção induz a idéia de que existe um comportamento lógico e racionalidade estritamente econômica (no sentido de objetivos e meios racionais para atingi-los) que determinam as decisões de produção nas unidades produtivas familiares. Entretanto, tendo em conta a base produtiva, Ploeg (2006) considera as unidades de produção familiares um modo de vida tal que a essência da forma de fazer agricultura através do qual, a produção, distribuição e a apropriação de valor são ordenadas como critérios que as distinguem da forma empresarial que esta totalmente focada na base produtiva e voltada exclusivamente ao mercado.

Esta é a ideia que se busca ao focalizar os sistemas de produção do segmento agrícola familiar. Pela abordagem sistêmica toma-se como base de identificação e classificação dos sistemas de produção agrícolas do caju ao nível das unidades produtivas familiares dos

pequenos produtores em Manjacaze. A sua análise irá vislumbrar o comportamento das famílias, a categorização das atividades em empresarias ou se obedecem a visão de que trata-se de um modo de vida e que, por isso precisam ser esclarecidas as razões de ser. Serão ainda analisadas as perspectivas para os pequenos produtores familiares na produção de caju do distrito de Manjacaze.

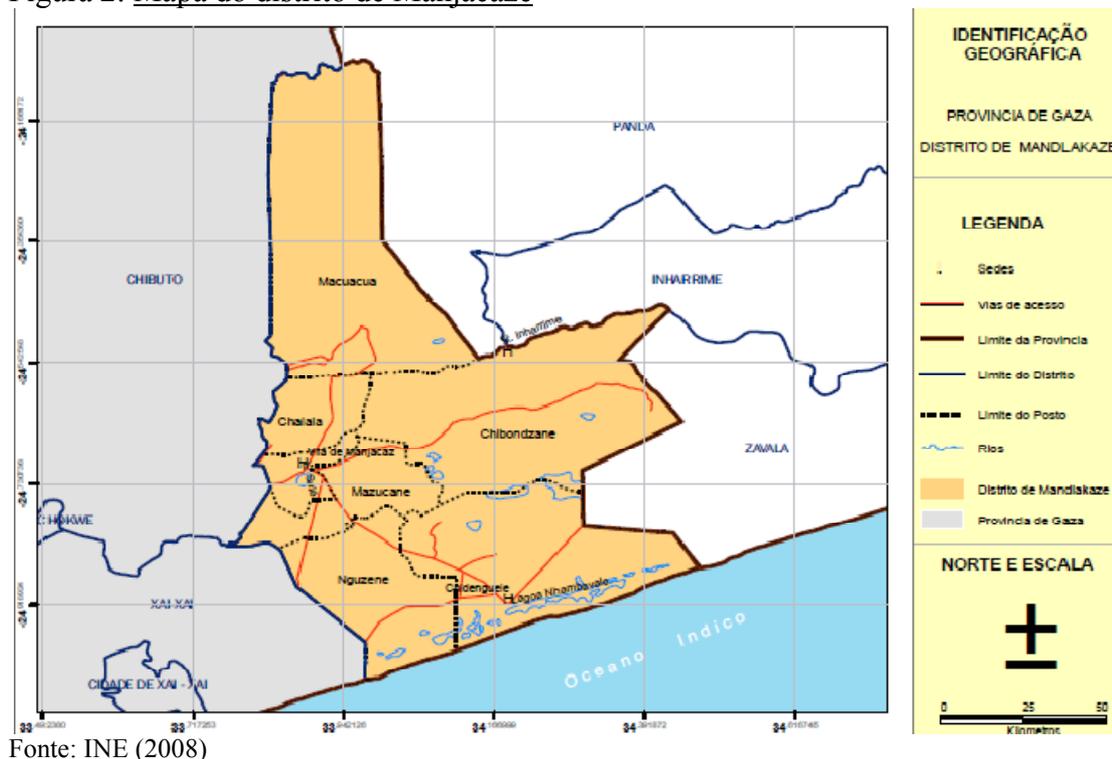
2.3. UNIVERSO GEOGRÁFICO E O LEVANTAMENTO DE DADOS

Com base em fontes secundárias: documentos teóricos das instituições governamentais, relatórios de pesquisas, obras literárias, teses, dissertações, artigos, etc. – foi possível a construção do campo de pesquisa, bem como a definição da área geográfica em que iria ocorrer o levantamento de dados primários. Na sequência, o distrito de Manjacaze⁵³ foi o local escolhido para o levantamento de dados. Manjacaze situa-se na costa sul de Moçambique, na província de Gaza. O Norte do distrito é limitado pelo distrito de Panda (província de Inhambane); a Sul pelo distrito de Xai-Xai e parte do oceano Índico; a Este pelos distritos de Zavala e Inharrime (ambos da província de Inhambane) e a Oeste pelo distrito de Chibuto.

A superfície total do distrito é de 3.797 km² e com uma população de 181.147 habitantes pelo recenseamento de 1997 e uma densidade populacional de 53,4 hab/km². A população é majoritariamente jovem, com 45% abaixo de 15 anos de idade, majoritariamente feminina (taxa de masculinidade é de 42%) e de matriz rural (taxa de urbanização 14%) (MAE, 2005). O distrito de Manjacaze é composto por sete Postos Administrativos (PA): Manjacaze Sede, Chidenguele, Nguzene, Chibonzane, Macuácuá, Madzucane e Chalala, subdivididos em 19 localidades ao todo.

⁵³Também designado Mandlakaze

Figura 2: Mapa do distrito de Manjacaze



Fonte: INE (2008)

O clima do distrito de Manjacaze é tropical seco no interior e úmido no litoral com temperaturas médias que variam entre 17 e 28°C, tornando irregular a pluviosidade. A altitude média é de 100m e basicamente composto por terraços. O extremo Norte possui depósitos indiferenciados e observam-se manchas de aluviões, diatomitos e argilas vermelhas. Em termos morfológicos e pedológicos dominam as planícies de acumulação marinha composta por solos arenosos de forma dunar. Pelas características apresentadas dos solos, observa-se que estes se adaptam as necessidades para o desenvolvimento da cultura que exige solos profundos, relevo plano ou suave ondulado e com profundidade efetiva nunca inferior a 1,50m (EMBRAPA, 2004).

Embora grande parte do distrito esteja ocupada com a atividade agrícola existem ainda 92 mil hectares preservados com a floresta natural que a população rural aproveita para

extração de matéria prima para o fabrico de utensílios domésticos, artesanato, colheita de produtos medicinais, caca entre outras formas de aproveitamento sem destruição da floresta. O desflorestamento e a erosão são inclusive apontados como os causadores para o desaparecimento de certas espécies de animais de grande porte, fauna nativa característicos da região. Consequentemente são esporadicamente observados alguns elefantes, chipanzés, lepres, zebras, hipopótamos uns tantos outros de pequeno porte.

O sistema hidrográfico é condição que influi na determinação das atividades rurais. Os rios de forma geral dão origem, a variados tipos de terras marginais, entretanto, este é um recurso extremamente pobre no distrito de Manjacaze. Ao todo o distrito é atravessado por apenas dois rios: Chamgane que faz fronteira norte com o distrito de Chibuto e o Mangonhane (afluente do rio Inharrime) em Chibonzane-ponjuane num curso bastante pequeno que liga a província de Inhambane. Predominantemente, os recursos hídricos são constituídos por lagoas, embora algumas não sejam de caráter permanente, pois desaparecem na época seca. Ao total existem 63 lagoas no distrito. A maior parte delas predomina nos PA de Chibonzane (centro) e Chidenguele (sul). A maior de todas as lagoas denomina-se Nhambavale localizada no PA Chidenguele.

A indisponibilidade de recursos hídricos faz com que a atividade pesqueira seja bastante fraca no distrito. Entretanto, a ligação com o mar pelo PA de Chidenguele dá outro cenário a esta atividade, sendo encontrados com abundância o camarão, mexilhão, lagosta, caranguejo de mangal e diversas espécies de peixe. Com relação às águas subterrâneas, os aquíferos do distrito são classificados com alta produtividade variando a sua profundidade desde regiões com 20m até regiões com mais de 20 e até 100 metros, que asseguram o abastecimento de água através de furos, poços, nascentes naturais, etc. A

localização do distrito é bastante influenciada por secas cíclicas que, conseqüentemente baixam os níveis de água e secam os rios, dificultando a aquisição de água potável.

Atividade produtiva do distrito é basicamente a agricultura. Só a atividade agrícola ocupa a maior parcela do distrito, equivalente a 375 mil hectares. Destes, 45 mil são ocupados pelo setor agrícola familiar, que pratica uma agricultura manual em pequenas explorações familiares, em regime de consórcio de culturas com base em variedades locais. Em média, as famílias exploram uma área próxima a um hectare. As principais culturas alimentares predominantes são milho, mandioca, arroz, amendoim, mexoeira e feijão. As culturas de caráter comercial (rendimento) são o caju, a mafura, o algodão e a cana-de-açúcar. Normalmente a produção e colheita de culturas alimentares não são suficientes para cobrir as necessidades alimentares básicas, sendo estas complementadas com as culturas de rendimento, com os rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

A relevância da escolha do distrito como o campo de estudo para o caju derivou do fato de Manjacaze ter cerca de metade dos cajueiros de toda a província de Gaza. Segundo a FJC/GAPI-SI (2008), no distrito encontram-se 11% dos cajueiros do país. Pelos dados de comercialização do INCAJU (2008), a província comercializa em média cerca de seis mil toneladas ficando entre o terceiro e quarto lugar em termos das províncias com maior capacidade de produção e comercialização. Para as famílias produtoras, a experiência com cultura é secular, tanto é que, durante a pesquisa de campo ficou evidente que não existe uma única residência seja ela no perímetro urbano, que não tivesse um cajueiro plantado, demonstrando a importância econômica e social da cultura nas famílias de Manjacaze.

Através da metodologia de abordagem sistêmica, o distrito de Manjacaze apresentou capacidade de prover em maior número informações com detalhes que respondessem os

objetivos desta pesquisa. A forma exploratória da pesquisa possibilitou uma penetração na realidade social das comunidades que não se conseguiria apenas com base em leituras ou dados estatísticos. Portanto, a conjugação no levantamento sistêmico e exploratório possibilitou usando as palavras de Goldenberg (2009) buscar compreensão interpretativa das experiências individuais dentro dos respectivos contextos vivenciados no caso concreto do distrito de Manjacaze. Assim, junto à delegação provincial do INCAJU de Gaza foi possível fazer um levantamento das regiões de incidência de produção de caju que justificasse a área a ser escolhida para a pesquisa, que culminou com a escolha dos PAsdeManjacaze Sede, Chidenguele, Nguzene e Chibonzane.

A escolha da unidade de análise foi com base nos critério da teoria do sistema agrário. Neste contexto, a análise dos sistemas de produção se operacionaliza no contexto da unidade de produção, pois é onde se dão as atividades que ocorrem nos sistemas agrários, os tornando centro de definição dos objetivos da família (MAZOYER E ROUDART, 2010). Assim, a unidade de produção no âmbito dos conceitos do segmento agrícola familiar em Moçambique passará a ser considerada, neste estudo, de unidade produtiva familiar.

Foi na unidade produtiva familiar onde ocorreu a recolha de material primário para a análise dos sistemas de produção referentes aos pequenos produtores familiares de caju. É unidade familiar o lugar onde se realiza a atividade produtiva, o centro da tomada de decisão e espelha a realidade agrária do produtor, caracterizada por suas complexidades e diversidades. Os critérios usados para a seleção das unidades produtivas obedeceu aos parâmetros desenvolvidos pelo INE. Portanto, foram selecionadas apenas as unidades produtivas familiares de pequena escala, no contexto dos limites estabelecidos pelo Plano Director do Censo Agropecuário 2009/2010.

Considerar a unidade produtiva um sistema foi possível com base nos argumentos de Lima et alii (2005) de que o fato de sistemas serem simples modelos artificiais criados pelo pensamento humano, com organização própria e datada de realidade, então, a unidade produtiva pode ser considerada sob ponto de vista sistêmico. Nas unidades produtivas são observados elementos constituintes de um sistema tais como: insumos, produtos, serviços, instalações, equipamentos, meios de trabalho (terra, força de trabalho), entre outros que estarão organizados e estruturados em função da finalidade que representa os objetivos da família (LIMA et alii, 2005, DUFUMIER, 2007, MAZOYER E ROUDART, 2010).

A unidade de produção é um sistema aberto que mantém relações com o meio ambiente físico, socioeconômico e cultural e que retém desse conjunto, incluindo a unidade de produção, elementos que determinam o funcionamento do sistema. O meio ambiente é um conjunto de fatores, elementos, variáveis ou fenômenos externos ao sistema que influencia ou determina mais ou menos fortemente as decisões e ações dos agricultores (LIMA et alii, 2005, p. 60)

Seguindo esta lógica, mostrou-se necessário que o estudo abrangesse outras áreas além da unidade de produção, como as instituições e organizações que lidam com o setor de caju, fundamentais para a percepção das relações que a unidade de exploração agropecuária mantém com esse ambiente externo ao sistema, de que forma as unidades gerem e são capazes de negociar com esse ambiente para melhor atingirem seus objetivos.

A técnica de coleta de dados primários foi na base de entrevista. O instrumento usado foi o questionário semi estruturados, com questões do formato abertas e fechadas, sendo que por vezes houve necessidade de se ajustar as questões. Entretanto, pela especificidade dos objetivos foram elaborados três roteiros de entrevistas que abarcassem todos os atores, para além do produtor familiar.

Assim, o primeiro roteiro foi destinado aos gestores, pesquisadores e extensionistas do INCAJU e IIAM; o segundo para pesquisadores, especialistas e gestores das organizações

afins e da sociedade civil; e, o terceiro roteiro foi o dirigido a unidade produtiva familiar. Este último roteiro foi usado como fonte de recolha de dados principais para a pesquisa. As demais entrevistas foram uteis para o estabelecimento das relações com a unidade de estudo.

Ciente de se estar a desenvolver um estudo qualitativo, importa lembrar que existem muitas críticas em torno da pesquisa qualitativa. Por vezes,

[...] acusam a pesquisa qualitativa de não apresentar padrões de objetividade, rigor e controle científico, já que não possuem testes adequados de validade e de fidedignidade, assim como não produz generalizações que visem à construção de um conjunto de leis do comportamento humano. [...] a falta de regras de procedimentos rigorosas para guiar as atividades de coleta de dados, o que pode dar margem para que o bias do pesquisador venha a modelar os dados da coleta [...] (GOLDENBERG, 2010, p. 44)

Entretanto, salienta-se que a abordagem qualitativa foi adotada pela sua importância ao considerar a relevância do aspecto subjetivo da ação social que conduz fielmente a compreensão profunda de fenômenos sociais (GOLDENBERG, 2010), fato que liga as unidades produtivas familiares de Manjacaze. Assim, são mostrados no estudo casos exemplares e reveladores da cultura e tradições em que as famílias estão envolvidas, com menor importância no número de pessoas, porém que enxergassem as várias perspectivas do problema levantado.

Contudo, no sentido de se obter maior controle de bias procurou-se, para este estudo não hierarquizar a credibilidade dos informantes, mas sim abarcar todos os grupos possíveis envolvidos, fazendo comparações entre as versões dos superiores com as dos subordinados, proposta esta sugerida por Goldenberg (2009). Da mesma forma, foram feitas comparações entre as informações dos produtores com as dos gestores e extensionistas das instituições e organizações que lidam com o segmento agrícola do caju.

A decisão e escolha das variáveis do estudo vinculam-se aos objetivos de uma pesquisa qualitativa. Nabusca de uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto de maior relevância dos aspectos subjetivos da ação social é enfatizada as particularidades de um fenômeno em termos do seu significado para o grupo pesquisado (GOLDENBERG, 2009).

Neste contexto, a tabela 3 ilustra as variáveis selecionadas e usadas no contexto das unidades familiares estudadas. Adicionalmente, o questionário destinado aos grupos de pesquisadores, especialistas e gestores tanto do INCAJU e IIAM, assim como das organizações e sociedade civil tiveram um caráter mais aberto, em torno das variáveis de assistência técnica, insumos agrícolas, comercialização do caju e crédito agrícola, apresentados na Tabela 4. Buscou-se ainda compreender a percepção dos agentes em relação às limitações de atuação do aparato institucional e organizacional junto aos pequenos produtores, bem como em relação às limitações atuais e futuras do desenvolvimento da cultura do caju como alternativa a sobrevivência e/ou possibilidade de negócio para os pequenos produtores familiares de caju em Manjacaze.

Tabela 3: Variáveis de estudo, indicadores de análise das unidades familiares

Variável	Indicadores	Objetivo pretendidos
Estrutura da unidade familiar	Agregado familiar	tipo de agregado nível de escolaridade dos componentes idade aproximada dos membros
	Tomada de decisão	quem as toma
	Disponibilidade de terras	quantidade total forma de obtenção formas de utilização grau de satisfação
Atividades desenvolvidas	Atividade agrícola	especificidade de culturas destino da produção
	Atividade pecuária	especificidade de criação áreas de pastagens objetivos de criação
	Outras atividades	processos de transformação

		atividades pluriativas
	Plantações de cajueiro	quantidade de árvores destino da produção formas de renovação processos de transformação
	Comercialização do caju	a nível da castanha de caju produtos transformados locais de comercialização formas de comercialização
Força de trabalho	Quantidade total	residente na unidade não residente Temporária
	Formas de utilização	divisão de atividades épocas de necessidade maior
	Formas de pagamento	dinheiro, espécie permutas em trabalho recíproco empréstimos de machambas
Apoios recebidos	INCAJU	conhecimento da instituição conhecimento das mudas melhoradas participação em treinamentos e reuniões visitas de extensionistas na unidade
	Outras Organizações	benefícios a disposição das famílias
Capacidades desenvolvidas	Investimentos	capacidades familiares equipamentos e instrumentos de trabalho Empréstimos
	Produção de caju	Pulverizações cuidados com as plantas
	Benfeitorias	tipo de habitação tipos de latrina existência de água potável bens próprios, alugados ou emprestados formas de aquisição

Fonte: Produção da autora com base em dados de pesquisa

Com as variáveis e indicadores apresentados na tabela 3 foi possível obter dados da caracterização dos sistemas de produção, bem como sua classificação e categorização em termos de capacidades e grupos de famílias produtoras. Os indicadores também permitiram avaliar as condições de vida das famílias e as diversas formas de melhoramento da qualidade de vida, com base nos sistemas de produção e organização das unidades produtivas estudadas.

Tabela 4: Variáveis de estudo e indicadores de análise do contexto externo às unidades familiares

Variável	Indicadores
Assistência técnica	programas de assistência técnica
	formas de prestação dos serviços de assistência técnica
	agentes operacionalizantes
	regularidade da assistência
	aceitabilidade e concordância na implementação das recomendações técnicas
Insumos agrícolas	programas de pesquisa agrária em tecnologias modernas de produção
	programas de aquisição de insumos
	formas de direcionamento de insumos as unidades familiares
	aceitabilidade e concordância na utilização
Comercialização	programas específicos de comercialização
	programas de escoamento
	formas de comercialização (feiras, cooperativas, associações)
Crédito agrícola	programas de crédito existentes
	formas e possibilidades de obtenção
	grau de adesão ao OIIL

Fonte: Produção da autora com base em dados de pesquisa

Com as variáveis e indicadores apresentados na Tabela 4 foi possível buscar uma pré-tipologia dos produtores familiares de caju em Moçambique e de forma particular em Manjacaze. As variáveis também permitiram saber em detalhes dos programas existentes em benefício dos produtores e de que forma este chegam de fato às unidades familiares. No grupo de indicadores da variável crédito agrícola, chama-se atenção ao indicador OIIL que faz referencia ao Orçamento de Investimento em Iniciativas Locais – OIIL. Este é um fundo direcionado aos governos distritais, como política governamental de descentralização do orçamento para os distritos. Uma vez direcionado a aplicação em projetos destinados a produção de alimentos e geração de empregos à nível do distrito, que mais adiante será explicado com maiores detalhes, achou-se oportuno incluí-lo no grupo de indicadores pela sua relevância no segmento agrícola produtivo.

A análise de dados foi possível com base na técnica de análise de conteúdo, pois, observou-se que esta permite a decomposição do discurso declarado pelos atores, podendo ser usada com precisão em pesquisa qualitativa. Segundo Silva, Gobbi e Simão (2004), na decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de representação para uma categoria de fenômenos, se torna possível uma reconstrução de significados que apresentem comparação mais aprofundada da interpretação da realidade do grupo estudado. Entretanto, as entrevistas foram realizadas com base na língua local, sendo feita a tradução pela autora.

Os primeiros questionários foram enviados por correio eletrônico (email) para dois especialistas e pesquisadores do caju, que pela sua localização geográfica não seria possível estabelecer um contacto pessoal. Adicionalmente, como forma de validação e posterior aprimoramento das questões, o roteiro foi enviado para dois especialistas, sendo um gestor do INCAJU e outro de uma organização correlata também por via de correio eletrônico. As restantes entrevistas foram feitas por contacto pessoal entre o pesquisador e o pesquisado nos locais de domínio do pesquisado.

Ao total foram efetuadas 39 entrevistas, entre elas, com representantes e gestores governamentais, pesquisadores da sociedade civil, líderes comunitários e finalmente com as famílias das unidades produtivas. O processo de recolha de dados primários ocorreu entre os meses de outubro de 2010 à fevereiro de 2011. A seleção de especialistas, pesquisadores e/ou gestores das organizações e sociedade civil no geral, obedeceu aos critérios de relevância das abordagens desenvolvidas em pesquisas no setor de caju presentes ou passadas, bem como a ligação (no caso de organizações) presente ou passada com o segmento agrícola do caju.

Nas instituições governamentais, o critério de seleção dos entrevistados foi por indicação dos cargos representativos para o segmento agrícola, nos quais para os representantes do INCAJU foram abarcados desde o cargo de diretor geral ao técnico agrícola de atuação no distrito de Manjacaze e para o IIAM foram selecionados pesquisadores ligados às pesquisas tecnológicas do caju. Com os representantes do INCAJU, num primeiro momento foram realizadas entrevistas com técnicos extensionistas e gestores do fomento e tecnologias agrícolas de nível central (Maputo) e no segundo momento, depois da recolha de dados das unidades familiares é que foram entrevistados os representantes máximos da instituição.

Na província de Gaza e distrito de Manjacaze o procedimento de recolha de dados primários obedeceu as seguintes etapas:

- a) junto a delegação provincial do INCAJU realizou-se a primeira entrevista com o delegado técnico provincial, onde além da efetivação da entrevista foi possível fazer o mapeamento das regiões de incidência de plantações de cajueiros que justificassem a seleção das unidades familiares alvo da pesquisa. Assim, os PAs de Chibonzane, Chidenguele, Manjacaze Sede e Nguzene foram considerados relevantes, não apenas pela incidência de plantações como também, pela disponibilidade e possibilidade de acesso às famílias, nas condições presentes das vias de acesso e frequências das chuvas no período o qual se efetivaria a recolha de dados. Ficou ainda definido que no processo das entrevistas às unidades familiares aconteceria com a presença de dois técnicos agrícolas de Gaza e Manjacaze respectivamente por forma a possibilitar o acesso as famílias e fundamentalmente levar confiança e credibilidade do estudo junto as mesmas.

b) o primeiro contacto com as unidades produtivas familiares foi realizado para a validação das questões a serem efetuadas junto as mesmas. Com a ajuda do delegado provincial do INCAJU de Gaza foram agendadas três entrevistas, todas elas com provedores de serviços e também produtores de outros distritos da província de Gaza nomeadamente: um produtor do distrito de Bilene e dois do distrito do Chibuto. Além da revalidação das questões, como já mencionado, o objetivo era inteirar melhor no significado e campo de atuação do provedor de serviços, sendo que, os produtores selecionados, além de representarem o grupo de provedores do INCAJU, têm o diferencial de sucesso com a produção, processamento e/ou comercialização de todos os derivados do cajueiro, para o primeiro caso e para os dois últimos casos de produtor/comerciante e produtor que usou das possibilidades do OIIL para investimentos em equipamentos de trabalho na unidade de exploração familiar. Assim, os exemplos tomados nestas entrevistas ajudaram a enriquecer a qualidade das questões, bem como fazer uma espécie de comparação quando tomados como pontos de referencia às dificuldades e/ou sucessos apresentados pelas famílias do distrito de Manjacaze.

c) no distrito de Manjacaze, com a ajuda dos dois técnicos foram selecionados entre um a dois provedores de serviços que também são produtores, para cada PA, com os quais os encontros foram previamente agendados. Por sua vez, por indicação dos provedores de serviços eram selecionadas as unidades produtivas beneficiárias dos seus serviços, no qual o número dependia da presença ou não de membros da família adultos que pudessem dar informação coerente e confiável da unidade familiar. Aleatoriamente para todos os PA foi selecionado um grupo de unidades de exploração

familiar que pudessem ou não ter se beneficiado dos serviços prestados pelos provedores e que não tinham sido identificados pelos provedores.

d) a escolha “aleatória” (preservando o uso correto do termo) procedeu da seguinte forma: (i) enquanto se deslocava para junto da unidade produtiva ou na volta da mesma, selecionada por indicação do provedor de serviço era feita a sugestão de se parar em uma unidade familiar qualquer que se avistasse no percurso e que se mostrasse com gente adulta (coisa muito fácil, uma vez que não existem muros nem cercas em volta das unidades produtivas) e solicitava-se às famílias autorização para serem entrevistadas. Caso o pedido fosse aprovado, se materializava a entrevista. O objetivo pretendido com esta forma "aleatória" de seleção visava não ficar apenas com a opinião daquelas unidades produtivas que de certa forma lidam com as instituições governamentais ou, se não na totalidade, se evitar no máximo de bias de informação ficando com a impressão de que a informação em torno das famílias era a mesma independentemente da ligação ou não com os instrumentos de apoio.

e) como o distrito de Manjacaze é bastante extenso (dimensão) e com localidades dispersas, para que a amostra fosse a mais representativa possível (embora sem pretensões de generalizar o estudo) nas particularidades dos sistemas de produção do distrito a seleção das unidades produtivas foi mais com base no critério do diferencial existente para cada uma. Portanto, a mostra não foi quantitativa, mas sim com base na diversidade, onde se buscou dados qualitativos que pudessem espelhar, não somente a produção do caju em si, como também as formas de vida e explicações mais subjetivas, porém fundamentais e que objetivam as relações de produção em Manjacaze.

CAPÍTULO III

OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO CAJU EM MANJACAZE

O objetivo deste capítulo é mostrar as formas de produção agrícola do caju, identificando, caracterizando e analisando a organização e finalidade dos sistemas de produção vigentes em Manjacaze. Parte de um enquadramento da agricultura nos diferentes momentos históricos que caracterizaram o desenvolvimento político, econômico e social do país, causando diversidades de estruturas agrárias no meio rural moçambicano. No uso do conceito “sistemas de produção” são identificados e classificados, no contexto de Manjacaze as dinâmicas da produção de caju as formas de aproveitamento do cajueiro, bem como a interação dos sistemas de produção no ambiente em que atuam.

3.1.A ESTRUTURA AGRÍCOLA MOÇAMBICANA E O DISTRITO DE MANJACAZE

Mazoyer e Roudart (2010), na formulação e aplicação da teoria dos sistemas agrários mostram que quando os objetos são analisados em termos de sistemas, tem o poder de visualizar a combinação de funções inter-dependentes e complementares que asseguram a circulação interna e as mudanças com o exterior de matéria, energia e, tratando-se de um objeto econômico, a própria circulação de valor. França, Zanoni e Miguel (2010), sustentam que a abordagem de Mazoyer, com base sistêmica permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas, sendo dentro desta ideia que está concebida a agricultura e seus sistemas produtivos.

Assim, essas complexidades agrícolas tornam os sistemas dinâmicos, em constante mutação, sempre que manifestações de transformações se mostram presentes na agricultura de uma região ou do mundo com uma sucessão de sistemas distintos, que constituem etapas de uma série histórica, com diferenciação que possibilite mostrar a diversidade geográfica da agricultura de uma dada época (MAZOYER E ROUDART, 2010).

Portanto, no contexto rural moçambicano, particularmente no distrito de Manjacaze, a agricultura teve suas diferenças e mutações de acordo com seus distintos momentos de enquadramento. Paralelamente, diversos aspetos políticos, econômicos e sociais, dependentes de ações diversas exerceram bastante influência na atividade agrícola e que sustentam a forma característica da atual organização da economia rural. Distinguem-se como fundamentais e marcantes para o meio rural moçambicano, o período colonial e os momentos subsequentes à independência do país.

3.1.1. O período colonial

Marques (1960) destaca para o período colonial, no distrito de Manjacaze, duas formas de agricultura, que ele denomina: agricultura indígena e agricultura não indígena. Para este autor, a categoria dos não indígenas era composta pela população colona⁵⁴, a “civilizada”, que em regra tinha como principal atividade, o comércio. A agricultura seguia de longa distância e sempre ligada à indústria transformadora, ou seja, moagem e fábrica de descasque de arroz.

As áreas de terra ocupadas pela população não indígena basicamente continham culturas anuais como: arroz, milho, amendoim, feijão, mandioca e continham uma horta

⁵⁴ A implantação do Estado colonial em Moçambique, obedeceu um sistema de administração local para indígenas, ao mesmo tempo em que prevalecia o igualitarismo rigoroso: todo o habitante de Portugal era português em qualquer dos seus territórios. Por meio do projeto assimilacionista, os indígenas que demonstrassem ter integrado a língua, conduta e valores da civilização portuguesa na sua vida, passavam a condição de assimilados e tinham o direito à plena cidadania portuguesa, pois estariam capacitados para a exercerem. Assim para efeitos deste estudo população colona é toda a população com cidadania portuguesa (FERRÉ, 2008).

dedicada a culturas como batata, cebola, alho e tomate. De culturas perenes, Marques (1960) aponta em primeiro lugar para o cajueiro, depois mangueiras, bananeiras, laranjeiras, mafurreiras⁵⁵, limoeiros, etc. Mostra assim que a região era bastante rica em fruteiras.

Embora ocupassem áreas relativamente pequenas e praticassem uma agricultura, que Marques (1960) preferiu chamar de subsistência – argumento que se contrapõe a posição que Mosca (2005) teria mais tarde, de que a agricultura colona era quase inexistente até finais do século XIX, dado que consideravam outros negócios mais lucrativos – as terras da população não indígena eram mais férteis, quando comparadas às terras da população indígena. Estes detinham alguns instrumentos de trabalho mais avançados, como o caso de tração animal para lavrar as machambas. As outras tarefas referentes a capina, colheita, derruba dos produtos, eram executadas pela mão-de-obra proveniente da população indígena.

A outra categoria da agricultura, Marques (1960) designou de agricultura indígena. Para a população indígena⁵⁶, a alternativa era ocupar parcelas de terra residuais da população não indígena, caracterizadas por terras menos férteis onde praticavam a agricultura de subsistência ou quase subsistência, e de reduzido valor comercial. Assim, a estratégia usada pela população indígena consistia em dividir as culturas com relação aos tipos de solos, considerando o tipo de cultura que melhor se adaptaria ao referidos solos. De acordo com Marques (1960), nos solos mal drenados, as populações indígenas aproveitavam para alguma horta que consorciavam com culturas como o amendoim e o algodão. Já nos solos bem drenados cultivavam a mandioca, arroz, feijão e milho.

⁵⁵ Árvore nativa, que abunda na região sul de Moçambique. Seu fruto, a mafurra, é usada na fabricação de óleo, sabão.

⁵⁶ São os nativos, de acordo com Ferré (2008) era considerados indígenas quando ainda não tivessem alcançado o estatuto de assimilado, continuando a viver regidos pelos seus usos e costumes e a falar línguas locais, não estando por isso capacitados para exercerem a cidadania portuguesa, ficando dela excluídos até que demonstrassem ter avançado no seu processo civilizacional.

As culturas indígenas consideradas de rendimento e, conseqüentemente, para a venda, eram o arroz e o algodão. Devido a esta condição, obedeciam a uma área previamente demarcada e imposta para utilização por produtor, sendo para o algodão 0,5hectare e para o arroz, uma área entre 0,5 a um hectare (MARQUES, 1960). Ficava como área destinada para o cultivo de alimentos para os indígenas apenas um hectare ou menos por família. A solução era, segundo o autor, aglomerar todas as culturas que achassem por bem cultivar num regime de consorciação irregular.

Acrescentando, o autor faz referência a outras culturas, principalmente as fruteiras usadas e plantadas em volta das habitações destinadas a obtenção de sombra, sendo que outras espécies ficavam como resíduo da floresta primitiva, mantendo-se graças a regeneração natural. Para o autor, este sistema de produção foi o mesmo, característico das plantações de cajueiros (que ocupava a maior área da região), das mafurreiras e dos canhoeiros⁵⁷, que grandemente contribuíram e continuam contribuindo para a renda das famílias.

A população rural de Manjacaze sempre teve a tradição de criadores de gado bovino. Entretanto, Marques (1960) afirma que o gado era conservado até muito tarde, pois além de representar símbolo de riqueza do indivíduo, as famílias podiam usá-lo como gado de trabalho no preparo da terra após derruba da floresta ou limpeza do pousio. Para aquela população que não detinham deste meio, o instrumento mais comum, identificado por Marques (1960) foi a enxada (que chamou de cafreal), sendo o trabalho agrícola executado por mulheres, dada a condição de empregados que os homens da família ocupavam na agricultura não indígena ou nos trabalhos migratórios, característicos desde aquela época, nas minas de ouro sul africanas.

⁵⁷ Árvore originária da África do Sul e Oriental. Em Moçambique abunda na região sul. Seu fruto, é mais conhecido na produção de licores, como o exemplo da marca Amarula

As famílias agricultoras, que Marques (1960) chamou de agricultura indígena além da atividade agrícola, já executavam o processamento de alguns produtos, especialmente a farinha de milho e nelas processavam artesanalmente algumas bebidas alcoólicas derivadas do pedúnculo de caju, seiva de palmeira e do fruto de canhoeiro.

3.1.2. O período depois da independência

Em muitos casos os sistemas agrários são bastante influenciados pelos fatores políticos dependentes das ações diversas que acontecem em espaço próprio e num determinado tempo que as varias coletividades humanas exercem no tocante a agricultura (BANDINI, 1959). Este certamente foi o fenômeno mais marcante para a agricultura moçambicana, fundamentalmente depois da independência de Moçambique, que já foi bastante desenvolvido e estudado neste trabalho. Foi mostrado como as políticas definidas na altura da independência influenciaram sobremaneira a organização econômica e social da população rural moçambicana.

Das heranças coloniais, Negrão (s/d) mostrou que a agricultura ficou baseada numa tipologia em que existiam áreas em favor e uso pelas unidades produtivas familiares em contraposição às áreas em uso pelos agricultores portugueses que passaram a empresas agrícolas estatais. Esta organização condicionou o surgimento das aldeias comunais que, para Araujo (s/d), não foi mais que tentar concentrar o povoamento que outrora estava disperso e bastante irregular que espelhava a ocupação e posse de terra em favor da população colona e dar uma nova organização à atividade econômica rural.

Sem pretensões de prolongar o debate sobre a eficácia ou não das políticas, contando que, já foram clarificadas em momentos anteriores deste trabalho, procurar-se-á deter sobre as atenções destes programas na província de Gaza, onde são referenciados alguns dados sobre

Manjacaze e o impacto da política na agricultura para a população rural do distrito de Manjacaze. Para Araújo (s/d), o processo de socialização se distinguiu, na sua forma de implantação, de outras regiões do país pelo surgimento, por um lado, de aldeias comunais com um número elevado de população, que como consequências trouxeram graves problemas de desequilíbrio entre o número da população na aldeia e os recursos naturais nela presente. Por outro lado, nestas aldeias comunais, o suporte foi na base de produção coletiva, característica esta que se distingue das outras por possuírem melhores infraestruturas econômicas e sociais. Em termos comparativos, já em 1978, a província de Gaza seguia a província de Cabo-Delgado⁵⁸ com cerca de 20% da população rural distribuída em povoamentos concentrados, contra apenas 3% da população da província que vivia concentrada no ano de 1970 (ARAÚJO, s/d).

Na concepção de Araújo (s/d), os resultados desastrosos das políticas, que não foram apenas refletidos em Manjacaze, mas sim em todo o país, foram os desequilíbrios entre o número da população agrupada nas aldeias e os recursos naturais nelas disponíveis (terra, água, e floresta) provocando naturalmente, a escassez de terra arável, de água e de lenha nas áreas próximas à aldeia (ARAÚJO, s/d). Naturalmente, tal fato levou a que existissem casos frequentes onde as distâncias entre a habitação e a machamba fosse superior a 5km e a fonte de abastecimento de água mais próxima a aldeia chegasse a se localizar a mais de 3km. Isso sem contar que, na maior parte dos casos não havia a articulação entre a aldeia e as redes de estrada, centros urbanos, sistema de comercialização e aprovisionamento, entre outras

⁵⁸Na provincial de Cabo-Delgado, o processo de aldeamento teve início muito mais cedo que o restante do país, ainda durante a Luta Armada de Libertação Nacional, que começa em 25 de setembro de 1964. Na sequência, em 1978, Cabo Delgado já tinha a maior parte da população rural organizada num povoamento concentrado, o que dá uma ideia clara do impacto que as aldeias comunais tiveram na transformação da distribuição territorial da população do campo (ARAÚJO, s/d)

infraestruturas fundamentais à continuidade de materialização da atividade agrícola da população agrupada.

Pela colocação de Mosca (2005), este modelo sócio espacial teve ainda consequências mais desastrosas para o sistema agrário moçambicano. Se, no período colonial, Marques classificou entre uma agricultura indígena em contraposição a agricultura não indígena, Mosca (2005, p, 189) trata a organização agrícola com a seguinte estrutura:

O setor estatal e as cooperativas seriam as bases para a construção do socialismo e consideradas “formas superiores de produção”, devendo as empresas estatais serem dominantes e determinantes. As aldeias comunais seriam a “coluna vertebral” do desenvolvimento do campo.

Fica clara a preposição do autor em dividir a estrutura agrária em dois setores distintos: o setor estatal com as empresas agrícolas estatais e as cooperativas agrícolas e as aldeias comunais representadas pelo setor familiar de produção. Se esta foi então a forma de organização econômica adotada, para Casal (1988), certamente este modelo sócio espacial foi também a causa para a degradação do sistema agrário colonial, o que de certa forma, pode também explicar a forte crise pelo qual atravessou o setor familiar de produção. Adicionalmente, Casal (1988), afirma que no contexto da produção coletiva, as terras familiares são anexadas ao setor estatal e as populações da província de Gaza passam a procurar áreas agrícolas cada vez mais distantes das aldeias comprometendo todo o sistema agrário familiar com:

- a) as machambas próximas as aldeias passam a ter um tempo de pousio reduzido, provocando baixa produtividade da terra;

- b) a redução do tempo de trabalho nas machambas familiares quando, por um lado, tinham que fazer longos percursos para alcançar a machamba e por outro, condicionados a transferência de força de trabalho para a produção cooperativa;
- c) menos áreas disponíveis para as famílias (a província de Gaza a área de terra atribuída por família perto da aldeia era apenas de meio hectare) que causavam o deslocamento das hortas, jardinagens, fruteiras e canteiros do habitat ou simplesmente deixaram de existir;
- d) as pastagens ficando mais afastadas e em pastagens comuns, implicava sempre a disponibilização de um membro da família que se ocupasse por inteiro dos animais;
- e) os instrumentos de trabalho começaram a ficar cada vez mais escassos, pois, as próprias empresas agrícolas estatais que deveriam prestar os serviços de assistências as famílias estavam sem recursos.

Embora estes fatos se referenciem de forma geral para a província de Gaza, fato é que este processo tendo sido semelhante em todas as regiões moçambicanas foi também para o distrito de Manjacaze. Como já havia referenciado Ribeiro (2006) sobre as aldeias enraizadas e consolidadas no distrito, Araújo (s/d) sustentou esta posição quando mostrou que, até 1980 haviam em Manjacaze, 14 aldeias comunais, representando 10.7% das aldeias de toda a província e com um número médio de habitantes por aldeia de 1.885 do total de 26.393 habitantes do distrito, representando 7.7% da população total de Gaza.

Dada a sua ineficácia, esta forma de organização das atividades econômicas em Moçambique acabaria por ser destruída. Embora restem ainda pequenos segmentos populacionais que se mantêm agrupados em pequenas aldeias no distrito de Manjacaze, não é

menos verdade que parte da população rural tenha regressado as formas antigas de vivências, caracterizada por povoamentos dispersos de modo a manter sua produção familiar.

3.1.3. O período agrícola atual

Com as dificuldades geradas com as políticas do período pós-independência, várias tentativas de mudanças foram manifestadas, bem antes/ou como alternativa das sugestões para a implementação dos programas de ajustamento estrutural. Mosca (2005) afirma que, para o caso da agricultura, existiam objetivos de política que focasse mais no setor familiar, com destaque aos deslocados de guerra, bem como a distribuição de terra entre o setor familiar. O Estado continuaria com o apoio a propriedade estatal para o caso dos recursos naturais e as plantações de culturas de exportação.

Casal (2008) corrobora mostrando que estas propostas foram efetivadas, com destaques para a concretização na distribuição de terras de algumas empresas estatais para o setor familiar, a reativação do setor privado, mudando a estrutura de empresas estatais e cooperativas. Com isto, o autor considera que a motivação foi marcada pela visão de transformação da sociedade, abandonando a prioridade nas aldeias comunais (fato que, muitas delas deixaram de existir), devolvendo os poderes tradicionais, que permaneciam marginalizados. Adicionalmente, a preocupação em relação a produção familiar estimulou a captação de excedentes de produção para o abastecimento das cidades através de diversas formas de comercialização.

Dados do IIAM detalhados na Estratégia e Prioridade de Desenvolvimento Agrário em Moçambique (EPDA) destacam a produção familiar de bens alimentares contribui com cerca de 90% de machambas em produção agrícola. No contexto atual a mesma fonte destaca dois

setores componentes do sistema agrário: os pequenos produtores e o setor comercial (empresarial) agrário.

No grupo dos pequenos produtores as características são em regras heterogêneas com diferentes sistemas produtivos em que grandemente se pratica uma agricultura de sequeiro totalmente dependente da chuva. Em termos de tecnologias, os pequenos produtores geralmente usam técnicas elementares com baixo nível de aplicação de insumos. O trabalho é feito com base no uso da mão-de-obra familiar: quando existe a contratação de força de trabalho, esta é paga em espécie ou em dinheiro, de acordo com as necessidades e oportunidades de mercado da produção final. Este setor explora 97% da área total agricultável (IIAM/EPDA).

O sector comercial (empresarial) se distingue dos pequenos produtores pela utilização de capital intensivo, preocupação com culturas de rendimento, embora grande parte dessas culturas sejam garantidas pelos pequenos produtores em regime de cultivo de contrato. Atualmente este setor possui 0.01% do total de machambas em produção e explora 2% da área em cultivo (IIAM/EPDA).

3.2. O CAJU E SUA IMPORTÂNCIA ECONÓMICA

O cajueiro, cultura nativa do Brasil, apresenta-se de duas formas: o cajueiro comum que pode atingir entre cinco a dez metros de altura, mas que em condições muito propicias pode chegar a vinte metros, e, o cajueiro anão que possui em média quatro metros. A riqueza desta fruteira manifesta-se na diversidade de uso dos seus atributos. Apresenta especial interesse nutricional, pois, é riquíssimo em vitaminas C, A e complexo B. Também é rico em proteínas, lípidos e carboidratos, fonte de sais minerais como cálcio, fósforo e ferro, além de

zinco, magnésio fibras e gorduras insaturadas que ajudam a reduzir o nível de colesterol no sangue.

Sob ponto de vista econômico, pode-se destacar a particularidade da amêndoa de caju, produto bastante procurado nos mercados internos dos países produtores, assim como no mercado internacional, especialmente nos países desenvolvidos, os principais importadores (USAID/BRASIL, 2006). O pedúnculo (falso fruto) além de ser consumido *in natura* tem a possibilidade de gerar valor quando processado para obtenção de sucos, refrigerantes, bebidas alcoólicas e doces. A casca dos galhos é usada na fabricação de tônico; a resina extraída do tronco é usada na indústria de papel, farmacêutica ou ainda na fabricação de cola. Podem ainda serem aproveitadas a madeira de coloração rosada e a seiva. Portanto, pela diversidade dos seus produtos e subprodutos, a cultura de cajueiro mostra capacidade de gerar renda e postos de trabalho para as famílias agricultoras.

Em Moçambique já passa mais de meio século que se tem o cajueiro como cultura abundante especialmente nas regiões litorâneas e como um produto estratégico para a economia do país. Com a exportação da castanha de caju e/ou amêndoa processada, o país tem a possibilidade de gerar divisas. Para as populações, o cajueiro é fonte de rendimento, capaz de suprir às necessidade básicas, carências e vulnerabilidade que garantam o bem estar das famílias rurais.

O distrito de Manjacaze, localizado na costa sul de Moçambique, na província de Gaza conta com cerca de metade dos cajueiros plantados em toda a província, cuja produção já pesa na balança comercial do país desde a época colonial (MARQUES 1960). Entretanto, se por um lado, o declínio da fertilidade dos solos, provocado pela atividade agrícola, em algumas regiões do distrito e o alto risco de erosão, especialmente no PA de Chidenguele (MAE,

2005), têm afetando negativamente a produção agrícola, por outro, observou-se em campo que as doenças, pragas e secas têm prejudicado bastante as fruteiras, especialmente os cajueiros do distrito de Manjacaze.

As intervenções nestes casos compreendem os cuidados mínimos e práticas de custos reduzidos. Porém, tecnologias apropriadas, pesquisas e assistência técnica devem ser garantidas aos produtores de caju. Na substituição dos cajueiros envelhecidos, usa-se a técnica de substituição da copa, por meio de enxertia, com clones de cajueiro-anão-precoce. Isso trás vantagens como aumento de produtividade, qualidade da castanha e do pedúnculo que se tornam mais uniformizados. Acima de tudo, não tem implicações quando entra em consorcio com culturas anuais, ou ainda com a criação de abelhas. Neste caso, além da obtenção do mel, traz benefícios para a floração, melhorando a polinização e contribuindo para o aumento da produção do caju (EMBRAPA, 2004). O controle fitossanitário deve ser direcionado aos focos de incidência de pragas, cupim, formiga e, em casos especiais, ao controle de broca-do-tronco, e de doenças como a resinose, a antracnose oído (EMBRAPA, 2004) que fundamentalmente são as que mais atacam os cajueiros de Manjacaze.

O INCAJU como instituição governamental tem feito esse trabalho por via de seus programas e projetos direcionados aos produtores. A ênfase é o fomento da produção e produtividade com a substituição do cajueiro envelhecido. Entretanto, é no seu programa de tratamento químico que mais benefícios são gerados para os pequenos produtores familiares, sendo os resultados observáveis em curto prazo. Segundo o INCAJU (2010), um cajueiro com idade produtiva e devidamente tratado, quando pulverizado pode produzir 12 kg de castanha, contra 2 kg a 3 kg de um cajueiro não tratado.

A importância do cajueiro para as famílias de Manjacaze, a semelhança de todas as regiões produtivas moçambicanas, é medida no quanto dela dependem para a segurança alimentar, para o consumo, criação de rendimentos, fortalecimento das relações sociais e melhoramento de qualidade de vida (LOW, MARRULE, BOUGHTON E PITORO, 2001) e quanto mais produtivos os cajueiros forem mais benefícios são gerados para as famílias. Entretanto, formalmente apenas é aproveitada a castanha de caju para a exportação *in natura* e/ou como matéria prima para a indústria processadora. Outros componentes da fruteira, a exemplo do pedúnculo (o falso fruto) têm um aproveitamento no âmbito mais informal pelas famílias, mediante processamento artesanal.

Estudo feito com 40 mulheres produtoras de caju do segmento agrícola familiar nas províncias de Gaza e Nampula, em Moçambique (KANJI, VIJFHUIZEM, ARTHUR & BRAGA, 2004)⁵⁹ mostrou que na região sul de Moçambique, o declínio de níveis de produção de amendoim contribui para que o caju seja mais e mais utilizado como substituto no preparo de alimentos. Como fonte de rendimentos, o estudo mostrou ainda que as populações adquirem diversos meios de sustento através do caju, entre os quais: 43% das mulheres entrevistadas disseram adquirir meios de sustento pela venda de castanha de caju; 35% disseram que trocam o caju por bens básicos e roupa; 55% extraem álcool de caju e vendem; assim como, 35% trocam o aguardente por outros bens, entre outras formas de utilização do caju.

Isso demonstra que para o setor familiar, o caju representa mais do que simples matéria prima para a indústria ou como uma mercadoria de interesse dos agentes

⁵⁹ Este estudo foi levado a cabo pela Universidade Eduardo Mondlane (Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal e Departamento de Antropologia da Faculdade de Letras) em colaboração com o Instituto Internacional para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (IIED). É resultado de um programa de pesquisa denominado “Liberalização, gênero e meios de sustento: o caso da castanha de caju.”

exportadores. Sua extrema importância para o país e particularmente para as famílias explica a relevância e importância de se resgatar e revitalizar o caju. Neste contexto, o presente estudo dos sistemas de produção em Manjacaze irá esclarecer dúvidas sobre a efetivação das intervenções governamentais e questões referentes as práticas levadas a cabo pelos pequenos produtores de caju, que demonstram a sua relação com a acultura.

3.3. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS SISTEMAS IDENTIFICADOS NO DISTRITO DE MANJACAZE

As atividades agrícolas se realizam em estabelecimentos, empreendimentos produtivos ou unidades de produção que os levam a se tornarem no centro de análise de sistemas de produção agrícolas. Esses sistemas de produção são considerados apropriados para os objetivos da família refletindo suas necessidades, o nível de renda almejado e o modo de vida almejado, claro que, em confronto com um conjunto de limitações com que as famílias se deparam na realização das atividades dentro das unidades de exploração (FRITZ FILHO, 2009).

Assim, no contexto das unidades produtivas, para Dufumier (2007) os sistemas de produção estão em combinação mais ou menos coerente com diversas atividades nele incluídos: os cultivos, criação e a transformação de produtos que ocorrem na unidade. Pode ocorrer nos sistemas de produção agrícola, a simultaneidade de culturas numa mesma porção de terra, que podem por um lado, se manifestar em relações de concorrência entre as culturas ou, por outro, representar simplesmente aumentos de produtividade por unidade de área.

Da mesma forma os processos de criação, podem refletir sucessões e combinações de técnicas com a força de trabalho e os meios de produção disponível nas unidades.

Normalmente esta diversidade reflete a dinâmica e organização do homem na valorização dos seus recursos e através deles obterem produtos variados (DUFUMIER, 2007).

Geralmente, os países dos terceiro mundo, ainda incorporam nos seus sistemas de produção a transformação de produtos agrícolas(DUFUMIER, 2007). Para o autor, nestes casos, à transformação e à conservação dos produtos carregam consigo um saber fazer local que não pode ser ignorado. Ainda assim, resulta de uma estratégia de se impor ao isolamento, dificuldade de comercialização e/ou de conservação de produtos perecíveis, a que as unidades produtivas estão impostas.

Para Mazoyer e Roudart (2010), a organização das atividades das unidades incorpora elementos técnicos, econômicos, bem como sociais, pois, as suas inter-relações articulam técnicas agrícolas disponíveis ou a serem criados pelos trabalhadores agrícolas que, por sua vez, vão gerar uma produção que se destina ao autoconsumo e/ou à geração de valor. Por essa razão, os autores incorporam a categoria social aos sistemas de produção, que será:

[...] composto de homens e mulheres (força de trabalho, conhecimento e *savoir-faire*), meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) e de matéria viva (plantas cultivadas e animais domésticos) que dispõe a população agrícola para desenvolver as atividades de renovação e de exploração de fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer direta (por autoconsumo) ou indiretamente (por trocas) suas próprias necessidades (MAZOYER e ROUDART, 2010, p.73).

Tal categoria social do sistema de produção está presente no estatuto social da mão-de-obra, no estatuto do agricultor, no seu modo de acesso à terra e na dimensão da unidade agrícola. Resultam em combinações que possibilitam a renovação dos seus meios de produção e de suas atividades. Assim, cada unidade produtiva pode por si só produzir suas sementes, seus animais, sua forragem e uma parte dos seus instrumentos e equipamentos, e ainda os bens consumidos nas unidades pelas suas famílias ou bens destinados para a venda (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Bandini (1959) afirma que os sistemas de produção ocorrem em cada unidade com características distintas, mas que no final todas elas contem a identidade de organização, o tamanho das unidades e produção resultante, os contratos de trabalho (se existirem), as relações com os mercados. É neste contexto, que os sistemas de produção se relacionam com os mercados, englobando tarefas que são muitas vezes consideradas de atividades pluriativas.

Entretanto, a classificação dos sistemas de produção pode ser feita usando-se de diversos critérios. Dados de campo referem que o INCAJU faz a distinção dos sistemas de produção com base na categorização dos produtores de caju, considerando dois grandes grupos: os produtores familiares e os produtores comerciais (empresariais). Estes últimos, geralmente são empresários que por decisão própria resolveram investir nas plantações como oportunidade de negócio rentável. Entretanto, os dados apontam em torno de 98% do caju produzido pelos pequenos produtores familiares, em consórcio de culturas. De acordo com os levantamentos feitos em entrevistas com informantes chave do setor, o INCAJU, não faz nenhuma distinção, em termos de benefícios de política entre os dois grupos de produtores apresentados. No caso do seu programa de tratamento químico, por exemplo, o INCAJU condiciona gratuitamente os produtos químicos, sendo este benefício entendido aos produtores empresariais. Entretanto, na concepção de certos pesquisadores, a questão dos produtos químicos subsidiados estava dependente da posição dos governos locais. O exemplo da província de Cabo-Delgado ilustra o fato:

(...) os produtores pagam. Por um lado eles têm consciência que tem que pagar, por outro, o governo local viu que os produtores têm noção do negócio, estão envolvidos com o negócio, olham para o caju como um negócio. Há quem diz que é por influência da Tanzania. Mas a verdade é que o assunto é olhado de outras formas. Quando o INCAJU chegou à província para implementar os benefícios de tratamento, o governo local foi categórico ao afirmar que iriam comprar pois tinham

capacidade de pagar. É verdade que não pagam na totalidade, mas tem uma margem de segurança que mostra que estão a caminho da estabilidade.⁶⁰

No âmbito dos pequenos produtores, além dos benefícios dos produtos químicos gratuitos, apenas se observaram algumas formas de apoios, mediante pagamentos parcelados na aquisição de pulverizadores para o tratamento químico de cajueiros.

A análise de Grobe-Ruschkamp e Seelige (2010) distingue três formas de localização das plantações de cajueiro. A primeira engloba cajueiros abandonados que crescem em terras comunais (matagais) que não pertencem a nenhum agricultor individualmente. A segunda pertence aos pequenos produtores que crescem em plantações sem espaçamento regular, espalhadas pelos terrenos, preferencialmente perto das habitações. Muitos dos proprietários das árvores não efetuam o cuidado devido com as plantas, limitando-se na apanha dos frutos. A terceira parte de cajueiros, que também não obedece a um espaçamento regular localiza-se em parcelas de terras de produtores que diferentemente do segundo caso, tomam o devido cuidado com as árvores, encarregando-se regularmente da poda, limpeza dos terrenos e controle fitossanitário, bem como procedem ao replantio regular de cajueiros.

As pesquisas efetuadas em Manjacaze mostraram que as duas últimas formas de localização das árvores de cajueiro, identificadas por Grobe-Ruschkamp e Seelige (2010), podem pertencer ao mesmo grupo de pequenos produtores familiares. Neste contexto, observou-se a importância de se efetuar uma classificação e tipologia dos sistemas de produção com base no uso de indicadores sócio económicos, tais como a caracterização dos agregados, os meios de produção utilizados, as relações sociais, as atividades agrícolas e não agrícolas implementadas e a comercialização da produção, pois todas as unidades produtivas

⁶⁰ Informação obtida em entrevista com investigador do IIAM realizada no dia 08/02/11

no geral englobam a identidade de organização, o tamanho e produção, os contratos de trabalho e as relações com o mercado (BANDINI, 1959).

Assim, ficam evidenciadas as particularidades observadas entre as diferentes unidades de exploração agrícola familiar, junto dos pequenos produtores de caju. Dessas particularidades são então clarificadas ações que mostram a lógica e racionalidade das decisões tomadas com a cultura de caju no distrito de Manjacaze.

3.3.1. Sistema de produção baseado em agregados familiares chefiados por mulheres – SP1

A situação dos pequenos produtores familiares chefiados por mulheres verificou-se para cinco casos da amostra selecionada no distrito de Manjacaze. Normalmente se trata de mulheres viúvas ou que tenham sido abandonadas pelos maridos como mostra o exemplo de uma produtora: “[...] meu marido foi trabalhar em Maputo, mas não manda nada, nem dinheiro, nem comida. Eu só conto comigo e meus filhos”⁶¹. A condição de mulheres analfabetas, mostrada na maioria dos casos impacta negativamente na dinâmica da atividade agrícola da unidade de exploração. Dos cinco casos estudados, para este sistema produtivo, dois referem-se a idosos encontrando-se em condições de extrema pobreza⁶²

A característica comum dessas produtoras é terem um agregado familiar em número reduzido, com um máximo verificado de dois adultos e crianças menores e em idade escolar, quando existissem. No PA de Chibonzane foram observados dois casos semelhantes:

⁶¹Relato dado em entrevista com uma produtora do PA de Nguzene realizada no dia 20/01/11.

⁶²Não têm nenhum apoio e quem se responsabilize por eles. Portanto, deveriam estar recebendo algum tipo de assistência social. Entretanto, pelos dados do governo do distrito além de não existir idosos nos centros de velhice, até 2003 apenas assistiam, junto às comunidades 986 idosos, para uma população majoritariamente jovem e idosa, sendo que, para cada 10 crianças ou anciões apenas existem 12 pessoas em idade ativa e cerca de nove mil mulheres contra apenas quatro mil homens para todo o distrito (MAE, 2005). Portanto, infere-se que existem grandes deficiências com relação ao atendimento aos idosos pelas entidades públicas ligadas às famílias, incluindo as referentes ao INCAJU.

Eu moro sozinha. Tive muitos filhos, mas todos os filhos homens morreram. Ficaram três filhas que já estão em seus lares e não podem vir ficar aqui comigo. Eu também não posso abandonar minha casa. Foi aqui que meu marido morreu e me deixou. Quem me ajuda quando preciso é esta minha vizinha que também mora sozinha.⁶³

Eu só tive filhas mulheres. Estão todas vivas mas em seus lares. Ajudam quando podem e como o meu marido já está invalido para os trabalhos agrícolas, faço todo o trabalho sozinha e ainda busco água para minha vizinha que já não agüenta ir ao rio.⁶⁴

Esta dificuldade em força de trabalho retratada pelas produtoras traz sérias complicações para o trabalho agrícola, fundamentalmente com as plantações de cajueiro.

Consequentemente, a utilização de terra neste sistema produtivo é bastante reduzido. As áreas disponíveis para o trabalho (as referidas machambas), normalmente encontram-se a volta do terreno para a habitação. Nenhuma das produtoras soube informar quanto de área tinha para a atividade agrícola, nem mesmo a parcela direcionada a habitação. Contudo, sem que tenha sido feita uma medição, estima-se que essas famílias explorem em torno de meio a um hectare⁶⁵.

A falta de capacidade de utilização de parcelas maiores de terra torna a organização deste sistema de produção bastante diversificado, agrupando numa mesma parcela de terra que será a unidade produtiva familiar os sistemas de cultivo, criação e transformação de produtos agrícolas quando estes existem. O sistema de cultivo é do tipo convencional, com práticas anuais sempre na mesma machamba. A estratégia das famílias é com base no consórcio de culturas numa única parcela, onde as principais culturas anuais são amendoim, mandioca, milho e feijão nhemba⁶⁶.

⁶³ Entrevistas com produtora do PA de Chibonzane realizada no dia 19/01/11.

⁶⁴ Entrevista com a produtora do PA de Chibonzane realizada no dia 19/01/11.

⁶⁵ Geralmente as machambas são localizadas de forma dispersa, sendo normal para cada parcela (machamba) uma medida em torno de 300 m a meio hectare.

⁶⁶ Em Brasília esta variedade é chamada de feijão verde. Marques (1960) chamou de feijão cafreal.

Em volta das habitações encontram-se galinhas, que constituem nestas famílias o único animal de criação. As fruteiras, à semelhança do sistema de criação, ficam espalhadas a volta das habitações como forma de aproveitamento da sombra e para melhor controlarem e aproveitarem seus frutos.

O baixíssimo nível tecnológico é característico deste sistema de produção, de tal forma que os únicos utensílios de trabalho são a enxada de cabo curto e, em alguns casos catanas (facões). Entretanto, uma vez mencionado o problema de déficit de mão-de-obra para estas famílias, e, dado o trabalho pesado de preparo da terra, elas vêm-se obrigadas a pedir ou a agrupar nos trabalhos comunitários de inter-ajuda. Quando existe boa vontade dos proprietários da tração animal, o preparo do solo é feito mediante pagamento por trabalho na machamba do proprietário da tração animal.

Com relação às plantações de cajueiro, na totalidade das famílias pertencentes a este sistema produtivo, percebeu-se que apenas cuidam e sobrevivem dos cajueiros herdados ou plantados a mais de 30 anos. Neste contexto, além de dividir espaço com outras fruteiras junto as habitações, observam-se esporadicamente alguns cajueiros nas machambas consorciadas com as culturas anuais, e outros mais distantes das habitações e que na maioria tornaram-se resíduos da floresta nativa.

O problema com a mão-de-obra reflete-se em grande medida no cuidado com os cajueiros que se torna inexistente para estas famílias. Nunca efetuam a poda, observando-se pomares com acentuado entrelaçamento de ramos ou casos de ramos secos. Entretanto, o consorciamento em que estão sujeitas as plantações de cajueiros facilitam a limpeza dos terrenos e o controle de plantas daninhas nas machambas.

O tratamento fitossanitário é efetuado, na maioria dos casos, graças à boa vontade e relações sociais saudáveis com os provedores de serviços. Uma vez que os benefícios da pulverização podem ser observados ainda durante a campanha, os provedores de serviço muitas vezes efetuam os tratamentos com promessas de pagamentos futuros ou em alguns casos, com o pagamento em trabalho de apanha de castanha nas machambas do provedor de serviço. Foi o caso do exemplo encontrado no PA de Chidenguele com uma produtora viúva que tinha a sogra (também viúva) realizando a atividade de apanha de castanha como pagamento dos serviços de pulverização. Em outros casos, observados de forma esporádica, os tratamentos acontecem quando as famílias recebem visitas de alguns membros que se encontram morando fora das unidades e disponibilizam recursos financeiros para o cuidado com os cajueiros.

Em todos os casos das famílias produtoras chefiadas por mulheres, pela qualidade da sua atividade e pelo que foi apresentado, observa-se que a única finalidade deste sistema produtivo é a sobrevivência (incluído a produção do caju) que, em muitos casos, chega a não atingir ganhos suficientes de produtividade e um nível de produção tal que os possa manter durante o ano. Daí que, o total da produção é dirigido para o autoconsumo familiar. O depoimento de uma produtora enfatiza a situação geral dessas famílias quando diz que: “aqui há muita fome e quando dá certo, a produção guardo para o ano todo não morrer de fome”⁶⁷.

Como estratégia de conservação dos alimentos ocorre o sistema de transformação com o processamento dos produtos agrícolas (milho, mandioca). Outra estratégia para a conservação dos alimentos observada foi com base na secagem dos produtos agrícolas, especialmente a mandioca e o feijão nhemba.

⁶⁷ Relato da entrevista com uma produtora do PA de Manjacaze Sede, realizada no dia 20/01/11

Em condições de boa produção dos cajueiros (isto quando efetuam o tratamento químico) as famílias conseguem processar o seu pedúnculo para obtenção de sucos e bebidas alcoólicas. Estes produtos quando comercializados, são feitos com base em troca por produtos alimentares no comerciante lojista mais próximo. Noutros casos, os produtos são usados como pagamento na melhoria de condições habitacionais como o caso de reparação de cobertura das palhotas, construção de cômodos e/ou latrinas, etc.

O único benefício governamental destinado às famílias deste sistema de produção é o produto químico que chega a custo zero no tratamento dos seus cajueiros. Entretanto, sustenta-se aqui a posição de que elas sequer têm conhecimento disso, ainda que em alguns casos as mulheres tenham mencionado que participaram em reuniões de treinamento de monitoria da comercialização, pelo fato de que se vêem na condição de efetuar o pagamento pelo trabalho do provedor de serviços.

3.3.2. Sistema produtivo baseado em agregados familiares com decisões compartilhadas – SP2

Para a delimitação do parâmetro das famílias que irão agrupar-se neste sistema produtivo, sete unidades produtivas agrícolas foram selecionadas. Em comum estas famílias tem membros, geralmente os chefes responsáveis pela família, pluriativos com empregos na maior parte dos casos na República da África do Sul e na cidade capital de Moçambique, Maputo. Outra característica que interliga estas famílias é o tipo de agregados familiares, que em todos os casos são constituídos com mais de um parente além dos filhos e/ou com duas mulheres para o mesmo marido.

Para este sistema produtivo, observou-se que existem choques no que referem a tomada de decisões. Embora os responsáveis pelas famílias encontrem-se como empregados fora da unidade de exploração não ficam claras a quem são repassadas o poder de decisão para o conjunto das atividades executadas nas unidades de produção. Fica assim implícita uma forma de decisão compartilhada entre alguns membros que diferem consoante a característica dos agregados.

Assim, nos casos encontrados em que existem duas mulheres compartilhando o mesmo marido e a mesma habitação, cada esposa passa a ter direito de exploração de um número de machambas. Essas são cedidas normalmente, pelos sogros na altura do seu casamento, onde em colaboração com seu esposo passa a tomar decisões apenas sobre as machambas em que trabalha. Entretanto, não ficam clarificadas certas situação, a exemplo do depoimento à seguir que espelha as complicações que podem ser observadas em casos de duas mulheres na mesma unidade de produção agrícola:

Somos duas esposas e o nosso marido trabalha na África do Sul. Então quando ele está em trabalho na África de Sul leva uma de nós e trocamos-nos de três em três meses. Não trabalhamos uma para a outra na machamba. Cada uma cuida da sua machamba com seus filhos. Mas quando chega a altura de sementeira, se ela tiver deixado a machamba dela limpa antes de ir para a África do Sul, eu faço a sementeira para ela, só que fica no mato, porque ninguém vai lá fazer a capina para ela⁶⁸

Nestes casos, o fato de não ficar claro as formas de trabalho na ausência do responsável da família, compromete sobremaneira todo o andamento do sistema produtivo na unidade familiar.

Outro exemplo de organização que mostra os contornos que podem tomar as decisões compartilhadas foi encontrado em casos onde as mulheres com os maridos na África do Sul,

⁶⁸Relato da entrevista com uma produtora do PA de Manjacaze Sede, realizada no dia 21/01/11

dividem a casa com os sogros. Estas situações na maior parte dos casos, os filhos casam e continuam a residir na casa dos seus pais, ou porque não foram cedidas parcelas de terra para construção das suas habitações próprias, ou porque se sentem responsáveis pelos seus progenitores preferindo continuar ou incluí-los como parte do seu agregado familiar. Nestes casos, embora os filhos continuem responsáveis pelo conjunto do agregado, as decisões das atividades nas unidades de exploração são tomadas pelas esposas em coordenação com os sogros.

Para este sistema de produção, observou-se que existe mais disponibilidade de terra para o trabalho agrícola, havendo inclusive relatos das famílias que se referiam em média a sete machambas em atividade, duas em pousio, e duas emprestadas. Assim, presume-se que neste sistema produtivo as famílias trabalhem com uma média de até cinco hectares de terra.

Normalmente este sistema de produção as famílias detém um terreno dedicado exclusivamente para habitação. Em volta do terreno encontram-se pequenas plantações de fruteiras e pequenas machambas dedicadas aos alimentos mais consumidos no dia a dia (mandioca, milho, abóbora), onde os filhos menores e em idade escolar realizam suas atividades, quando não estão ocupados com os deveres escolares. Mais afastado da habitação e de forma dispersa localizam-se as diversas machambas de trabalho, exploradas pela unidade familiar.

O sistema de cultivo é também convencional, com rotatividade menor das machambas em atividade uma vez que não possuem terras suficientes para pousios mais longos de mais que uma campanha agrícola (período agrícola). Nestas famílias não existem diferenças muito grandes em termos da forma de consorciamento de cultivos com relação ao primeiro sistema de produção encontrado. Geralmente o consórcio de culturas observa-se entre as plantações de

cajueiros e duas ou mais culturas anuais. As principais culturas são o feijão nhemba, milho, amendoim, mandioca, em casos adequados de localização das machambas, o arroz e a batata.

O sistema de criação é efetuado mediante utilização da parcela destinado a habitação para animais como galinhas, patos e porcos e com a utilização das machambas em pousio ou espaços ligeiramente afastados da habitação como zonas de pastagens de cabritos. O sistema de pastagem é manter o animal amarrado à corda, no caso o cabrito, num determinado lugar, onde os membros mais novos possam fazer a mudança regular do local de pastagem. A criação de gado bovino neste sistema produtivo é quase inexistente.

Quanto aos utensílios de trabalho assemelha-se grandemente ao primeiro sistema produtivo identificado. Basicamente o trabalho agrícola é efetuado mediante o uso de enxada de cabo curto e para a poda e outros cuidados com os cajueiros, quando acontecem usam instrumentos como a catana (facões) e machado. No preparo do solo, depois do pousio é mais comum o aluguel de tração animal, uma vez que detém parcelas um pouco maiores. O pagamento conforme informação de campo ocorre sempre em dinheiro.

A mão-de-obra é basicamente familiar operando com uma força de trabalho até quatro pessoas, sem incluir as crianças. As mulheres são as que cuidam dos trabalhos agrícolas, ficando as crianças com os cuidados com a criação e trabalhos agrícolas das machambas nas proximidades da habitação. A apanha da castanha de caju é feita em conjunto, mulheres e crianças da habitação. Raramente ou quase nunca contratam força de trabalho para a atividade de apanha da castanha de caju.

Observou-se para este sistema produtivo a falta de motivação para plantio de novos cajueiros. Quando aconteceram foi graças à distribuição de mudas efetuada pela ADRA, ONG

que operou no distrito de Manjacaze, na distribuição de mudas de cajueiros. Existiram situações em que o homem responsável pela família foi quem plantou cajueiros, que nunca passaram de dois cajueiros, num dos retornos a casa que normalmente ocorrem em dezembro, durante o período chuvoso.

Um aspecto que foi observado, de influência para a fraca aderência a novas plantações, diz respeito a esta forma de tomada de decisões. Como tal, as mulheres não se sentem seguras na sua nova posição de dona de casa, ou pela presença muito forte dos sogros, ou porque na condição de duas mulheres, lhes tira a segurança de permanência com o marido. Foi comum ouvir expressões como as seguintes: “já não há espaço nas machambas para cajueiros, no tempo da mama eles plantaram muitos cajueiros. Então só da para fazer machambas”⁶⁹; “eu vou plantar uma árvore, a outra não planta e depois eu saio do lar e ela fica a comer meus frutos? amendoim, mandioca, comemos todos os dias”⁷⁰.

Nas atividades de cuidados com os cajueiros, a exemplo, observou-se por um lado, que a poda raramente é efetuada. Primeiro, pelo fato de que se observou que na maior parte do ano os homens, mais adaptados a este trabalho estão nos empregos fora da unidade de produção. Segundo porque as mulheres, por razões já mencionadas, ainda que jovens, não se sentem motivadas a tomar tais cuidados. Por outro, o tratamento fitossanitário de cajueiros é mais aderido neste sistema produtivo, pois, uma vez detentores de mais cajueiros, o rendimento que extraem é ainda maior motivando-os a aderir mais às campanhas de pulverizações. Entretanto, emperra para um maior número de árvores pulverizadas a falta de recursos financeiros ou a preferência por pulverizar apenas os cajueiros próximos da habitação ou nas machambas em

⁶⁹ Relato da entrevista com uma produtora do PA de Manjacaze Sede, realizada no dia 21/01/11. Este é um exemplo de uma mulher que, além de dividir o quintal com mais um casal (irmão do marido) tem a sogra em sua responsabilidade e trabalham nas machambas da sogra.

⁷⁰ Relato da entrevista com uma produtora do PA Nguzene, realizada no dia 20/01/11. Este é mais um caso de duas esposas na mesma unidade de exploração agrícola

atividade, com culturas anuais. Assim, normalmente as campanhas de pulverização abarcam uma média em torno de 10 a 20 árvores.

Dois casos representativos desde sistema de produção, em que as entrevistas ocorreram com os chefes da unidade de exploração agrícola, se justificaram da seguinte forma: “quando estou em casa de férias ajudo no que posso, podando as árvores, mas apenas faço com estas próximas de casa. Durante o ano a família tem que se preocupar mais com comida”⁷¹; “se eu estivesse em casa na altura de pulverizar, podia pulverizar, mas as mulheres nunca me falaram que existem pessoas que fazem esse serviço para pagar depois. Agora fiquei sabendo”⁷².

Contudo, ainda que não pulverizados todos os cajueiros, o sistema de empréstimo de machambas, mencionado anteriormente, serve para que, com a utilização das mesmas, possam limpar as plantas daninhas no terreno e os cajueiros não se encontrem no mato. Por isso, em situação de empréstimo, a utilização é apenas feita com as culturas anuais e, de forma alguma, com o plantio de culturas perenes, à semelhança dos cajueiros ou outra fruteira. Os resultados da produção de culturas perenes ficam sempre em benefício da família pertencente da machamba.

A atividade de transformação dá-se de maneira mais acentuada neste sistema de produção. Além da secagem dos alimentos, com maior incidência ocorre o processamento do pedúnculo de caju, canhu e da folha da palmeira para a extração de sucos e bebidas alcoólicas (aguardente de caju, ucanhe e uschema)⁷³. Também fazem o processamento de mafurra para a

⁷¹ Relato da entrevista com um produtor do PA de Chibonzane, realizada no dia 19/01/11.

⁷² Relato de entrevista com um produtor do PA de Chidenguele, realizada no dia 22/01/11

⁷³ Bebidas de fabricação artesanal derivadas do canhu e da folha da palmeira respectivamente. Importa salientar que, o canhu é uma fruteira mantida com princípios tradicionais, herdados dos antepassados, que não utilizam o fruto e nem a bebida para a venda, somente é tida como uma bebida comemorativa e de confraternização.

obtenção de óleo (denominado munhanse). O processamento de bebidas é tarefa das mulheres mais velhas da unidade de exploração, somente na ausência desta é que outras podem tomar conta da atividade.

De todas as entrevistas realizadas no grupo de famílias deste sistema produtivo, ficou claro, pelas informações fornecidas, que a atividade principal, que garante a sobrevivência da unidade familiar é o emprego que o responsável mantém fora da unidade de exploração agrícola familiar. A agricultura é praticada como forma de obtenção de alimentos que na totalidade são dirigidos para o consumo doméstico e para a própria reprodução do sistema com a utilização das sementes que garantem os ciclos agrícolas subsequentes. Em caso de boa produção, principalmente do amendoim e da castanha de caju, a maior parte da castanha de caju é destinada à venda nos locais de comercialização situados nas redondezas, junto aos comerciantes e lojistas locais. Apenas na ausência destes, é que as famílias se dirigem ao comércio da vila mais próxima.

As bebidas alcoólicas e os sucos, além daquela que fica destinada ao consumo doméstico, grande parte delas são vendidas e da renda podem garantir a satisfação de outras necessidades familiares enquanto os maridos não voltam da África do Sul, a semelhança de matrículas dos filhos, fardamento escolar e material escolar no geral, utensílios domésticos, etc.

Os animais de criação raramente são vendidos. Quando as vendas acontecem respondem simplesmente a uma solicitação de um vizinho ou parente que tenha recebido uma visita e não disponha de nenhum animal para oferecer, recorrendo a quem disponha no momento da sua necessidade. Regra geral, os animais são usados em momentos

comemorativos da unidade familiar ou em cerimônias tradicionais de invocação aos defuntos⁷⁴.

3.3.3. Sistema produtivo baseado em agregados familiares chefiados por homens – SP3

Englobam este sistema de produção oito produtores que têm em comum o fato de ser também provedores de serviço para o tratamento químico dos cajueiros. A característica fundamental destes produtores os liga a um processo anterior de acumulação de capital. Todos eles fazem parte de um grupo de indivíduos aposentados de outras atividades remuneráveis, como funcionários públicos, professores ou como trabalhadores das minas na África do Sul. São também produtores mais instruídos, alfabetizados variando entre o terceiro nível de alfabetização até a conclusão do ensino básico. São ainda produtores que de certa forma fazem parte de associações ou cooperativas, ainda que algumas delas estejam em processo de formação. No geral, os agregados familiares deste grupo são do tipo alargado, sendo que todos eles além das esposas e filhos, têm mais algum parente que mora na unidade familiar e ainda outros tantos como seus dependentes.

Estas características de certa forma são as que os possibilitam reunir todas as condições para se tornarem provedores de serviço, diante das condições exigidas pelo INCAJU: “são considerados critérios de legibilidades para provedores de serviço: ter no mínimo 50 cajueiros, capacidade de gerir seus negócios, saber ler e escrever, postura física”⁷⁵. Adicionalmente,

a participação dos produtores aos programas de insumos agrícolas varia por grupo de produtor. Os pequenos produtores com menos capacidades de investimentos normalmente não adquirem o conjunto necessário para o tratamento. Geralmente

⁷⁴ Ao nível familiar, estas cerimônias podem representar missas em memória dos seus antepassados

⁷⁵ Informação obtida em entrevista ao técnico do INCAJU realizada nos dia 07/02/11.

estes são adquiridos por àqueles produtores mais habilitados e possibilitados a tais investimentos.⁷⁶

Neste contexto, apenas neste grupo de produtores existe capacidade de serem reunidos todos os critérios de legibilidade, bem como recursos financeiros para o investimento nos insumos agrícolas. Noutras situações, os extensionistas colaboram quando “ajudam seus produtores com mais ideias e a desenhar projetos para se beneficiarem dos créditos facilitados pelos governos distritais”.⁷⁷

Neste sistema de produção existe mais disponibilidade de terra embora grande parte dela não seja de fato explorada. Em média a área de terras em atividade agrícola varia entre seis a dez hectares. Em todos os casos são terras herdadas da família, em que juntamente com elas vieram as primeiras plantações de cajueiros pertencentes às unidades produtivas do sistema. O número de árvores de cajueiro mínimo mencionado neste sistema foi de cerca de 400 e um máximo de 2.000 árvores.

O aproveitamento das terras é feito mediante utilização de certas parcelas com a atividade agrícola, pousios de dois a três anos e uma terceira parte cedida como empréstimo. Neste último caso, normalmente são machambas onde há plantações de cajueiros ainda produtivos. Assim, para manutenção dos terrenos limpos como também a preservação das terras em poder da família, estas optam por ceder as parcelas na forma de empréstimo.

A atividade agrícola como produtores de caju teve o seu início nos tempos em que estiveram empregados fora das suas unidades de produção agrícola. Enquanto trabalhadores fora das unidades familiares, estes sempre mantiveram relações estreitas com parentes em seus locais de origem, o que lhes valeu o reconhecimento junto à comunidade para o reinício

⁷⁶ Idem

⁷⁷ Informação obtida em entrevista com técnico do INCAJU realizada no dia 10/01/11

da atividade agrícola. Os recursos acumulados foram fundamentais para se firmar como produtores de caju e agricultores em caráter mais avançado em comparação com os outros dois sistemas apresentados. Adicionalmente, motivados com as políticas do INCAJU, diante das facilidades disponíveis no início dos programas de pulverizações de cajueiros, estes aderem a atividade de provedores de serviços.

Ainda que na totalidade deles considere a agricultura como sua atividade principal, na maioria destes produtores acumula nas suas unidades produtivas uma diversidade de atividades, sendo característico o fato de também serem comerciantes, lojistas, enfermeiros, líderes comunitários, apicultores, etc. Na condição de chefes de agregados familiares alargados, normalmente têm os filhos trabalhando na vizinha África do Sul e/ou em fase de formação escolar nas cidades mais próximas ou na capital do país.

Neste contexto, a totalidade dos rendimentos deste grupo acumula entre a renda com a atividade de provedores de serviços, a renda das diversas atividades descritas anteriormente e a renda da atividade agrícola. Em alguns casos, os filhos empregados fora da unidade familiar, a renda por eles obtida é também direcionada à unidade produtiva familiar. Como exemplo o depoimento de um produtor ilustra claramente a questão:

Tenho quatro filhos a trabalharem na África do Sul. Eles ainda não são casados então sempre mandam parte dos seus resultados de trabalho para cá e eu invisto nas atividades da casa. E como eles estão a crescer, irão precisar voltar e construir suas casas e precisarão de machambas para trabalhar⁷⁸.

Assim, observa-se um leque vasto de acumulação de renda neste grupo de produtores que, de certa forma, viabiliza os investimentos que têm feito na atividade agrícola.

⁷⁸ Relato da entrevista com um produtor do PA de Manjacaze Sede, realizada no dia 21/01/11.

A utilização da mão-de-obra é mais complexa para estas unidades produtivas. Em geral, o sistema opera com força de trabalho numa média de quatro pessoas membros do agregado familiar do produtor. Entretanto, empregam em torno de dois a quatro membros, de outros agregados parentes⁷⁹ do produtor, aos quais considera seus dependentes. Uma terceira parte da mão-de-obra refere-se aos trabalhadores temporários, que são contratados em decorrência da apanha da castanha de caju.

Aos dois primeiros grupos de força de trabalho não existe o pagamento de salário. A explicação é sustentada com a posição de que os membros do mesmo agregado fazem parte das suas obrigações o trabalho agrícola na unidade familiar. Ao segundo grupo, além de receber ajuda alimentar com as colheitas no final da campanha agrícola, frequentemente o produtor cede a tração animal para o preparo do solo nas suas parcelas e/ou nas machambas em que executam sua atividade (quando se trata apenas de limpeza dos terrenos onde existem plantações de cajueiros, que normalmente encontram-se nas proximidades das suas habitações) o produtor permite o consórcio de mais uma cultura em seu benefício. Assim apenas o terceiro grupo, relativo à força de trabalho temporário, recebe um pagamento pelo serviço de apanha de castanha, pagamento este feito em espécie.

Neste sistema de produção também é freqüente o consórcio de culturas. Entretanto, diferentemente de outros sistemas, nestes os cajueiros estão consorciados com uma ou duas culturas apenas, fundamentalmente nas machambas com novas plantações de cajueiro. Neste caso, existe disponibilidade de terras próprias para implementação de hortas e plantações de arroz em escala relativamente maior, porém localizadas nas baixas ou nas proximidades das

⁷⁹Trata-se de irmãos do produtor ou da esposa do produtor casadas mas que vivem em situações de carências ou outros membros da famílias

lagoas. Constituem culturas comuns a este sistema, arroz, amendoim, gergelim, milho, mandioca, feijão nhemba, hortículas no geral, batata doce, ananás, bananas, melancias, etc.

O sistema de criação é mais diversificado. Normalmente criam-se gado bovino, caprino, suíno, coelhos, galinhas, patos, etc. O gado bovino é criado mediante utilização de pastagens comuns. Os cabritos utilizam o mesmo sistema de criação referenciado no sistema de produção anterior, mantendo o animal amarrado na corda sob cuidados das crianças mais novas da família que se encarregam da mudança do local de pastagem.

A criação de suínos obedece a um processo mais complexo. Devido ao fato das machambas encontrarem-se junto às habitações existem grandes dificuldades de criá-los soltos. O confinamento dos animais acarretar mais tempo de trabalho na procura de alimentos ou recursos para aquisição de ração para a alimentação. Assim é comum usarem de criação que, na língua local é conhecido como *Kuvekela*⁸⁰. Segundo descrição de um produtor do PA de Chidenguele⁸¹, o processo consiste em:

- (i) o produtor identifica junto a família, vizinho ou membro de sua confiança na comunidade que se disponibilize tempo para o cuidado dos animais;
- (ii) faz a distribuição de um a dois animais para cada pessoa;
- (iii) a pessoa a cargo dos animais fica com a responsabilidade de alimentá-los, normalmente confinados numa pocilga construída pelo produtor;
- (iv) a cada ninhada, uma cria fica para quem toma conta dos animais e as restantes serão para o dono.

⁸⁰ Termo de uso na língua Shope que significa “deixar ao cuidado de alguém”

⁸¹ Processo descrito por um produtor do PA de Chidenguele em entrevista realizada no dia 22/01/11

Com relação aos meios de trabalho, observou-se que os produtores neste sistema, os produtores são detentores da tração animal que usam no trabalho agrícola. O uso de insumos agrícolas é também adotado com maior frequência no controle de pragas nas culturas de amendoim e gergelim. Entretanto, em termos de utensílios de trabalho não difere muito dos outros sistemas, com relação à utilização da enxada de cabo curto, machados, catanas, como únicos instrumentos no trabalho agrícola.

Na produção agrícola, as plantações de cajueiros encontram-se grande parte consorciada com outras culturas anuais. Estes produtores já possuem um número maior de cajueiros entre os que foram herdados com as referidas machambas e as novas plantações que rondam em torno de 150 a 200 cajueiros. Na totalidade destas novas plantações, os produtores disseram terem obtido mudas de cajueiros através do projeto ADRA que operou no distrito de Manjacaze. Apenas dois produtores mencionaram ter comprado mais mudas de cajueiro depois do benefício.

Neste grupo de produtores estão em grande medida centrados os estudos do INCAJU na identificação de árvores produtivas usadas nas técnicas de enxertia. Embora este aspecto seja uma vantagem sob ponto de vista técnico, não existem casos em que os produtores tenham desenvolvido seus sistemas próprios de condicionamento de viveiros para produção de mudas. Ficou evidente que nos casos de ocorrência de novas plantações a opção pelos viveiros privados ou públicos foi substituída pela utilização da técnica mais adotada no distrito de Manjacaze, referente à utilização das sementes de cajueiros mais produtivos.

Os produtores mostraram uma preocupação mais acentuada no cuidado dedicado aos cajueiros em todas as fases de produção do caju. As podas são evidentes e normalmente executadas pelo próprio produtor chefe da família. Os tratamentos fitossanitários, além de

ocorrerem, primeiro pela condição de provedores de serviços, também acontecem em maior número de árvores tornando mais elevada a produtividade dos cajueiros obtendo maior produção no final da safra.

Essa quantidade maior de produção do caju torna o sistema de transformação mais dinâmico, especialmente no processamento do pedúnculo para a obtenção de sucos e aguardente do caju. Percebeu-se, inclusive, que para alguns casos é no processamento das bebidas que mais esforços estão concentrados pela maior parte dos produtores, pois garantem receitas na totalidade da sua produção.

Ao que se pôde observar, a pré-disponibilidade em dedicar tempo e recursos nas atividades agrícolas conduzem os produtores e os levam a pensar em atingir níveis de produção tal que respondam as necessidades das unidades de exploração que vão além do autoconsumo. Assim, pelos níveis mais satisfatórios de produção total a geração de excedentes de produção direciona parte dela a comercialização. A comercialização abrange produtos como o amendoim, milho, arroz e gergelim, no que se refere as culturas anuais.

Da produção total de caju a comercialização verifica-se para a castanha de caju, seguida dos produtos processados, como aguardente de caju e finalmente o sumo e o pedúnculo in natura. Os dois últimos produtos (sumo de caju e o pedúnculo), que exigem condições de refrigeração, as vendas irão depender muito da localização da unidade de exploração com relação ao acesso as vias de comunicação.

Os resultados agrícolas, além do autoconsumo, os produtos são ainda destinados à reprodução da unidade de exploração agrícola familiar quando usadas como sementes para próximos ciclos produtivos, que os produtores afirmaram quase nunca comprarem sementes.

Os animais de criação, a exceção dos suínos, raramente são destinados à venda. Estes são usados no consumo familiar, fundamentalmente em momentos festivos importantes para as unidades familiares, como os casamentos ou ainda em cerimônias tradicionais de invocação aos seus defuntos e em memória aos seus antepassados.

É frequente, neste e em todos os sistemas de produção, a não observação das suas unidades de exploração agrícolas como detentoras de despesas e geradoras de receitas, sendo locais onde investimentos são aplicados. O depoimento seguinte ilustra a questão ao dizer que:

Posso dar um saco a minha cunhada ou ao meu filho, mas nunca pesei para saber quanto é que ofereci e saber se tivesse vendido quanto teria ganhado com a venda. Nunca controlei meus rendimentos, nem o que aplico da minha aposentadoria na machamba⁸²

Da mesma forma quase nunca tem o controle da produção total gerada pelo sistema. Este aspecto leva a inferir que, ainda que no terceiro sistema existam produtores com capacidades de gerarem excedentes as atividades administrativas e de gestão mais eficiente das unidades produtivas ainda são insipientes.

3.4. LIMITAÇÕES PARA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU EM MANJACAZE

A complexidade do ambiente externo a estes sistemas de produção é problemática para a viabilidade e funcionamento das atividades desenvolvidas nas unidades de exploração familiar. O distrito de Manjacaze se situa na costa sul de Moçambique e na província de Gaza com uma superfície total de 3.797km². A sede do distrito de Manjacaze tem ligação rodoviária, através da Estrada Nacional (EN) n° 1, que em apenas 60km de Estrada Rural liga

⁸² Relato em entrevista um produtor do PA de Nguzene, realizada em 20/01/11.

a cidade capital da província de Gaza à sede do distrito. Em direção a Oeste são apenas 38km para o distrito de Chibuto e 42km para o distrito de Chókwé. Ao todo o distrito inclui 316km de estrada entre elas principais, secundárias e terciárias (MAE, 2005).

Embora a sede do distrito tenha sido elevada a categoria de município desde 1998, em toda área municipal não existe uma única estrada asfaltada. As ligações rodoviárias entre, a sede do distrito e os diferentes PAs são feitas por estradas secundárias igualmente não asfaltadas. Apenas uma parte das vias da sede do PA de Chidenguele é que possui asfalto e a parte da EN n°1 que cruza grande parte do distrito que encarece o sistema de transporte.

Mais dificuldades surgem ainda quando se observa que o distrito não possui um sistema próprio de transporte, estando dependente dos transportadores filiados na associação de transportadores da província de Gaza que também operam no distrito. O transporte de mercadorias, esse é assegurado por singulares (privados) detentores de caminhões de diversas toneladas (MAE, 2005).

No âmbito do programa de produção e distribuição de mudas de cajueiro, as informações obtidas da pesquisa de campo indicam que tanto o INCAJU como a *Save the Children* consideraram a limitação de transporte e de vias de acesso variantes que mais contribuem para a dificuldade de se fazer chegar mudas de cajueiro junto aos campos de cultivo durante o período de incidência de chuvas. Este fato comprometia por um lado, a qualidade da muda nos viveiros. Por outro chegando tardiamente junto ao produtor, este desmerece as mudas ao não plantá-las ou não prestando cuidados de rega que as plantas necessitavam.

Em todo o distrito de Manjacaze, apenas o posto administrativo de Chidenguele e a vila de Manjacaze se beneficiam de energia elétrica. No restante do distrito, o fornecimento de energia depende da capacidade individual de aquisição de geradores ou painéis solares, com implicações sérias para a capacidade de conservação dos produtos agrícolas.

É um distrito que sobrevive da agricultura como atividade principal da maior parte da população. Com relação às plantações de cajueiro, o distrito possui mais da metade de cajueiros de toda a província. A única fábrica de processamento de caju do distrito encontra-se paralisada, tornando difícil o beneficiamento dos produtos localmente. Adicionalmente, em todo o distrito a rede de comércio informal é mais dinâmica em relação a rede formal. Com isso, junto às comunidades, nos diversos PAs administrativos e localidades, operam pequenos comerciantes que cuidam entre outras tarefas, da compra de castanha de caju dos pequenos produtores.

Por implicações de políticas, conforme mostrado nos diferentes momentos de evolução dos sistemas agrários em Manjacaze e da guerra civil que assolou o país, a população encontra-se totalmente dispersa, dificultando, não somente o atendimento social, como também o alcance pelos produtores dos pólos de comercialização agrícola para a colocação dos seus produtos.

É dentro deste contexto que, os diferentes sistemas de produção identificados no estudo operam e onde se dão as inter-relações com os diversos atores, observados para o segmento agrícola do caju em Manjacaze, principalmente com o mercado. Na sequência, o poder de comercialização torna-se num constrangimento para atuação e interesse dos sistemas produtivos nos mercados, principalmente da castanha de caju. Já antes foram percebidos casos em que os produtores não têm domínio nem capacidade de barganha para o estabelecimento

dos preços que derivam de diversos fatores que vão deste a dependência dos preços internacionais, a qualidade da castanha, o número de intermediários ou informações nebulosas desconcertantes e pouco claras que recebem dos intermediários, o montante da castanha comercializada e o local de venda (KANJI *et alli*, 2004; FJC & GAPI-SI, 2008). Logicamente que se tornam vulneráveis, limitando a viabilidade dos sistemas produtivos, assim como o alcance dos objetivos preconizados, tanto para as políticas e programas do INCAJU como para os objetivos preconizados pelas unidades de exploração agrícola familiares.

A estratégia adotada pelos produtores é de maior interação entre as unidades produtivas agrícolas no ambiente. Entre tantas, destacam-se as seguintes:

1. o SP1 fica totalmente dependente do SP3 para a sua reprodução. Precisa fornecer mão-de-obra ao SP3 como pagamento dos serviços prestados pelos membros do SP3, tais como, tratamento químico dos cajueiros e empréstimos de tração animal quando este se torna necessário. Igualmente, quanto comercializa da castanha de caju, a venda é feita para o produtor/comerciante do SP3 ou simplesmente troca por produtos alimentares básicos para a sobrevivência da unidade familiar. Regra geral, este pode ser considerado um sistema em estagnação;
2. o SP2 está totalmente dependente de outras atividades praticadas fora das unidades produtivas pelos responsáveis da família. A atividade agrícola apenas responde as necessidades domésticas da família e complementa o rendimento familiar. Em certas ocasiões membros do SP2 requerem por empréstimos machambas de SP3 para complementar a produção agrícola. Quando ocorre a comercialização da castanha de caju fazem nos comerciantes locais e/ou, dependendo das quantidades nos comércios das vilas mais próximas ou na sede do distrito de Manjacaze. Das limitações

apresentadas por este sistema de produção, fica evidente a grande dificuldade de reprodução, ainda que subsistam condições para tal;

3. o SP3 é mais dinâmico no contexto dos outros sistemas produtivos. A opção pela diversificação das atividades nas unidades produtivas familiares observadas, não apenas complementa a renda da unidade como também apóia em grande medida aos membros dos SP1 e SP2. De certa forma são desenvolvidos por estes dois sistemas sentimentos de gratidão e reconhecimento da contribuição de SP3 em benefício da comunidade. Este fato aumenta o prestígio e a aceitação destes junto aos poderes comunitários que os torna privilegiados na reprodução das suas unidades exploratórias. Enfrentam grandes problemas com a comercialização da castanha de caju. Estão totalmente vulneráveis aos intermediários. Nas condições mostradas pelas vias rodoviárias ficam também submetidos a preços elevados dos transportadores no escoamento da mercadoria. Quando localizados junto a EN n°1 ou em estradas secundárias asfaltadas que ligam os distritos, facilmente operam na venda de todos os derivados do cajueiros. Entretanto, estão mais seguros com a comercialização do aguardente de caju uma vez que têm total controle dos preços praticados. Entretanto, apesar da vulnerabilidade e ameaças é um sistema altamente reprodutivo capaz de impulsionar a continuidade de SP1 e SP2.

De forma resumida, ficou evidente uma forte interligação entre os argumentos dos autores aqui citados que, deram importância maior a cultura de caju para as famílias rurais, com o que foi identificado em Manjacaze. As formas de organização das atividades, bem como as formas familiares de produção demonstram traços culturais e tradicionais das vivências de Manjacaze, onde há dependência entre os sistemas, solidariedade entre os grupos

produtivos e a cultura do caju sendo usada de todas as formas impostas pelas mesmas tradições.

CAPÍTULO IV

O MODO DE VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DE CAJU EM MANJACAZE

O objetivo desde capítulo é debruçar-se sobre o modo de vida e as diversas formas de decisões de produção das famílias nos sistemas estudados no capítulo II. Pretende-se verificar qual a lógica das decisões de produção, bem como se reflete em benefícios para as famílias, no contexto atual da revitalização do setor de caju. Pretende-se ainda enquadrar teoricamente e cientificamente as práticas agrícolas observadas em Manjacaze.

Naturalmente que não se trata de um estudo conclusivo, no sentido de se considerar esgotadas todas as possibilidades explicativas das formas de produção no distrito. Porém, empreende-se um esforço para evidenciar aspectos que permitirão maior percepção das formas de produção; das decisões alocativas de fatores; da produção à disposição das famílias; o contexto das relações sociais nas quais as famílias estão envolvidas, que vão muito além de características unicamente econômicas e justificam essas particularidades de organização das atividades das unidades familiares.

4.1. DISCUSSÃO TEÓRICA DO MODO DE PRODUÇÃO CAMPONÉS

[...] não se pode compreender o campesinato imputando-lhe categorias que correspondem as suas formas de vida. Embora a unidade de produção camponesa lide com o trabalho, bens de produção e terra, disso não decorre a presunção de que ela gera salário, lucro e renda da terra (Ideias de CHAYANOV, em ABRAMOVAY, 2007, p. 68).

Vários economistas, autores sociais, entre outros estudaram as formas familiares de organização das atividades agrícolas no sentido de concedê-las uma categorização que explique sua lógica e racionalidade. O questionamento que se faz a economia camponesa ou

tradicional, característica da maior parte das agriculturas dos países subdesenvolvidos, é se esta traz consigo um conhecimento racional e positivo. A luz dos conceitos e percepções de autores fundamentais de correntes de pensamento econômico e social procura-se explicar a lógica das decisões e conferir tal conhecimento racional à organização e finalidade das atividades, observados em Manjacaze.

Evidentemente que existe uma racionalidade⁸³ ou lógica por detrás das diversas formas de organização observadas, sejam quais os aspectos de motivação, verdade é que não trazem o contexto único do “capital” e tampouco estão voltadas apenas para o interior das unidades. As unidades de produção familiar de Manjacaze estão também dependentes “[...] da capacidade que esta tem em adaptar-se e montar um comportamento adequado no meio social e econômico em que se desenvolve” (ABRAMOVAY, 2007, p. 33). Neste contexto, que se procura conferir um modo de vida e produção específico à luz do conceito de racionalidade.

Tornando-se difícil uma apreciação global de fontes primárias, o acesso ao livro “Paradigmas de desenvolvimento agrário em questão”, de Ricardo Abramovay (2007) permitiu buscar ideias centrais de autores como Alexandre Chayanov e Jerzy Tepitcht que iniciam com os debates em torno da agricultura camponesa. Nos anos de 1960, esses debates são retomados pelos economistas neoclássicos que se preocuparam em elaborar modelos microeconômicos de comportamento camponês, destacando-se Schultz (1965), Lipton (1968) e os que viriam a usar como base a ideia de unidade de produção e consumo de Chayanov: Mallor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969).

⁸³ O conceito racionalidade foi introduzido por Max Weber para definir a dinâmica econômica e social capitalista, destacando o mercado capitalista e a institucionalização do progresso científico e técnico como resultados da racionalização da sociedade (SAUER, 2010).

No intuito de encarar a forma de organização da família camponesa, Chayanov considera o campesinato um sistema econômico, onde, na sua própria existência se encontram as leis de reprodução e desenvolvimento. O mercado, a disponibilidade de terras e o padrão tecnológico disponível serão meramente fatores que condicionam o seu objetivo econômico (ABRAMOVAY 2007). Abramovay (2007) salienta que a lei básica que sustenta o pensamento de Chayanov é o equilíbrio entre o trabalho e o consumo. Assim, o volume da atividade familiar será determinado pelo número de consumidores que a família possui e não pela quantidade de força de trabalho disponível. A sobrevivência torna-se questão fundamental para esta forma de organização.

Entretanto, Abramovay (2007) sustenta que, Chayanov não observava com isso um isolamento da unidade familiar em relação ao mercado, mecanismos de financiamento ou afastamento ao progresso técnico. Ao contrário:

Se o investimento de capital significar gasto de dinheiro visando a redução de esforços sem que isso se traduza num aumento da renda bruta familiar, ou de maneira a provocar uma ociosidade no trabalho, cuja utilização teria a virtude igualmente de aumentar a renda bruta, sem entretanto provocar gastos com compras de equipamentos, o investimento não será feito (ABRAMOVAY, 2007, p.72-73).

O ponto de partida de Chayanov é a determinação dos comportamentos individuais em função da unidade social em que a família se insere, computando a conduta da família fatores de natureza “estritamente econômica”(ABRAMOVAY, 2007). Este aspecto foi corroborado por Casal (2008) quando afirma que a natureza e lógicas da produção, das famílias agricultoras em Moçambique nem sempre têm o mercado como a única e mais importante referência para as decisões produtivas.

Na sequência, Tepicht inspirado nas ideias de Chayanov, por um lado, observa o campesinato como um modo de produção, no qual existe: o empreendimento agrícola

indissolúvel da família, o uso intensivo de trabalho e a natureza patriarcal de organização social. Por outro lado, inspirado no Marxismo, atribui à família camponesa, a função de ofertar produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas, motivados unicamente pela obtenção de renda que possa dar continuidade a reprodução da própria família (ABRAMOVAY, 2007).

Se as famílias apenas são motivadas pela renda nas suas atividades, esta poderia muito bem ser adquirida ou aumentada via mercado de trabalho assalariado, abandonando a atividade agrícola (ABRAMOVAY, 2007). Sobre esta possibilidade Abramovay (2007) diz que argumentos de natureza econômica – observando as famílias camponesas como detentoras de forças marginais e não transferíveis, sustentam o pensamento de Tepicht. Com base em exemplos nas unidades familiares européias, Tepicht descreve a forma de organização do trabalho, que atribuem o trabalho principal da lavoura aos homens. As mulheres, crianças e velhos (as forças marginais) ficam com o cuidado dos chiqueiros e a criação de animais, que inclusive explica o porquê das famílias camponesas européias se especializam na oferta de produtos de origem animal ou outros intensivos em mão-de-obra, ficando os cereais a cargo dos estabelecimentos assalariados.

A função central do campesinato levantada por Tepicht foi observada nos primeiros momentos depois da conquista da independência em Moçambique. De acordo com Casal (2008), os conflitos surgidos logo após a independência, transformaram o meio rural sob a concepção de um “campesinato”, à boa maneira ortodoxa, numa classe social politicamente conservadora ou mesmo reacionária e economicamente atrasada, em que, a sua transformação em operários agrícolas era considerada estratégica, com tentativas de implementação, por meio de integração deste na cooperativização e nas aldeias comunais. Consequentemente, o

campesinato sob ponto de vista econômico, era tido, principalmente como a fonte de produção de excedentes, que pudesse manter o custo de vida nas cidades e a competitividade da indústria.

Entretanto, como foi salientada anteriormente nos anos de 1960, a questão do campesinato foi retomada voltada a uma perspectiva política em torno do subdesenvolvimento, onde procurou-se desenvolver modelos microeconômicos que explicassem o comportamento camponês. Em comum com perspectiva de Chayanov, era a concordância de que “[...] não se podem implementar políticas de modernização da agricultura sem a compreensão dos fatores que presidem a tomada de decisão por parte dos agricultores”(ABRAMOVAY, 2007, p. 91).

Schultz (1965) inicia as discussões incorporando à unidade de produção familiar moldes de produção característicos de uma empresa moderna, onde, a unidade familiar representa um sistema coerente de uso dos fatores economicamente viáveis e perfeitamente possíveis. Na concepção de Schultz, a família guia-se por uma eficiência alocativa que toma em conta a maximização do lucro (ABRAMOVAY, 2007). Para Abramovay (2007) há em Schultz, um aspecto positivo quando retira qualquer possibilidade de se pensar que a pobreza é gerada por preguiça ou ignorância, atribuindo um comportamento racional à família camponesa. A questão de base para a eficácia e progresso da agricultura tradicional, na concepção de Schultz, é vinculada ao Estado como o único capaz de impulsionar a agricultura tradicional, adquirindo, adotando e difundindo definitivamente um novo e lucrativo conjunto de fatores característicos dos progressos científicos (ABRAMOVAY, 2007).

Lipton (1968) contrapõe-se a ideia de comportamento maximizador de lucro desenvolvido por Schultz, ao atribuir um fator de risco que influencia o agricultor e o leva a

pensar mais nas suas condições, capacidades e oportunidades de sobrevivência, defendendo-se de “[...] um ambiente ecológico e social hostil a essa sobrevivência” (ABRAMOVAY, 2007, p.97). Assim, aspectos como incertezas climáticas, imperfeições de mercados e regras sociais orientam a racionalidade do agricultor (ABRAMOVAY, 2007), de tal forma que contrariamente a Schultz que defende a busca de conhecimento e imputá-lo aos agricultores, Lipton fundamenta a adequação dos meios aos fins, considerando seu contexto, realocando os fatores ao alcance dos camponeses, tendo em conta as incertezas que representam um risco a sua atividade.

O debate em torno da fusão entre a unidade de consumo e unidade de produção, outrora desenvolvido por Chayanov e característico da conduta nas unidades familiares de Manjacaze fundamenta-se, diante da distinção de modelos microeconômicos nos estudos teóricos das funções de produção e do consumo, lançando um desafio a microeconomia para a criação de um modelo que unifique essa dupla dimensão, mediante constatação de que:

(...) a firma doméstica simplesmente *transfere em espécie* uma parte do insumo familiar potencial para a firma e parte do seu produto para o lar. A consequência desta hibridização institucional é que os modelos da forma doméstica têm também que ser híbridos da teoria da firma produtiva e da teoria do consumidor doméstico (KRISHNA, 1969, p. 185 citado por ABRAMOVAY, 2007, p.101)

Nesta perspectiva, segundo Abramovay (2007), as decisões de consumo têm total influência sobre a produção, tanto que, a questão já passava nas ideias de Chayanov, que observava nas motivações características do campesinato uma forma social particular. Com ênfase nestes aspetos, autores como Mellor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969), de certa forma continuaram o trabalho de Chayanov (ABRAMOVAY, 2007).

Assim, de acordo com Abramovay (2007), Mellor achava que seria necessário introduzir um conjunto de estímulos tecnológicos, gerenciais e de conhecimento que

conduzissem a transformação de tempo de trabalho em produto agrícola, ou seja, aproximava-se mais ao pensamento de Schultz. Por sua vez, Sen não observava a modernidade com vantagens sociais, tendo por vezes, unidades produtivas marcadas pelo típico equilíbrio camponês, as que mais possibilitam a oferta de bens agrícolas em condições em que terra e trabalho sejam usados com melhores resultados (ABRAMOVAY, 2007). Por fim, Nakagima contesta a introdução brusca de pacotes tecnológicos nos padrões de produção e de consumo camponês, considerando que as políticas de modernização devem ocorrer gradualmente. Entretanto, a relação consumo e trabalho apenas se manteriam inalterada caso o comportamento da família fosse determinado por razões endógenas, de forma que variáveis exógenas (mercado de trabalho) influenciam as decisões de exclusividade afetando o empreendimento produtivo e a necessidade de consumo familiar (ABRAMOVAY, 2007).

No contexto destas ideias, observa-se que decisões unicamente econômicas, não correspondem a natureza de produção agrícola dos sistemas estudados. Do mesmo modo, associar as unidades de exploração desses sistemas a uma organização do trabalho com base na utilização intensiva de mão-de-obra é fundamentação lógica diante das observações feitas. Entretanto, a superioridade e importância da produção de caju nas unidades, em relação a todas as outras culturas e atividades contrariam a ideia de Tepicht de uma agricultura com a função de ofertar produtos a preços baixos, ao mesmo tempo em que, sustenta o comportamento econômico de uma produção voltada para o mercado.

Os argumentos que sustentam esta posição provem desde os tempos que se vão com a colonização. Já nessa altura era incutida às famílias a obrigatoriedade de disseminação do cajueiro. Embora as árvores fossem plantadas junto a floresta nativa, onde apenas na altura da apanha as famílias se dedicavam mais a cultura, constituía fonte de proteína e do rendimento

gerado com a venda da castanha, podendo educar seus filhos. No contexto geral, já no período colonial, a cultura estava voltada à exportação, sendo fonte de divisas. Este fato perpetuou, garantindo a colocação do produto no mercado, sendo a produção familiar a fonte de garantia do produto para responder tal intento. Entretanto, o consumo do amendoim, produto fundamental na alimentação da população do sul de Moçambique, por vezes emperra na comercialização da castanha de caju. Nos casos de deficiente produção do amendoim, a castanha exerce a função de substituição do amendoim no preparo de alimentos que leva por vezes a que a produção se destine unicamente ao sustento nas unidades de exploração familiar. Os exemplos a seguir elucidam melhor a questão:

Nas minhas machambas tem amendoim e feijão nhemba. Como fiquei doente não deu para trabalhar com mais culturas. Nem consegui cuidar muito bem das culturas que já semeei. Mas como pelo menos consegui pulverizar 10 cajueiros e deram bem, vai dar para alimentar meus filhos, enquanto espero por um ciclo melhor de amendoim.⁸⁴

Aqui em Chidenguele temos muitos problemas de falta de chuva. Os produtos não saem muito bem. Nem a castanha deu bem este ano. Eu só pulverizei 4 cajueiros e não deu nada, nem para comer. Até meu vizinho que conseguiu pulverizar 60 cajueiros o que conseguiu não vai dar para vender enquanto não saber como vai ficar o amendoim que semeamos. Esse tempo que tem estado a fazer, já percebemos que vai prejudicar nossas culturas.⁸⁵

Eu como tenho muitos irmãos a viverem em Maputo. Assim tive que dividir as machambas para quando eles voltarem de férias ter onde apanhar castanha de caju. se nesse ano eles não voltarem eu apanho e deixo guardada, um dia vão mandar os filhos vir buscar. Então primeiro eu apanho nas minhas machambas e concentro toda a castanha. Tiro o que vou precisar para comer. Daí espero pelos meus vizinhos que quiserem vender castanha porque tenho uma pequena loja.⁸⁶

Adicionalmente, a castanha de caju é matéria prima fundamental para a indústria de processamento local. O produto final (a amêndoa da castanha de caju) está voltado a um potencial mercado consumidor, representado por países desenvolvidos. Este fato é praticamente ignorado pelos produtores familiares. Quando os preços praticados pelas

⁸⁴ Depoimento de uma produtora (SP1) do PA de Manjacaze Sede, em entrevista realizada no dia 21/01/11.

⁸⁵ Depoimento de uma produtora (SP2) do PA de Chidenguele, em entrevista realizada no dia 22/01/11.

⁸⁶ Depoimento do provedor de serviços 04 do PA de Nguzene, em entrevista realizada no dia 20/01/11.

indústrias e/ou agentes de comercialização não satisfazem o suficiente para cobrir as suas percepções de custos de produção, não se importam de direcionar toda a produção para o consumo ou reter a produção para períodos seguintes, ainda que em condições nada apropriadas de conservação, pondo em risco os investimentos feitos durante o ciclo produtivo. O depoimento de um produtor deixa claro que mesmo consciente da renda que poderá gerar e das complicações de conservação que tem para manter sua produção por vários ciclos, a venda somente é efetuada quando se sente compensado com o preço:

Para mim os cajueiros e as abelhas já me mostraram que dão muito dinheiro. Inclusive estou a me preparar agora para vender castanha de caju. Mas como o preço varia muito, estou a espera que ele melhore mais para vender. Este ano até esta melhor que no ano passado. Mas quando o preço não está bom eu guardo toda a castanha nos sacos e espero a próxima campanha.⁸⁷

Como consequência a indústria acaba desprovida de matéria prima, levando a certos especialistas perspectivar cenários graves e preocupantes para a economia do caju, como o exemplo do depoimento de Eliana Barrenho a seguir apresentado:

[...]os custos de transporte [...] têm um impacto imenso na viabilidade da cultura do caju como matéria-prima para a agroindústria. [...] poderá tornar-se mais barato importar caju do Vietname ou Índia no lugar de consumir o que é produzido, dispersamente em território moçambicano.⁸⁸

A possibilidade de existência de força de trabalho residual e não transferível considerada por Tepich, não se encaixa muito na lógica de organização das atividades verificada nas unidades de exploração familiar de Manjacaze. A primeira contradição está no fato de que em regra as mulheres são as que executam o trabalho agrícola e o processamento do pedúnculo de caju, ainda que as decisões sejam tomadas e controladas pelos homens. A segunda diferença é que as unidades de exploração estão centralizadas na produção do caju independentemente do tipo de tomada de decisão e dela garantem seu sustento e o

⁸⁷ Depoimento do provedor de serviços 06 do PA de Manjacaze Sede, em entrevista realizada no dia 21/01/11

⁸⁸ Informação obtida por meio de questionário de entrevista a um especialista recebido no dia 04/11/10.

abastecimento do mercado. Adicionalmente, a criação de animais de grande ou pequeno porte, nas unidades estudadas, não é destinada ao mercado e tão pouco fica ao cuidado de um membro da família adulto e capaz para exercer sua atividade em outra especialidade de maior relevância.

Ultrapassando este aspecto, a discussão toda em volta da introdução de técnicas modernas de produção nas agriculturas tradicionais encontra certos entraves. Algumas tecnologias são possíveis de serem introduzidas e facilmente assimiladas pelos produtores, como o caso dos tratamentos químicos observados em todos os sistemas de produção que somente não atingem proporções mais elevadas por insuficiência de recursos. Entretanto, como já haviam observado Byé e Fonte (1992) existem realmente muitas dificuldades para se mecanizar certas operações agrícolas. No caso da atividade de colheita de caju, por exemplo, a operação é mediante a apanha (trabalho manual), pois o fruto deve despencar por si da árvore. Contra este argumento existem perspectivas que sustentam a introdução de tecnologias de produção de caju com base na qualidade anão precoce, viáveis e com facilidades mais eficientes de colheita. Entretanto,

O cajueiro anão precoce está adequado a uma agricultura moderna, planejada e com elevados *inputs* de tecnologia e trabalho. Quando submetido ao contexto moçambicano, pressente-se que os camponeses não têm os recursos nem a cultura adequados a este tipo de cajueiro. Ora, a não ser que se alterem profundamente as relações de produção.⁸⁹

Quando os sistemas de produção observados se deparam com cultivos dispersos, consorcio de culturas, sem contar com a utilização integral da mão-de-obra familiar, naturalmente que acabam afastando possibilidades de uso de tais tecnologias. Embora, as variedades desenvolvidas pelo INCAJU se adaptem às condições descritas, ainda assim,

⁸⁹ Informação obtida por meio de questionário de entrevista a um pesquisador recebido no dia 16/11/10.

persistem alternativas que preservam hábitos de cultivo tradicionais que limitam a absorção por parte dos agricultores a utilização das mudas melhoradas, que nas palavras de Byé e Fonte (1992) seriam objetos que não pertencem à cultura dos agricultores tradicionais.

Uma evidência que deixa dúvidas sobre o comportamento unicamente econômico na atuação das unidades familiares observadas individualmente, assim como no contexto dos sistemas, é a não concorrência e competição entre elas (característica básica de comportamento econômico). A comunidade em que as famílias estão envolvidas, valores sociais decorrentes de partilha de recursos com os menos possibilitados nessa mesma comunidade, entre outras, retira qualquer objetividade econômica de previsão dos mercados concorrenciais. Por exemplo, quando um provedor de serviços se disponibiliza a tratar cajueiros de outros, por via de promessas, que apenas a confiança é garantia de pagamento, certamente que não pode ser equiparado o gesto a uma racionalidade unicamente econômica. Contudo, pelo gesto pode ser considerado um comportamento lógico e/ou mecanismo de reciprocidade, não necessariamente estritamente econômico.

Por um lado, o produtor beneficiado irá obter, em resultado de alta produtividade por árvores tratada, tanto quanto o provedor enquanto produtor. Por outro, o provedor corre o risco de que o pagamento não venha a ocorrer, caso aspectos de ordem natural (fundamentalmente a seca que assola em grande medida o distrito) influenciarem na produção, inviabilizado o desejo manifestado de pagamento pelo tratamento já realizado, excluindo uma lógica de minimização de riscos.

Se a lógica é esta, então claramente estão mostradas as fragilidades da abordagem unicamente econômica para o entendimento do comportamento das decisões de produção nas unidades de exploração agrícola de caju em Manjacaze. Porém, sem pretender desmerecer as

argumentações teóricas aqui apresentadas, pressupõe-se que nelas se evidenciam debates teóricos dentro de um contexto que Ploeg (2008) considerou um modelo de empresário agrícola que visava “*la fin des paysans*” (o fim dos camponeses). Para o autor, o modelo pressupunha um empresário agrícola que desenvolvesse uma empresa agrícola que estivesse significativamente, se não completamente, integrada tanto aos mercados de insumo como de produtos.

Assim, considerando que a abordagem da modernização está centrada no grande negócio, logo, não enquadra as formas familiares de agricultura, com consequências no enquadramento teórico das formas familiares ou camponesas de agricultura. As realidades camponesas são vistas como obstáculos às mudanças, obstáculos que apenas se conseguiria ultrapassar através da transformação dos camponeses em empresários, (PLOEG, 2008).

Entretanto, no lugar de alimentar as referidas lacunas, Ploeg (2008) aposta na criação de novas formas e conceitos para caracterizar o tipo de atividades no nível familiar, que tomem em conta os requisitos de inclusão de características peculiares das formas familiares de agricultura, observem a aplicabilidade de cenários históricos; que vão além da divisão criada entre a abordagem socioeconômica e a abordagem agronômica, bem como, conceitos que reconheçam que a agricultura é materializada em todos os lugares totalmente independente das técnicas.

A luz da concepção de Ploeg (2008) novos conceitos devem ser desenvolvidos e atribuídos as formas camponesas, que ajudariam a caracterizar a natureza de produção nos sistemas estudados em Manjacaze. As distintas formas de organização das atividades viabilizam os objetivos de produção e reprodução das unidades e as relações sociais em que as famílias estão envolvidas, ainda que fiquem comprometidos os abastecimentos dos mercados,

a introdução de técnicas modernas de produção, entre outras características de agricultura moderna. Entretanto, mesmo que as unidades perspectivem tais mudanças e/ou progresso técnico, estes irão acontecer mediante ritmos e níveis de sucesso diferente, dentro e/ou através das suas próprias unidades de produção, que representa um modo próprio de fazer agricultura.

Assim, mediante características do modo camponês de fazer agricultura desenvolvida por Ploeg (2008) são fundamentados aspectos que evidenciam a natureza de produção que mostram as especificidades dos sistemas de produção estudados:

a) A orientação para produção e crescimento no máximo do valor agregado é uma característica que fatalmente influencia a racionalidade econômica das famílias quando considerada a castanha de caju como o produto que mais gera valor para o país em toda a sua cadeia. Em pesquisa de campo, observou-se maior preocupação no aproveitamento do pedúnculo para o processamento das bebidas tradicionais. Depois de processadas a utilização é mais rentável para as famílias, podendo consumir, vender e utilizar como meio de pagamento de alguns serviços, com destaque para a apanha do caju. Este fato foi corroborado pelas informações colhidas em entrevista, quando mencionam que:

Alguns produtores têm cajueiros que dão uma boa qualidade do falso fruto. Entretanto, a castanha é bastante pequena que não atrai aos comerciantes e muito menos aos industriais. Quando se fala e explica para o produtor a desvantagem que isso tem no mercado, a única coisa que ele diz, é que ganha muito mais com esse tipo de cajueiro. Sai muito boa bebida e em grande quantidade. Normalmente o produtor já tem pessoas definidas para quem vende por saber que a sua bebida é de boa qualidade e não aceita trocar seus cajueiros. Os problemas que têm tido com os preços da castanha não colaboram para uma visão centrada apenas na castanha de caju⁹⁰.

⁹⁰ Informação obtida em entrevista realizada no dia 07/02/11

Na verdade, informações de pesquisa indicam que as recomendações técnicas são muito analisadas pelos produtores, quando se trata do tipo de cajueiro e o consórcio de culturas, pois os produtores carregam consigo experiências de longos anos com a cultura, que torna difícil em aceitarem certos procedimentos.

Embora, sob ponto de vista econômico e de políticas, o produtor não apresente um comportamento estratégico racional, não seja motivado pela importância que exerce com o fornecimento de matéria prima para a indústria, assim como, não visualize a necessidade de produtos de qualidade aceitáveis para a exportação da castanha de caju existe sob ponto de vista da unidade familiar uma lógica e coerência que justificam tal comportamento. Inicialmente o processamento de bebidas artesanais visava unicamente o consumo familiar e utilizadas em festas tradicionais de confraternização. Entretanto, mantidas as tradições seculares por alguns grupos de consumidores fortemente ligados às tradições e culturas locais, as famílias perceberam que o processamento possibilitava maior conservação do produto por mais tempo, podendo satisfazer as necessidades de consumo desse grupo de consumidores mediante a comercialização do mesmo. Estando garantida a demanda, num contexto em que, são totais detentores dos preços reais, praticados com a venda, percebem a presença de rendimentos satisfatórios aos esforços empregados, conforme se expressa:

Na altura eu não sabia que o sumo de caju tem importância. Então minha senhora arranhou uma latinha a foi acumulando o dinheiro das vendas. No primeiro ano conseguiu uns 10 mil meticais⁹¹ no final da campanha comprou alguns bens que vemos hoje em casa como produto da venda de sumo de caju. Isso animou minha senhora que já começou a acumular o dinheiro das vendas.⁹²

Assim, a motivação maior para a agregação de valor aos produtos impacta nas decisões de produção das famílias. Explica não apenas o modo de produção como

⁹¹ 10 mil meticais, na altura da entrevista equivaliam a USD \$303 americanos.

⁹² Entrevista com o provedor 02 do PA de Chibonzane realizada no dia 19/01/11.

também permite uma garantia de preservação de hábitos e culturas tradicionais que identificam os produtores.

b) Para Ploeg (2008) a quantidade de recursos, como mão-de-obra será relativamente abundante em relação aos objetos de trabalho (terra, animais etc.). Esta característica, o autor associa a uma produção camponesa que, por tendência, é intensiva em trabalho. Adicionalmente, Ploeg (2008), observa que a trajetória de desenvolvimento será determinada por um processo constante de intensificação baseada no trabalho. Este processo foi perfeitamente verificável nos sistemas de produção encontrados. A correlação desta característica aos sistemas estudados pode ser feita com base na trajetória de desenvolvimento das unidades de exploração familiar, bem como, nas formas de utilização da mão-de-obra.

As unidades produtivas familiares representativas do SP1, além de explorar parcelas menores de terra (machambas com menos de um hectare) apresentaram bastante dificuldade de aquisição de equipamentos de trabalho, fundamentalmente para o preparo do solo. Esta atividade, geralmente é efetuada pela utilização de tração animal, podendo ser adquirida por recursos próprios, na forma de aluguer ou empréstimo. Entretanto, a aquisição ou mesmo o aluguer deste equipamento está fora das capacidades das famílias, diante dos rendimentos que obtém da atividade nas unidades, conforme mostra o depoimento de uma produtora “o que eu precisava para me ajudar é uma junta de bois (tração animal), porque como estou sozinha não tenho mais força para preparar a machamba”.⁹³

Em contrapartida, o terceiro sistema expressa com mais evidência uma tendência em que, as unidades produtivas que apresentam trajetória de desenvolvimento com resultados

⁹³ Depoimento obtido em entrevista com uma produtora do PA de Chibonzane realizada no dia 19/01/11.

encorajadores de produção e/ou detentoras de parcelas maiores de terra explorada, possuem um número maior no agregado familiar, bem como uma quantidade de mão-de-obra disponível no trabalho agrícola. Geralmente, os chefes das unidades familiares assumem a responsabilidade de criar postos de trabalho extensivos aos seus parentes. Dos oito provedores de serviço entrevistados (SP3), dois disseram morar e trabalhar apenas com a mulher (no caso uma) e filhos, dois disseram morar e trabalhar apenas com a família que, no caso apresentaram duas ou mais esposas. Os restantes quatro provedores, além da família com a qual afirmaram morar, disseram empregar outros membros da família como irmãs, cunhadas, primas, etc. Outra forma observada de utilização intensiva de mão-de-obra foi mostrada através do sistema de empréstimo de machambas (processo detalhado no capítulo III).

Naturalmente que o aumento de mão-de-obra não caminha na mesma trajetória de outras componentes necessárias no trabalho agrícola que Ploeg (2008) apontou como sendo terra, animais, etc. Independentemente da trajetória de desenvolvimento, os utensílios de trabalho agrícola mostraram-se idênticos e limitados em tecnologias, para todos os sistemas⁹⁴. Apenas as unidades produtivas familiares do terceiro sistema disseram ter possibilidade de expandir suas parcelas de terra⁹⁵, pulverizar outras culturas, além dos cajueiros, bem como ter adquirido tração animal.

Entretanto, equipamentos como semeadoras, colhedoras, ainda que manuais, que minimizariam o tempo e quantidade de trabalho dedicado nestas tarefas ou, simples carrinhos de mão que facilitam no transporte dos produtos da machamba para os celeiros, não constituem preocupação de aquisição. Geralmente, essas são as tarefas executadas pelas

⁹⁴ As unidades familiares dos sistemas um e dois, não mencionaram projetos de expansão de terras agrícolas. Como instrumentos de trabalho agrícola, os três sistemas apresentaram a enxada de cabo, machados e catanhas (facões). Não foram observados casos de utilização de sementes melhoradas, sendo a reprodução da unidade feita com base em excedentes agrícolas gerados na unidade. Pela trajetória observada de utilização de mudas melhoradas de cajueiros, nos três sistemas, a utilização apenas acontece quando não acarreta custos de aquisição para as famílias.

⁹⁵ Ver nota no 24 à 25 e 40 à 43

mulheres⁹⁶ que, são em quantidade maior na composição da força de trabalho das unidades familiares. Supõe-se que a necessidade de absorver o residual de mão-de-obra que os chefes das unidades familiares assumem com a criação de postos de trabalho, constitui barreira para estes investimentos, que na concepção dos produtores estaria a gerar ociosidade da mão-de-obra. Em contrapartida, nas atividades de preparo do solo, tarefa dedicada pelos homens (geralmente o chefe da unidade familiar) mostrou progressos mediante aquisição de tração⁹⁷.

Supõe-se estarem apresentados argumentos corroboram com a posição de Abramovay (2007) quando diz que para Chayanov o investimento em capital nas unidades familiares apenas ocorre quando não fica implícita uma ociosidade da mão-de-obra. Corrobora-se ainda com a posição da eficiência alocativa de Schultz, que culmina excluindo a possibilidade de que a pobreza é gerada pela preguiça ou ignorância das famílias, uma vez mostrada uma dedicação das mulheres com o trabalho manual. Fundamenta-se ainda, a observação de que as unidades de exploração familiares de Manjacaze comportam as dimensões consumo e trabalho.

Para reforçar é apresentado um exemplo de organização do trabalho em uma unidade de exploração familiar, intensiva em trabalho relevante para o contexto da lógica e/ou racionalidade na organização das atividades produtivas. Trata-se de um produtor e também provedor de serviços 05que tem quatro mulheres e 27 filhos. A cada mulher, o produtor atribuiu três machambas, onde cada uma desenvolve suas atividades agrícolas juntamente com seus filhos. Sob sua responsabilidade ficou uma horta familiar, a gestão da produção de caju, o preparo do solo e outras atividades da unidade doméstica. Entretanto, na horta familiar, gerida pelo produtor, todas as esposas devem dispor de um dos dias da semana para

⁹⁶ A descrição da divisão do trabalho é apresentada no capítulo III com maiores detalhes.

⁹⁷ A tração animal geralmente é composta por dois bois, uma charrua para a lavoura e uma carreta usada para o transporte de mercadoria para os locais de comercialização.

juntas se dedicarem às atividades agrícolas da horta juntamente com o produtor. Dos 27 filhos cinco estão empregados fora da unidade (África do Sul), em que parte da renda por eles auferida deve direcionar para as despesas familiares na unidade de produção agrícola.⁹⁸

Nesta lógica, observa-se que o trabalho agrícola, fundamentalmente de plantações, sacha (limpeza dos terrenos) e colheitas ficam a cargo das mulheres da família. Em contrapartida, para o produtor restam atividades de “gestão” e àquelas que esforços físicos (poda dos cajueiros, preparo do solo).

c) Na concepção de Ploeg (2008), a base de recursos não se divide em elementos opostos e contraditórios (como em trabalho e capital, ou em trabalho mental e trabalho manual). Na verdade, o autor atribui também esta característica aos recursos sociais e materiais disponíveis em uma unidade orgânica. Tais recursos são possuídos e controlados por aqueles que estão diretamente envolvidos no processo de trabalho.

Contra todos os argumentos que possam advir contra a aceitação das formas observadas em Manjacaze que ilustram o fato, verdade é que a centralidade das decisões e controle das atividades na unidade familiar está sob responsabilidade, em primeiro plano, do homem. Assim, apenas ao homem são destinadas as possibilidades de possuir recursos (financeiros e/ou materiais) e a eles são destinadas as responsabilidades de controlar e manter a indivisibilidade dos mesmos - trabalho e capital. Entretanto, essa indivisibilidade é atribuída também quando se tratam de recursos sociais versus materiais. O exemplo observado em Manjacaze clarifica a assunção.

⁹⁸ Observações levantadas com base em dados extraídos da pesquisa de campo, durante entrevista realizada no dia 21/01/11.

Durante pesquisas de campo, foi identificado um produtor e também provedor de serviços 01 que viveu por 18 anos na África do Sul trabalhando com serrilharia e carpintaria enquanto as atividades agrícolas e o processo de acumulação ficaram a cargo dos pais e do irmão que, também era pedreiro, provedor de serviços de pulverização do INCAJU e dono de um pequeno comércio. Tendo que regressar a casa em decorrência do falecimento do seu irmão, o produtor fica com responsabilidade de cuidar de todos os membros residentes na unidade familiar, respectivamente os filhos do irmão, uma irmã do produtor divorciada e a viúva do irmão. Pela sua tradição, como último e único filho homem vivo da família, é quem tem a prerrogativa de herdar e responsabilizar-se pelos bens deixados pela família, incluindo a “guarda” da viúva do irmão, podendo tomá-la para sua esposa⁹⁹. Para tal, é realizada uma cerimônia que juta a família a fim de saber a sorte e\ou destino que tomara a viúva do irmão. Nessa altura (que segundo o produtor iria acontecer em breve), é manifestado o desejo de “guarda” da viúva à respectiva família, respeitando todos os ditames da tradição local. Caso a família ou a esposa não concorde com o ato a viúva é solicitada a abandonar imediatamente a casa, sem direito a nada pertencente ao falecido marido nem mesmo poderá levar consigo algum dos filhos que pertencem a família do produtor. Entretanto, no caso de consentimento é preparado o Lobolo¹⁰⁰, que pelos cálculos do produtor irá ocorrer ainda em 2011 e a viúva do irmão tornar-se-á sua esposa¹⁰¹¹⁰².

⁹⁹ Embora este fato seja um dever ditado pela tradição, seguida “ao pé da letra”, fato é que não existe nenhuma obrigatoriedade de assumir a viúva de um irmão caso não seja da vontade de quem tem esse dever. Nesse caso, a viúva é permitida a continuar na casa do falecido marido. Entretanto, em caso de um novo relacionamento, esta devesse se retirar da casa do falecido marido.

¹⁰⁰ Lobolo é a primeira parte de um casamento. Referem-se a cerimônia em que se realiza o pagamento do lobolo na casa da noiva. Geralmente, depois da apresentação formal do noivo aos pais da noiva, estes apresentam uma lista com os bens materiais e o dinheiro que irão representar o Lobolo, para que o noivo se organize. Na posse de todos os requisitos, é realizada a cerimônia do Lobolo (que na tradição é o casamento). Em seguida é efetuada a segunda parte do casamento (Chiguiane) que é a entrega da noiva e seus pertences à casa do noivo. Para melhor entendimento, ver Junod (1996).

¹⁰¹ Observações levantadas com base no depoimento do produtor, em entrevista realizada no dia 19/01/11.

¹⁰² Importa esclarecer que a poligamia é bastante comum em quase toda a região sul de Moçambique, supondo-se que responda a uma regra de história natural em que os homens são sempre em número maior que as mulheres (JUNOD, 1996), porém bastante influenciada pela migração dos homens, comum no distrito de Manjacaze. Entretanto, preservando todas as suas formas, fundamenta-se que as leis de sucessão que regulam a família entre a tribo dos Tsongas (da qual Manjacaze faz parte), em que “um irmão herda a viúva do **irmão mais velho**, quer seja casado ou não” (JUNOD, 1996, p. 261, grifo do autor) é fato que conduz e consolida a poligamia. Contudo, o contrário não se verifica.

Nessa perspectiva, os recursos sociais e materiais à disposição do produtor são constituídos por homens e mulheres que habitam na unidade familiar, bem como o pequeno comércio, o pulverizador, as terras, etc. Todos esses recursos representam uma unidade orgânica, ou seja, são considerados objetos e instrumentos de trabalho, fazendo parte de instrumentos de capital e trabalho. No caso, admitir indivisibilidade entre os bens materiais e a viúva (um ser social) como parte integrante de uma única base de recursos, deixada como herança, apenas ocorre por inter-relações de natureza qualitativa, vinculadas a repertórios culturais locais, a semelhança das regras tradicionais observadas. Na verdade, este sistema já foi considerado “a maneira normal de vir a ser homem rico (...) e o seu desenvolvimento reage mesmo sobre o costume e tende a consolidá-lo” (JUNOD, 1996, p. 261).

d) A especificidade das relações estabelecidas entre a unidade familiar e o mercado está vinculada a capacidade das unidades de produção familiar se reproduzir. Tal reprodução confere relativa autonomia e é historicamente assente em ciclos de produção garantidos por recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores (PLOEG, 2006). Este padrão de organização retira a dependência ao mercado das unidades familiares.

De forma geral, as unidades produtivas familiares mostraram relações com o mercado na colocação dos excedentes de produção, fundamentalmente, para a castanha de caju *in natura*. Dados de pesquisa indicaram que no contexto das unidades familiares dos SP1 e SP2, os excedentes agrícolas das restantes culturas alimentares são destinados primeiramente para a reprodução de ciclos agrícolas posteriores. No SP3 é que foram manifestados casos de decisões produtivas vinculadas ao mercado:

Jamais o irmão mais velho poderá herdar a viúva do irmão mais novo, pois esta é considerada filha no contexto do agregado familiar e tem o respeito de um pai para com o irmão mais velho do marido.

Hoje eu vejo a agricultura com possibilidade de vender minha produção. Com um pouco mais de apoio as pessoas não pensaria que a agricultura é só produzir para comer e guardar para semente. Hoje inclusive já comecei a comprar produto para pulverizar o amendoim, que tem muitos problemas de pragas.¹⁰³

Eu tenho muitas machambas de frutas. Mas o que em primeiro lugar vai para a venda é a castanha de caju. Ano passado tirei 1.300kg de castanha. Tirei 200kg para mim e o resto vendi. Depois vendo as frutas porque não demoram apodrecer. Milho, Feijão nhemba e amendoim primeiro têm que deixar para comer semear depois quando resta vendo.¹⁰⁴

Eu nunca comprei as mudas, também ainda não vi bem o poder dessas mudas. Porque aqueles que eu plantei com minhas sementes dão bons cajueiros como àqueles antigos. Talvez um dia, vou abrir uma machamba para experimentar e fazer a prova daqueles que vendem. Também, já estou a produzir algumas mudas de outras fruteiras. Vou experimentar também com o cajueiro.¹⁰⁵



Foto 01: Mudas de plantas não identificadas, de produção caseira, encontradas na unidade familiar de um produtor.

Fonte: Autora.

É de salientar que, na grande maioria das unidades de exploração estudadas, as famílias encontram-se num processo crescente de luta pela sobrevivência diante dos níveis elevados de pobreza e miséria. Adicionalmente, o distrito de Manjacaze tem passado por mudanças climáticas, causando secas cíclicas que inviabilizam a produção de alimentos,

¹⁰³ Depoimento dado em entrevista realizada no dia 22/01/11, com o provedor de serviços 07 do PA de Chidenguele.

¹⁰⁴ Depoimento dado em entrevista realizada no dia 19/01/11, com o provedor de serviços 02 do PA de Chibonzane.

¹⁰⁵ Depoimento dado em entrevista realizada no dia 20/01/11, com o provedor de serviços 04 do PA de Nguzene.

incluindo a produção do caju, ainda que, as populações efetuem todos os tratamentos recomendáveis para a cultura. Segundo informações de um produtor, essas mudanças trazem consequências para a produção: “este ano pulverizamos os cajueiros, ficaram muito bonitos. Mas, acontece que a seca estragou tudo. A chuva chegou tarde e poucos cajueiros voltaram a ficar bonitos”.¹⁰⁶ Portanto, estando vulneráveis as flutuações do ambiente, os produtores acabam buscando um nível básico de produção para a sua sobrevivência.

Entretanto, o caju como cultura de rendimento, abastece a indústria de processamento local e o mercado de exportação. Neste contexto, as exigências de padrões de qualidade aceitáveis, preestabelecidos pelos industriais e importadores, implicam a modernização das técnicas de produção e, por vezes mudanças nos sistemas de produção implementados para a cultura. Porém, da forma como é apresentada a natureza de produção das unidades familiares de Manjacaze, dificilmente seria viável a sua aplicação ao extremo, pois, encontram-se condicionados pelos fatores de produção (fundamentalmente terra e trabalho), entraria no dilema de diversificação e criação de empregos produtivos, característica fundamental da agricultura camponesa, segundo conceitos, visões e percepções observadas dos autores citados.

Na verdade, as informações dos produtores aqui citados e os exemplos ilustrados espelham características sociais que impactam diretamente nos sistemas de produção. Tais particularidades são determinantes da continuidade dos sistemas, não apenas como unidades de trabalho, mas apropriando os termos dos autores aqui citados, como tipicamente unidades de produção e consumo, “(...) onde outros critérios de relações humanas (que não econômicos) sejam organizadores da vida” (ABRAMOVAY, 2007), ou seja, um modo de

¹⁰⁶ Informação obtida em entrevista realizada no dia 21/01/11, com um produtor do PA Manjacaze Sede

vida próprio. Ainda que as famílias sejam motivadas por aspectos que mostrem natureza econômica, verdade é que na lógica das mesmas tais atos possibilitam a preservação do sentido da família, das tradições e se inclui a eles princípios de trabalho não necessariamente explicados mediante um comportamento de racionalidade econômica.

Entretanto, usando dos argumentos teóricos vigentes para análise das agriculturas tradicionais e do campesinato, algumas semelhanças foram encontradas que as aproximasse mais do modo camponês de fazer agricultura. Porém, não possibilitam que lhes sejam computadas características únicas que expliquem seu comportamento, racionalidade e lógica nas decisões produtivas. Por este fato, cabem ainda argumentos e percepções que mostrem com clareza o modo de vida das famílias de Manjacaze, o que remete a necessidade de desenvolvimento de conceitos e modelos teóricos que expliquem certas particularidades observadas em Manjacaze, que impactam sobremaneira os sistemas.

4.2. CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS QUE COMPÕEM OS SISTEMAS EM MANJACAZE

A apresentação e caracterização dos sistemas de produção de caju foi realizada em três dimensões: quando chefiados por mulheres, quando existe uma natureza de decisão compartilhada e quando existe uma autoridade máxima na unidade de produção que detém das decisões de atividades representada por um homem. Em cada uma destas formas de organização se observam aspectos distintos que elucidam as condições e a qualidade de vida que se possam atribuir às famílias neles envolvidos.

Ainda que tais sistemas se apresentem com deficiências para a concretização dos objetivos familiares, percebeu-se que em cada um dos sistemas de produção, as famílias

utilizam de estratégias distintas para superar carências e vulnerabilidades que ocorram nas suas unidades produtivas. Entre elas foram frequentes os casos de trabalho por reciprocidades entre as famílias da mesma comunidade e a pluriatividade no contexto de atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva de caráter não agrícola, bem como, a diversidade de atividades dentro da mesma unidade familiar.

Embora os conceitos reciprocidade e pluriatividade possam ser analisados em diferentes contextos que incluem entre outras, formas de trabalho e reprodução que vinculam as famílias aos mercados, no cômputo geral podem ainda caracterizar a maneira como os atores sociais se vinculam e se integram. Neste contexto, se apropria desses conceitos dando-lhes uma função adicional que irá caracterizar as estratégias usadas nas unidades familiares em presença de entraves que impossibilitam os progressos das atividades dentro das unidades de exploração.

Por um lado, a reciprocidade como prática socioeconômica é uma forma particular de ação dos indivíduos e das famílias para assegurar a reprodução econômica e preservar, ainda que diferenciada, as relações sociais primárias e de sociabilidade local. Dar, receber e retribuir representa três dimensões fazem parte de relações sociais nas quais os seres humanos estão envolvidos, onde se estruturam as obrigações recíprocas contraídas pelos sujeitos e as formas de solidariedade (RADOMSKY, 2006).

A reciprocidade é observada “quando alguém recebe algo na forma de dádiva, ele tem tendência a dar por sua vez (...) esse fenômeno é tão importante que pode falar-se de uma força social elementar” (GODBOUT, 2004 citado por SABOURIN, 2006, p. 217). Sabourin (2006) observa que, nos atos de reciprocidade, existe um desdobramento de uma ação que pode representar uma dádiva como forma de reconhecimento do outro. Nas estruturas de

reciprocidade estão evidenciados valores materiais de uso (ajuda mútua, compartilhamento de recursos), porém, incorporados os valores humanos com ênfase na amizade entre os próximos e responsabilidades entre gerações (TEMPLE, 1997, citado por SABOURIN, 2006). Em trabalho de campo, um ato de reciprocidade que incorpora valores humanos foi observado, com duas produtoras do PA de Chibonzane: “Eu estou aqui para buscar água para ela. Como já não tem força para ir até a fontenária eu faço isso, enquanto ela vai cortando minhas verduras”.¹⁰⁷

No domínio agrícola, Sabourin (2006) observa que a reciprocidade ocorre quando as comunidades rurais envolvem-se em manifestações de ajuda a semelhança dos mutirões e em casos de compartilhamento dos recursos comuns. Normalmente, se incluem nesta categoria o uso coletivo das lagoas, rios, pastagens comuns, as fontes de água potável, entre outras que podem inclusive representar contribuições do Estado ou outras organizações na melhoria das condições de vida das populações rurais. Neste contexto, encontram-se refletidas uma das características das unidades produtivas com relação a obtenção de água potável (em fontenárias), utilização comum de lagoas (local de lavagem de roupas e higiene pessoal), bem como o uso de pastagens comuns para todos os produtores que disseram ter gado bovino.

Sabourin (2006) atribui ao conceito de reciprocidade a capacidade de interpretar o sentido social e a lógica econômica das comunidades construídas e consolidadas no percurso da história, sendo fundamental para os limites deste estudo a capacidade de interpretar também as estratégias de sobrevivência, melhoria de condições e qualidade de vida das famílias rurais de Manjacaze.

¹⁰⁷ Informação obtida em entrevista realizada no dia 19/01/11.

Por outro lado, foram observados com frequência atos de pluriatividade. Em definição, a pluriatividade como estratégia de obtenção de recursos adicionais à atividade agrícola,

(...) refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação com atividades não-agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas. Objetivamente a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER, 2006, p. 139).

O autor argumenta que a pluriatividade tem o intuito de fortalecer as formas de reprodução social e econômica dos agricultores familiares. Salienta que a expressão “pluriatividade” pode ainda ser utilizada para descrever o processo de diversificação do uso da força de trabalho que ocorre dentro e fora da propriedade, ou resposta a uma estratégia de reprodução das unidades familiares com interação das famílias aos mercados, por via do mercado de trabalho (SCHNEIDER, 2006).

Por sua vez, Carneiro (2006) considera que, nas unidades da agricultura tradicional (a semelhança das formas apresentadas nos sistemas de produção de Manjacaze), as condições que propiciam o desenvolvimento da pluriatividade voltam-se ao processo crescente de modernização técnico-produtiva da agricultura; a terceirização das atividades agrícolas; a queda de rendimento agrícola decorrente do custo crescente de produção para fazer frente à concorrência de uma agricultura altamente modernizada; as mudanças nos mercados de trabalho com a descentralização e interiorização das indústrias.

Um aspecto relevante e fundamental para análise, no contexto dos sistemas de produção de caju em Manjacaze, que Carneiro (2006) traz ao debate é a observação da pluriatividade com a capacidade de diversificar a forma de exploração da propriedade. A

autora salienta que tais remunerações, decorrentes de atividades pluriativas, passam a ser fonte de autonomia dos agricultores face, por exemplo, ao mercado de crédito. Elas vão possibilitar o financiamento de determinados investimentos na produção, evitando contrair dívidas com o sistema bancário e aprofundando sua subordinação, bem como viabilizam o acesso de bens de consumo individuais que a renda familiar agrícola não permite.

O exemplo do produtor do PA de Chidenguele ilustra o caso de pluriatividade com base na diversidade de atividades, explorando diversas formas de utilização da unidade de exploração. O produtor, como um local de residência, explora como posto de saúde, usando da sua experiência de enfermeiro. Atualmente, para além da sua atividade de agricultor e produtor de caju que, considera ser a sua principal fonte de renda é também provedor de serviços do INCAJU, enfermeiro com um posto de atendimento instalado em sua residência, elemento facilitador da comunidade para a saúde e presidente de uma associação de agricultores (Viseco) para ajuda e sensibilização ao HIV\SIDA¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Observações levantadas com base em dados de entrevista realizada no dia 22/01/11.



Foto 02: Provedor de serviços 07, atendendo uma paciente da comunidade
Fonte: Autora

Ploeg (2008) corrobora salientando que, na maioria das vezes, a pluriatividade é uma forma de suplemento de renda que permitem aos camponeses investir na compra de combustível, bombas de irrigação, sementes, fertilizantes, bois, tratores e/ou alimentação da família, que vão melhorar a unidade de produção. Enfatiza casos em que a pluriatividade possibilitou a aquisição de níveis mais elevados de renda familiar em relação àquelas unidades de tempo integral de produção agrícola.

No contexto dos serviços de pulverização de cajueiros efetuados no distrito de Manjacaze, os provedores afirmam usar, quando necessário, rendimentos provenientes de outras atividades (aposentadorias)¹⁰⁹ na compra de combustível para o pulverizador. Adicionalmente, pelas observações em campo alicerçadas aos dados da pesquisa mostraram que em geral as unidades com melhores condições de vida (habitações condignas, geradores, painéis solares, equipamentos eletrônicos, etc.) estão associadas àquelas famílias que

¹⁰⁹ Referiu já ter usado rendimento da aposentadoria o provedor de serviços 08 em entrevista realizada no dia 22/01/11.

mantém pelo menos um membro pluriativo ou o chefe da unidade familiar já esteve empregado fora da unidade familiar. É o caso das unidades de explorações classificadas no SP3 em que todos já tiveram um emprego fora, como trabalhadores mineiros na África do Sul (provedores 02, 04, 06), como professores, empregues na função pública (provedores 07 e 08), atuando como líderes comunitários, cargo atualmente remunerado no nível do Governo distrital (03, 05, 06), entre outras atividades.

Entretanto, falar de que forma os sistemas contribuem na melhora da qualidade de vida, importa retratar as formas atuais de vivência, no sentido de relacioná-las com o desenvolvimento do trabalho agrícola e a origem de progressos ou retrocessos nas quais as unidades de produção estejam envolvidas.

No caso do SP1, no qual as unidades de exploração são chefiadas por mulheres, as condições de vida das famílias a ele associadas são totalmente precárias, que de longe possam representar garantia de qualidade de vida aos seus componentes. Em geral, observaram-se poucos progressos gerados pela atividade agrícola, incluindo a produção do caju. Ao contrário, arrisca-se uma avaliação negativa, marcada por retrocessos e descapitalização das unidades de exploração familiar. As porções de terras limitadas influenciam negativamente no habitat que apresentam deficientes formas de organização.

Grande parte das famílias possui habitações de natureza precária, fabricadas com material local (palhotas com paredes de caniço e cobertas de folha de palmeira), em que os cômodos são construídos de forma separada: (i) cômodos isoladamente distribuídos pelo terreno, que constituem quartos de dormir; (ii) no centro, sempre junto a uma árvore (normalmente a mafureira) encontra-se o cômodo usado como cozinha, sem porta em que junto a cobertura é construído o celeiro; (iii) muito próximo do quarto encontra-se o banheiro

construído apenas com as paredes laterais de caniço e sem cobertura, da mesma forma que são construídas as latrinas, que são apenas furos que se fazem e rodeados de caniços e sem cobertura, localizada entre a habitação e a machamba.



Foto 03: exemplo típico de uma habitação do SP1
Fonte: Autora

A mais grave implicação desta forma de organização é o custo que as famílias têm para arcar com reformas constantes das coberturas das palhotas e principalmente do local da latrina. Assim, da mesma forma que a limitação em mão-de-obra representa entrave às atividades agrícolas, também impactam negativamente na melhoria das condições habitacionais para estas famílias. Geralmente são usadas as bebidas geradas do processamento do caju para pagamento de força de trabalho nas reparações ou construções das quais as famílias necessitam, conforme mencionado por uma produtora quando diz que “da bebida que

faço em casa, uso como pagamento aos rapazes que cobrem minha palhota e reparam minha casa de banho (banheiro)”.¹¹⁰



Foto 04: exemplo de um cômodo de banho do SP1
Fonte: Autora

O preparo de alimentos é feito com base na utilização da lenha que dependem da floresta nativa para a obtenção da mesma. Os níveis avançados de desflorestamento prejudicam ainda mais estas famílias quando tem que percorrer longas distancia em busca da lenha. Como utensílios apenas existem os básicos para confecção e alimentação da família.

O segundo sistema, baseado em decisões compartilhadas, já apresenta condições de vida mais aceitáveis. As habitações são na maioria construídas de blocos cobertas de chapas de zinco ou quando usam material local, finalizam-se as paredes matigando e com o chão rebocado com resina extraída do cajueiro. Neste caso, o cômodo principal é normalmente dividido em dois compartimentos usados como quarto e sala. A diversidade mencionada do

¹¹⁰ Informação obtida em entrevista uma produtora do PA de Chibonzane realizada no dia 19/01/11.

tipo de agregado familiar do SP2 espelha a organização e número de cômodos que irão ser construídos:

- no caso de duas ou mais esposas, cada esposa terá seu cômodo que será constituído por um quarto e sala para a primeira esposa e apenas um quarto para a segunda esposa e mais caso existires. Os filhos pequenos dormem com as mães e os maiores dividirão um mesmo quarto construído separadamente.
- no caso em que existiram dois irmãos ou sogros, cada irmão irá construir seu cômodo de acordo com suas capacidades. Igualmente haverá um cômodo principal de dois compartimentos que serão dos sogros caso façam parte do agregado. O resto da organização assemelha-se com o primeiro caso.



Foto 05: exemplo de uma habitação de dois cômodos do SP2
Fonte: Autora

De acordo com as observações em campo, assim como o primeiro sistema, as unidades produtivas familiares do segundo sistema terão a cozinha construída no centro do terreno de

habitação e o banheiro e latrina mais afastados. Neste sistema, as latrinas são construídas com material convencional. O celeiro é construído separado da família com base em material local. Em geral, a semelhança do primeiro sistema, estes dependem da lenha para a confecção dos alimentos, porém com mais utensílios domésticos.

A melhoria nas condições de vida (habitações melhoradas, mobiliário, utensílios domésticos, etc.) no SP2 depende mais dos rendimentos obtidos dos empregos que os chefes das unidades familiares mantêm fora da unidade de produção agrícola, conforme declaração de alguns produtores: “Essa casa (foto 03) consegui construir com o que ganho como vendedor ambulante em Maputo”.¹¹¹ “Esta casa foi meu pai que construiu na altura em que trabalhava na África do Sul. Eu comecei a trabalhar agora e ainda não consegui juntar dinheiro para melhorar a casa”.¹¹²

Sob ponto de vista de produção de caju, as observações em campo, mostraram que, as famílias por vezes almejam níveis maiores de produção de caju, aderindo mais aos programas de pulverizando cajueiros. Obtendo uma produção maior, as famílias aumentam a capacidade de processamento de bebidas, dos rendimentos auferidos que irão servir para suprir as necessidades básicas, na ausência do marido. Foram indicadas, fundamentalmente àquelas necessidades que comprometeriam o andamento da unidade doméstica, tais como: matrículas das crianças, aluguer de tração animal ou aquisição de sementes em caso de falta de excedentes; “são essas bebidas que ajudam a adiantar o pagamento das matrículas e comprar fardamento das crianças enquanto meu marido não manda dinheiro. Este final de ano, por exemplo, ele não veio e já chegou a hora de matricular as crianças”.¹¹³

¹¹¹ Informação obtida em entrevista realizada no dia 19/01/11, com um responsável da unidade familiar do PA de Chibionzane.

¹¹² Informação obtida em entrevista realizada no dia 20/01/11, com um responsável da unidade familiar do PA de Nguzene.

¹¹³ Informação obtida em entrevista realizada no dia 21/01/11, com uma produtora do PA de Manjacaze Sede.

O SP3, classificado com base em unidades familiares chefiadas por homens, por sua vez, as habitações normalmente são de alvenaria, comportando um quarto principal, a sala (que podem dividir em sala de estar e sala de refeições) e um quarto para os filhos menores. Igualmente o banheiro e latrina são construídos num único cômodo, mas separado e afastado do cômodo principal, bem como a cozinha. Em certos casos, as habitações são inclusive construídas com bloco ou caniço com cobertura de zinco ou palha e o chão rebocado de cimento, sendo a latrina de material convencional.



Foto 06: exemplo de uma habitação do SP3
Fonte: Autora

Observações de campo mostraram elementos comuns a todos os sistemas no que respeita ao abastecimento de água por compartilhamento de lagoas, fonteárias públicas para obtenção de água potável, furos, etc., que refletem exemplos típicos de reciprocidade por meio de compartilhamento de recursos. Geralmente as famílias buscam água para higiene geral (lavagem de roupa, higiene pessoal, arrumação das casas) diretamente das lagoas mais

próximas, em furos e poços junto às lagoas de uso comum. Algumas melhorias de fornecimento de água potável foram obtidas, com a construção de fontenárias públicas por vias de ONGs que atuaram e/ou atuam no distrito, nas mais diversas áreas. Assim, a opção pelas fontenárias públicas apenas verifica-se para a busca de água para o consumo direto. Foram apontadas como distancias mínimas de separação das habitações às fontenárias em média 2 km, além das filas que precisam enfrentar para a obtenção de água potável.



Foto 07: Lagoa de Nhambavale, a maior lagoa de todo o distrito (PA Chidenguele)
Fonte: Autora

Geralmente nas unidades familiares do SP3 (no caso de cinco unidades dos provedores 01, 02, 06, 07 e 08) existem fontenárias, poços ou cisternas construídas com recursos próprios de onde as famílias buscam água para o consumo direto e para o preparo de alimentos. As restantes tarefas são satisfeitas com base em outras fontes.

Outra questão comum e preocupante para a garantia da qualidade de vida nestas famílias é a falta de energia elétrica (com exceção de algumas famílias do PA de Chidenguele, que possuem rede elétrica). Assim fica por conta e responsabilidade de cada unidade familiar

a aquisição de meios que condicionem energia elétrica, o que foi observado apenas em algumas unidades familiares do segundo sistema e em todas as unidades do terceiro sistema, mediante geradores ou painéis solares. Da mesma forma, foram as unidades familiares do SP3 que mais afirmaram possuir bens eletrônicos como televisão, rádio, aparelhos de DVD e CD, máquinas de soldar, etc.

Um aspecto de grande impacto que, inclusive se não está na origem dos elevados índices de migração, pelo menos condiciona o afastamento dos membros da família das unidades produtivas é a localização das escolas. Geralmente as escolas de ensino primário (os cinco primeiros anos) são de caráter gratuito e localizam-se mais próximas as comunidades. Entretanto, os níveis a seguir, geralmente irão se localizar junto a uma estrada principal ou junto a sede do posto administrativo, que leva as crianças a percorrerem cerca de 5 km para a escola. Na sequência, para o nível médio de formação escolar, apenas na vila sede do distrito é que se encontram localizadas as escolas, incorrendo as famílias a despesas com habitações e alimentação das crianças junto as vilas ou condicionando transporte (bicicletas) para a deslocamento das crianças da escola às comunidades de residência.

As consequências tornam-se previsíveis diante de tais condições. Primeiro a falta de condições leva a que muitas famílias não matriculem os filhos no ensino médio, passando estes a procurar formas de ocupação nos mercados de trabalho fora da comunidade, diante das condições agrícolas nada favoráveis das suas unidades familiares ou anseio a novas perspectivas de trabalho, onde a opção pela África do Sul ou a cidade capital são as mais observadas. Em caso de existência de recursos financeiros favoráveis para a continuidade da educação dos filhos, as famílias então optam pelas capitais provinciais, onde tenham algum parente ou alugando casas que possam albergar seus filhos. Esta última opção irá implicar que

um membro mais velho da família (exemplo: quando existem duas mulheres uma acompanha as crianças) tenha que se deslocar com os filhos para a cidade. Em segundo, ainda que as famílias condicionem formas de manter os filhos na vila sede do distrito, quando se tratam de meninas, a preocupação das famílias mostra-se coerente, pelo número crescente de crianças que precocemente se tornaram mães solteiras.¹¹⁴

De uma forma geral, existem grandes possibilidades de melhora na qualidade de vida das famílias por via dos sistemas de produção apresentados. Os atos de reciprocidade, muitas vezes são praticados nas comunidades com ajuda mútua no trabalho agrícola, ou simplesmente como atos de solidariedade entre os membros das comunidades. Das informações obtidas em pesquisa de campo, os provedores de serviço valem-se da honestidade e bondade para executarem a tarefa de pulverização de cajueiros, principalmente nas unidades familiares do SP1, conforme os exemplos seguintes: (i) “eu pulverizei 68 cajueiros. Não paguei porque não tinha dinheiro, mas prometi ao provedor (07) que na altura da apanha irei trabalhar na machamba dele”.¹¹⁵ (ii) “o cajueiro que pulverizei foi este aqui. Ficou muito bonito. Mas, não tinha dinheiro para pulverizar mais. Mesmo este aqui foi graças a boa vontade deste provedor (01)”.¹¹⁶

Outra forma de reciprocidade no domínio agrícola são os empréstimos de machamba observados. Geralmente, os empréstimos são efetuados com o objetivo de manter os terrenos, onde se encontram as plantações de cajueiros limpos. Ainda que, não se efetuem as podas e os tratamentos, a simples limpeza possibilita uma produção maior, quando comparada com os cajueiros deixados como resíduo da floresta nativa.

¹¹⁴Embora não esteja ao alcance deste estudo é importante salientar que, este aspecto ocorre com bastante frequência no meio rural moçambicano, o que alarma grande parte das famílias, diante dos níveis, cada vez mais acentuados de contaminação pelo HIV no país, sem contar a acentuação das carências pelas quais impactam nas famílias com acréscimo de membros no agregado.

¹¹⁵ Informação obtida em entrevista realizada no dia 22/01/11, com uma produtora do SP1 de Chidenquele

¹¹⁶ Informação obtida em entrevista realizada no dia 19/01/11, com uma produtora do SP1 de Chibonzane

Se tiver que contar quantos cajueiros tenho no total fica muito difícil. Os meus pais plantaram muitas árvores, mas a maior parte delas está muito longe de casa. Dos cajueiros que eu mesmo plantei com a ajuda da agricultura (INCAJU), primeiro foram 60. Depois disseram que nós poderíamos preparar mais machambas que nos dariam mais plantas. Eu preparei e me deram mais 160 plantas. Contando com as plantas antigas tenho no total 360 cajueiros, que cuido (limpezas e podas) e faço a pulverização. Mas não abandonei minhas machambas distantes e nem os cajueiros. Dei emprestadas as machambas para me limparem os terrenos, pelo menos os cajueiros não ficam no mato e eu não perco as machambas.¹¹⁷

Portanto, os empréstimos acabam beneficiando a atividade agrícola de duas formas: primeiro o dono das machambas passa a ter quem efetue a limpeza dos terrenos, onde se encontram suas plantações gerando, ao mesmo tempo, benefícios na produção total de caju. Segundo, possibilitam a quem recebe a machamba por empréstimo, terras adicionais para o trabalho agrícola com culturas alimentares obtendo níveis mais elevados de produção agrícola. Mostra-se aqui um recurso compartilhado com benefícios mútuos.

Entretanto, pelas informações de pesquisa o SP2, mostrou que o que realmente contribui com notoriedade na qualidade de vida são os empregos não agrícolas. Por meio de tais rendimentos, as famílias puderam melhorar suas condições de vida, no que refere aos utensílios domésticos, vestuário, alguns equipamentos eletrônicos (celulares, rádio, reprodutores de CD), construção de casas de blocos entre outros aspectos. A produção do caju, ainda que importante, foi manifestado como forma de suprir as necessidades básicas de alimentação, matrículas, fardamento escolar, entre outras.

No SP1 as unidades familiares estão totalmente dependentes da atividade agrícola. Contudo, é com a produção do caju que conseguem algumas melhorias da qualidade de vida, com reforma das palhotas, construção de latrinas, bem como no melhoramento da dieta alimentar. Entretanto, os níveis baixos de produção impedem que, sejam comercializadas quantidades significativas de castanha de caju, ficando o aproveitamento do falso fruto como

¹¹⁷ Informação obtida por entrevista realizada no dia 21/01/11, com o provedor 07 do PA de Manjacaze Sede

a solução estratégica de obtenção de renda ou produto de troca na aquisição e/ou no pagamento dos bens acima indicados.

Assim, é no SP3 que mais se observaram melhorias da qualidade de vida por via da produção de caju. Primeiramente, as unidades produtivas familiares deste sistema, acumulam uma diversidade de atividades além da agrícola, entre elas de comerciantes, enfermeiros, conjugando por vezes a produção de caju com a criação de abelhas¹¹⁸. No contexto destas unidades produtivas, foi unânime a observação de que o caju se constituía em sua principal atividade de atenção e que mais rendimento gera (com a venda da castanha, sucos, aguardente), sendo outras culturas e atividades complementares. O aproveitamento do falso fruto no processamento de bebidas é verificado em todos os sistemas, embora em quantidades maiores no SP3, possibilitando ganhos ainda maiores. Dos rendimentos provenientes das bebidas do caju, os produtores afirmaram ter adquirido diversos bens de utilização doméstica como foi indicado o caso do provedor de serviços 08.¹¹⁹

¹¹⁸ A criação de abelhas foi observada em duas unidades de exploração familiar, referentes aos provedores de serviços 02 e 06, dois produtores que disseram ter colméias com produção de mel para a venda

¹¹⁹Ver citação 95



Foto 08: Exemplo de uma das formas de conservação do aguardente de caju
Fonte: Autora

Em segundo, os benefícios retirados por estes provedores com a diversificação, abarcam outros sistemas. Os comerciantes, de certa forma são os que fazem a compra da castanha de outros produtores com quantidades menores de produção que, não justificaria os gastos de deslocamento às vilas e centros comerciais. A atividade de enfermeiro do provedor de serviços 07 beneficia a comunidade que, em condições normais teria que procurar por esses serviços nas vilas, sede distrital ou nas cidades mais próximas. Neste contexto, menos tempo seria dedicado a atividade agrícola, com implicações nos resultados finais.

Terceiro, no contexto da atividade de pulverização dos cajueiros, o SP3 além de se beneficiar gratuitamente dos produtos subsidiados na pulverização dos seus cajueiros, ainda gera receitas com o pagamento recebido na pulverização dos cajueiros da comunidade. Esta receita acaba como fonte de autonomia dos produtores. Possibilita o pagamento dos

empréstimos¹²⁰, bem como a compra de combustível e óleo para os pulverizadores e utilizações em despesas correntes.

Acredita-se que esta seja a grande contribuição dos sistemas de produção de caju para a melhoria da qualidade de vida. Através deles estão criadas as capacidades de geração de receitas, independentemente do sistema de produção a que as unidades familiares estejam ligadas.

¹²⁰ Ver capítulo 1 – política de crédito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar, caracterizar e analisar os sistemas de produção de caju no âmbito dos pequenos produtores familiares no distrito de Manjacaze e verificar de que forma estes impactam na qualidade de vida das famílias. Diante de um contexto em que o país busca por uma revitalização do setor do caju, a análise desse segmento mostrou-se coerente, mediante conexão com instrumentos governamentais e a ideia de economia de mercado em que o país se encontra.

Ficou evidente que implicações políticas foram determinantes da organização produtiva e social das populações rurais moçambicanas, especialmente na dinâmica da produção de caju, bem como na organização da produção das unidades produtivas familiares. O cajueiro é trazido para Moçambique pelos portugueses que, na forma de “trabalho forçado”, as populações deviam fazer o plantio das árvores, tomar os devidos cuidados com as podas das árvores, bem como a apanha da castanha de caju com o objetivo de responder aos intentos do governo colonial, que visavam abastecer um mercado de exportação e uma indústria de processamento local emergente. Esta forma de trabalho, por vezes implicava que a população tivesse que abdicar de certas tarefas das unidades produtivas para se dedicar a plantações de cajueiro.

Tomando em conta que a população nativa detinha de terras em qualidade e quantidade inferiores, as famílias optavam em associar as plantações de cajueiro à floresta nativa como forma estratégica de destinar a utilização das parcelas de terra em seu poder para a produção de alimentos, ou plantando algumas árvores de forma dispersas nas suas machambas. Ainda assim, o cajueiro representava uma forma de obtenção de renda monetária para as famílias,

que era destinada a educação dos seus filhos, aquisição de alguns bens de uso domésticos, entre outras utilizações. Foi ainda nessa altura que é disseminada a utilização do falso fruto para a produção de bebidas, por via de processamento artesanal. Estas bebidas foram difundidas e se tornam práticas culturais e tradicionais em poder das comunidades rurais.

Com a independência de Moçambique, são implementadas políticas nacionalistas e centralizadas, trazendo consigo consequências desastrosas para a economia do caju. No objetivo de retomar a dinâmica de produção, processamento e comercialização, a economia de caju ajusta-se ao comércio livre ditado unicamente pelo mecanismo de mercado, juntamente com os ajustes estruturais do país rumo a uma economia de mercado. Continuavam os intentos de exportação da castanha de caju e o abastecimento da indústria de processamento local, embora esta última encontrava-se totalmente enfraquecida. Ficam marginalizados os sistemas de produção familiares, bem como os saberes locais de utilização da cultura. Verdade é que, embora a economia do caju estivesse enfraquecida no mercado formal, no nível das unidades produtivas familiares a produção do caju continuou, assim como continuou o processamento artesanal, e foram estes produtos usados como fonte de obtenção de rendimento, fortalecimento das relações sociais, além de possibilitar o consumo e melhorias na dieta alimentar das famílias.

Quando o Estado moçambicano decide intervir mais no setor ficou evidente que se tornava no único agente com capacidade de incentivar o ressurgimento da indústria de processamento local e o aumento dos pomares, pondo em causa os modelos anteriormente adotados com a entrada de Moçambique para a economia de mercado, mostrando implicitamente que a liberalização da economia ficou como um mito ao desenvolvimento. A

criação do INCAJU veio dar uma nova dinâmica, fundamentalmente com políticas específicas de assistência aos produtores de caju em Moçambique.

No setor agrícola de produção, as intervenções governamentais devem lidar com uma diversidade de sistemas diante das particularidades culturais de cada região específica de produção. Neste estudo ficou evidente que são os pequenos produtores que garantem a maior parte da produção do país, ainda que existam incentivos para investimentos na cultura, o que mostra um aparecimento do setor de produção empresarial orientado unicamente a comercialização.

Constatações da pesquisa indicaram que continuam sendo os pequenos produtores os principais agentes de produção. Entretanto, as formas de tomada de decisão das unidades de produção exercem influência no dinamismo da produção, na evolução da unidade familiar, bem como no sucesso com relação a produção do caju e todas outras culturas e atividades da unidade em Manjacaze. O argumento que se mostrou central para se chegar a esta conclusão, deriva da dificuldade, fundamentalmente em trabalho rural, que leva a elevados índices migratórios da população mais jovem (homens) criando, dificuldades em mão de obra capazes de levar a cabo certas atividades com o cuidado nos cajueiros, ou mesmo, problemas com a gestão das unidades de produção.

De acordo com observações feitas, no contexto da classificação e categorização dos sistemas de produção em Manjacaze, as unidades de produção chefiadas por mulheres mostraram problemas com relação à mão-de-obra para a produção agrícola de modo geral e principalmente nos cuidados com os cajueiros. Os recursos financeiros para o investimento na cultura de caju são quase inexistentes, de forma que, não se focaliza aqui a limitação de terras,

pois, as constatações indicam que este fator não impacta no nível de produção capaz para estas famílias.

No contexto do segundo sistema de produção classificado por decisões compartilhadas ficou evidente que, quanto mais membros participam nas decisões da unidade produtiva, maiores serão os constrangimentos em termos de organização das atividades das unidades de produção. Na verdade, nestas unidades necessitam de um pivô de tomada de decisões, para que não se mostrem formas de ociosidade nos fatores de produção como a terra e o trabalho. Observou-se que nestas unidades existe disponibilidade de terra, mão-de-obra e por vezes certos recursos financeiros para o investimento na cultura, entretanto, os membros do agregado não se sentem seguros em depender tempo e recursos em culturas permanentes, que limita nos níveis de produção de caju possíveis para estas famílias.

Apenas no terceiro sistema de produção em que as unidades familiares são chefiadas por homens mostraram-se mais consolidados e com grande capacidade de aumentar quantitativamente a produção. O fato de disporem de maior quantidade de terra possibilita que as famílias decidam por empregar mais força de trabalho, realizar empréstimos de machambas, bem como realizar novas plantações de cajueiro. Da mesma forma, nestas unidades familiares, os produtores mostraram interesse em recorrer a empréstimos, por via das possibilidades criadas pelo INCAJU e/ou por via dos fundos de investimento disponível no governo do distrito de Manjacaze, aumentando sua capacidade de produção.

Estes fatos mostraram o papel central da tomada de decisão e fundamentalmente a autoridade exercida pelo homem quando chefe da unidade em manjacaze, como forma de continuidade da produção e desempenho da unidade. Seria por isso correto considerar que apenas os homens são capazes de ter sucesso na produção do caju em Manjacaze?

Certamente, num contexto de abandono a que estão sujeitas as mulheres do SP1, ou a condição de migrantes dos chefes das unidades de produção do SP2, apenas intervenções governamentais no meio rural se mostram necessárias e capazes de mudar com o cenário que vem se observando atualmente.

Nesta lógica, o INCAJU como instituição governamental identificou três áreas de interesse fundamental para a revitalização do setor de caju em Moçambique, sendo elas: a) o fomento da produção e produtividade dos cajueiros, com aposta na produção e distribuição de mudas; b) o manejo integrado do cajueiro, com foco na pulverização dos mesmos e; c) a monitoria da comercialização. Entretanto, importa saber, em primeiro lugar, até que ponto estas políticas de fato chegam ou se estão ao alcance e em benefício dos pequenos produtores familiares, quem de fato interessa e mais precisa delas, porém, sem que sejam observadas distinções entre eles. Em segundo lugar, torna-se necessário identificar os constrangimentos deparados pelas instituições governamentais, assim como por parte das unidades produtivas com relação aos programas. Estas duas etapas irão mostrar se as intervenções governamentais respondem aos objetivos dos sistemas, bem como se estimulam suficientemente o segmento agrícola na participação na revitalização geral do setor.

Com este estudo percebeu-se que, para um horizonte de médio e longo prazos, os pequenos produtores familiares continuam sendo o agente e/ou vetor principal capaz de aumentar de forma substancial a produção de caju em Moçambique. O estímulo a este segmento se configura numa estratégia de motivação na reposição e aumento de plantações de cajueiro. O INCAJU, nos seus esforços de reposição dos pomares tem dado atenção ao programa de produção e distribuição de mudas, mediante uma tecnologia de produção mais eficiente tanto na produtividade das árvores, como na tolerância às pragas e doenças.

Este programa é resultado unicamente dos esforços do INCAJU ou das ONGs que atuam junto ao produtor, com custo zero de aquisição ou preços bonificados, transporte até ao local dos campos de plantações. Entretanto, o próprio INCAJU encontrou e continua com vários constrangimentos para a efetivareste objetivo. A deficiência das vias de acesso aos produtores foi considerada uma das razões dos obstáculos para se fazer chegar mudas de cajueiro antes ou durante o período de incidência das chuvas. Como resultado, os produtores por vezes desmerecem tais mudas ao não plantá-las, ou ainda relegavam cuidados às mesmas com simples rega. Porém, considerando que o produtor já encontra entraves na obtenção de água para o consumo, em condições de luta constante pela sobrevivência, naturalmente que se torna perceptível tal comportamento.

No âmbito geral, é fato que pelo menos em Manjacaze a reposição ocorre de forma lenta, que retoma-se a questão central se a política está adaptada a este tipo de produtor. Infere-se que, quando oferecidas mudas de cajueiro há o empenho das famílias em plantá-las, tanto que as novas plantações de cajueiros são resultado de oferta de mudas no âmbito de atuação do projeto ADRA. Porém, as ofertas sequer serviram de estímulo para aquisição de novas mudas. A reflexão que se pode fazer deste programa é que, olhando para as limitações do capital destinado a investimentos, disponibilidade limitada de terras e condições ecológicas adversas, refletidas em terras cada vez mais pobres, bem como, intempéries de diversa natureza que assolam o distrito de Manjacaze, a utilização de recursos para a aquisição dessas tecnologias mais avançadas de produção existentes, tornam-se totalmente inviáveis para o contexto das unidades familiares.

Entretanto, não se conclui neste comportamento como falta de motivação por parte das famílias, em expandir seus campos de cultivo com cajueiros. Ao contrário, para as famílias

fica mais barato fazer a reposição por meio de utilização das suas sementes, ainda que estas saibam das reais características e dos benefícios das tecnologias de produção mais recentes. Adicionalmente, este comportamento pode ser associado à capacidade de reprodução dos sistemas, que de certa forma tem implicações na relação dos sistemas com os mercados de insumos, quando estes não se ajustam às suas necessidades, ou mesmo quando afastam-se dos elementos constitutivos de sua cultura, que reforça coerência da abordagem sistêmica para análise da organização das unidades familiares e suas respectivas decisões produtivas. Os níveis de escolaridade apresentados pela grande maioria de produtores, a tradição na utilização de técnicas de reposição por via de sementes mais produtivas impedem que o produtor observe que as modernas tecnologias existem como forma de redução do tempo normal para a efetivação da reposição.

Com relação ao programa de tratamento fitossanitário, este surge em razão do alastramento de pragas e doenças, principalmente pelo envelhecimento das árvores. Por um lado, existe uma preocupação do INCAJU em tornar possível, para mais famílias os tratamentos por meio das pulverizações. Para tal, existem a colaboração e envolvimento das ONGs (*Save the Children*) na área de tratamento, assim como cresce o número de pessoal que é formado e treinado para o manuseio de tais produtos. Entretanto, percebe-se fraca capacidade em prover a todos os produtores de tais tratamentos, comprometendo não apenas a viabilidade dos sistemas como também os níveis máximos de produção em previsão do Estado.

Pelas análises feitas observou-se que o INCAJU considera que a produção é garantida de duas formas: pelos pequenos produtores familiares e pelos produtores empresariais. Porém são os familiares que mais árvores possuem e os que garantem o abastecimento do produto

nos mercados, uma vez que os empresariais representam um setor ainda emergente. No âmbito da disponibilidade de benefícios gerados nos tratamentos o INCAJU não faz distinção entre eles, quanto a sua capacidade de pagar ou não pelo tratamento dos cajueiros. Provavelmente esta falta de distinção é o grande fator que contribui no agravamento da insuficiência da assistência técnica aos pequenos produtores familiares e a primeira limitação identificada na forma como é conduzido os subsídios às pulverizações.

Foi observado que o INCAJU fornece os produtos químicos gratuitamente e este benefício é estendido também aos agricultores empresariais que, por eventualidade, queiram investir na cultura, repassando parte do que seria para o benefício de mais famílias produtoras. Seguindo a lógica de conceito “privado”, pressupõe-se que uma vez que a decisão de investimento nos cajueiros foi com base na percepção de lucros e benefício que possam advir com o cultivo de cajueiros, as mesmas capacidades podem ser transferidas para a avaliação de custos a que a cultura exige. O fundamento para estas conclusões são baseados no fato de que o setor privado é o grupo que tem mais possibilidades de acesso ao crédito e são, na própria concepção do INCAJU, os que mais se interessam e efetivam plantações comerciais ou ordenadas que confere mais eficiência, possibilitam tecnologias intensivas.

Esta é uma lógica de pensamento que leva a seguinte inferência: ainda que o Estado continue provendo os tratamentos, julga-se necessário distinguir grupos vulneráveis e atribuir um preço àqueles que mostram capacidade de pagar por eles. Este aspecto encontra sustentação em informações obtidas durante as entrevistas que fundamentam que os governos locais têm poder de influenciar a decisão da forma de uso e subsídios aos tratamentos, já observados em algumas províncias que efetuem o pagamento dos mesmos.

A segunda limitação observada com relação à abrangência das pulverizações foi junto aos pequenos produtores familiares. Apesar das dificuldades mostradas no início e a falta de avidez de procurar os agentes de pulverização, estes tratamentos estão sendo efetuados, ainda que de forma muito lenta, respeitando as capacidades financeiras das famílias. Porém, a dinâmica de utilização mostra um caminho de mudanças nos produtores de Manjacaze, diante da percepção dos ganhos por árvore tratada que o produtor já consegue observar. Entretanto, ainda assim algumas constatações indicam que, ainda que o objetivo seja cobrir na totalidade dos pequenos produtores familiares, o programa de tratamento fitossanitário beneficia duplamente os provedores de serviços, em relação aos simples produtores.

Concluiu-se que os créditos concedidos pelo INCAJU, com descontos no pagamento à vista e/ou possibilidades de pagamento parcelado, adicionando os benefícios de produtos químicos gratuitos, possibilita que os provedores aufram uma renda em decorrência da pulverização dos cajueiros efetuados na comunidade, como agentes privados de implementação das pulverizações, ou seja, é criada uma possibilidade de emprego de pelo menos quatro meses por ano, que não é para todos. Esta conclusão é sustentada pelas exigências impostas pelo Estado às candidaturas para provedores de serviços que mostram obstáculos para as restantes unidades dos sistemas de produção um e dois, os quais dificilmente encontram pessoas qualificadas (que sabem ler e escrever, bem como gerir seus negócios) diante dos níveis de escolaridade observados.

No que concerne à monitoria de comercialização, pairam certas dúvidas quanto à efetivação da mesma e dos benefícios para os pequenos produtores familiares em Manjacaze. Se existe de fato uma monitoria, ela é feita nas formas de procedimentos pós colheita e um esforço adicional por parte do INCAJU na comunicação dos preços praticados nos diferentes

lugares, por via de multimédias, radiofonia, palestras e reuniões. O resto fica totalmente por conta do mercado. Na sequência, o poder de comercialização reflete em um constrangimento para atuação e interesse dos sistemas de produção nos mercados, principalmente da castanha de caju. Essas implicações foram antes percebidas por diversos pesquisadores citados no estudo. Para o contexto de Manjacaze, as conclusões que se pode tirar não se diferem do que antes foi observado. A capacidade de barganha é inexistente, os preços continuam dependentes dos preços internacionais, da qualidade da castanha, do número de intermediários, do montante da castanha comercializado local de venda; sem contar com a fraca infraestrutura de comercialização, que inclui o sistema de transporte, as vias de acesso em estado precário, os meios de comunicação da informação real do mercado que chega debilitada junto à comunidade.

É verdade que o INCAJU tem estimulado condutas de organização em grupos entre os produtores, entretanto, nada que seja de forma organizada e regulamentada. Considerando o atual cenário econômico de Moçambique, ditado pelos programas de ajuste estrutural, o de livre mercado, primar por um liberalismo integral certamente compromete o andamento dos sistemas de produção e o produto fundamental a eles relacionado, principalmente porque desempenha um papel estratégico e importante para o país.

Nesta lógica, sendo o caju um produto agrícola que desempenha esse papel fundamental, como matéria prima para outros setores de atividades e fonte de divisas com a exportação, é fundamental fortalecer as unidades de exploração familiares no seu papel de produção agrícola, respondendo simultaneamente à economia nacional e ao mercado internacional. Encontrando novas formas de comercialização que protejam mais os produtores, capazes de eliminar o poder monopsónico dos comerciantes da castanha de caju,

diminuindo o número de intermediários que fragiliza as unidades com relação ao preço, conseqüentemente comprometendo e desestimulando a consecução dos programas do Estado.

Os fatos até aqui apresentados respondem alguns objetivos levantados no estudo. Existem sim instrumentos institucionais e governamentais em benefício dos pequenos produtores de caju para o distrito de Manjacaze, assim como para qualquer outra região produtora de caju em Moçambique. Entretanto, nas análises dos mesmos, observou-se que as próprias intervenções governamentais encontram suas limitações de cobertura para todos os produtores. Adicionalmente, conclui-se que, da forma como estão condicionados os programas, não fortalece a atuação das unidades produtivas no mercado, o que diminui as possibilidades de rendas maiores com a venda da castanha de caju.

O uso da abordagem sistêmica, alicerçada às observações de campo, além de ter possibilitado distinguir os diferentes sistemas, evidenciou que, antes de uma cultura de rendimento, o caju é a melhor fonte de sobrevivência das famílias, resolvendo os casos de fome, vitaminas e receitas, sendo por isso considerada também uma cultura de sobrevivência. As unidades produtivas de Manjacaze têm uma experiência secular com a cultura e com processamento do pedúnculo em sumos e aguardente artesanalmente fabricados. Entretanto, as famílias não enxergam e/ou não tomam como relevante o fato de fazer parte de uma cadeia produtiva, da qual participam como fornecedores de matéria prima para a indústria, bem como nas metas de exportação estabelecidas pelos agentes exportadores. A opção mostrada por alguns produtores, de guardar a mercadoria caso não observem um preço “justo” a eles pago, sustenta esta posição.

Contudo, observou-se um comportamento racional de utilização da produção de caju, fundamentalmente com relação ao processamento do falso fruto. Ainda que as condições de

processamento e de conservação não sejam as mais recomendáveis e aceitáveis aos padrões de qualidade exigidos nos mercados formais, ficando restrito a um grupo de consumidores locais ou àqueles que se ligam às tradições e hábitos culturais (que no fim pode ser qualquer consumidor comum), sabe-se que as receitas provenientes com a venda de tais bebidas contribuem no rendimento total das unidades familiares, possibilitam aos produtores a negociação de preços que não encontram com a venda da castanha de caju. Portanto, as famílias se percebem como parte de um mercado consumidor de bebidas alcoólicas do qual eles são os fornecedores de tal produto.

De forma geral, a escolha da abordagem sistêmica como método de análise das unidades produtivas de Manjacaze mostrou coerência para com os objetivos traçados. De fato, a relação entre a cultura de caju e outras culturas alimentares foi observada por meio de consórcio numa mesma área agrícola. Ficou evidente ainda que, numa mesma unidade produtiva, eram desenvolvidas diversas atividades além da atividade agrícola. Isso possibilitou enxergar casos de existência de pluriatividade nas unidades produtivas, uma preposição dada pela abordagem sistêmica de análise.

Existe, nos sistemas de produção, uma característica relevante de relações sociais. O fator “terra” natal é, na verdade, a “casa” e prevalece para a permanência e construção da família na unidade e continuidade da atividade agrícola. Preposições teóricas de questionamento do campesinato encontraram limitações para explicar este fato, o que leva a conclusão de que as formas de organização das atividades, as decisões tomadas, bem como a orientação com relação ao mercado não se mostraram compatíveis para métodos de análise unicamente econômicos em que terra, trabalho e capital são tomados como fatores de produção. Existe uma total interação entre as atividades desenvolvidas nas unidades

produtivas, a utilização da força de trabalho disponível na família, as relações sociais às quais ligam as unidades produtivas entre elas e junto às comunidades que, de certa forma respeitam a um modo de vida próprio das comunidades rurais de Manjacaze.

Entretanto, na situação atual de orientação de produção do caju, o Estado precisa se envolver mais na compreensão e proteção ao segmento agrícola, que remete para algumas sugestões, primeiramente no interior das unidades produtivas, valorizando aspectos culturais característicos das comunidades. Seria mais conveniente para as famílias se fossem incluídos nos programas de monitoria simples orientações e técnicas de conservação que resultem em melhor aparência aos produtos e estendam a aceitabilidade das bebidas a um leque maior de consumidores, seria uma forma de reconhecimento e valorização desse conhecimento tradicional, ou preservação de hábitos culturais, ao mesmo tempo em que possibilitariam um maior poder de comercialização, onde de fato se move o mercado em domínio dos produtores.

Em segundo lugar, nos sistemas de produção e comunidades seriam produzidos efeitos mais desejáveis com o envolvimento maior das autoridades tradicionais, no sentido de sensibilizar as comunidades na adesão das tecnologias de produção. Desenvolvendo projetos e políticas que visem interromper o movimento atual de descapitalização das unidades produtivas e reduzir a migração da população mais jovem no campo, gerando empregos agrícolas e não agrícolas que estimulem o que já se observa em outras regiões de Moçambique no cuidado maior com os cajueiros.

No contexto externo aos sistemas, é fundamental que haja uma maior intervenção na comercialização, por meio de fiscalização, programas específicos de escoamento, ir além de incentivos a formação de grupos, mas apostando na regulamentação dos mesmos, criando bases sólidas de atuação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Edusp, 2007. 296p.
- AMILAI, Castilho Mussa. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários: situação e perspectivas para a agricultura e agricultores no perímetro irrigado de Chókwé/Moçambique**. Tese (Doutorado em desenvolvimento rural) Faculdade de ciência econômica, Universidade Federal do Rio Grande de Sul. Porto Alegre. 2008.
- ARAUJO, Manuel Garrido Mendes de. As aldeias comunais e o seu papel na distribuição territorial da população rural na República Popular de Moçambique. Disponível em: www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/198336/3607.pdf acessado em 17/03/2011.
- BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **A Política das Políticas Públicas. Progresso econômico e social na América Latina**. Elsevier Campus. Harvard University. 2006.
- BANDINI, Mario. **Economia Agrária**. Fundação Caloutste Guilbenkian. Lisboa. 1959
- BRAD, Paul. **Fábricas no Campo: Transformação Rural e Organização do Trabalho no Triângulo do Caju em Moçambique**. **TechnoServe**, Moçambique, 2008.
- BYÉ, Pascal e FONTE, Maria. Técnicas agrícolas e base científica. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre. 1992, (13)2, p.449-467.
- CABAÇO, José Luís. **Moçambique: novos traços em corpo envelhecido**. Moçambique. Disponível em: www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/livros/aladaa/cabaco.rtf acessado em 16/02/2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Plural Editores. Maputo Moçambique. 2005.

DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. EDUFBA. Salvador – Bahia. 2007, 326p.

EMBRAPA. Sistema de produção para manejo do cajueiro comum e recuperação de pomares improdutivos. Francisco Nelsieudes Sombra Oliveira (editor técnico). Fortaleza: **Embrapa Agroindústria Tropical**, 2004.

ERNEST e YOUNG (consultoria). **INCAJU**: plano diretor do subsetor do caju 2011-2015, Maputo, Moçambique, 2010

FARRÉ, Albert. Vínculos de sangue e estruturas de papel: ritos e territórios na história de Quême (Inhambane). In: **Análise Social**. Vol. XLIII, 2008, pp, 393-418.

FRANÇA, Caio Galvão de; ZANONI, Magda e MIGUEL, Lovois de Andrade. Apresentação. In: MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. **Histórias das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP. 2010

FRANCISCO, António Alberto da Silva. Evolução da economia de Moçambique da colônia à transição para a economia de mercado. In: ROLIN, C.; FRANCO, A.S.; BOLNICK, B eANDERSSON, P. (orgs). **A Economia de moçambicana contemporânea**. Ensaios, Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças. Moçambique. 2002, pp 15-43.

FERRARI, Marcos Adolfo Ribeiro. A economia evolucionária/neoschumpeteriana e o novo institucionalismo: em busca de explicação para a mudança tecnológica e institucional. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. Disponível em:

WWW.sep.org.br/artigo/364803942e9ded98ccbc90410a0d1b379b.pdf acessado em 29/07/2010.

FERREIRA, José Romualdo Carvalho. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de camaquã-RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento.** Dissertação (Mestrado em Economia Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre. 2001.

FRITZ FILHO, Luiz Fernando. **Análise das trajetórias das unidades de produção agrícola do município de Passo Fundo/RS.** Tese (Doutorado em desenvolvimento rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre. 2009

FUNDAÇÃO JOAQUIM CHISSANO (FJC) & GAPI SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS (GAPI-SI). Proposta de fomento do caju como produto estratégico nacional pelo papel estruturante e catalisador que pode desempenhar no desenvolvimento da economia rural moçambicana e combate a pobreza absoluta. **Iniciativa FJC-GAPI Mais Caju Moçambique: desafio e visão.** Por: António A. da Silva Francisco e Eliana Barrenho. Maputo, Moçambique. 2008

GEMO, Hélder R. Extensão rural em Moçambique: evolução, desafios e perspectivas (1975-2006). In: ALMEIDA, J (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique.** Porto Alegre, e-book. 2009, p. 149-183.

GMD – GRUPO MOÇAMBICANO DA DÍVIDA. Uma visão sobre o ProAgri. Maputo, Moçambique, 2004

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record. 2009.

GROBE-RUSCHKAMP, Alois e SEELIGE, Kathrin. **Análise da cadeia de valor do caju em Moçambique.** Iniciativa Africana do Caju, Acra, Gana. Publicado por: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (GTZ), Maputo, Moçambique. 2010.

HAYAMI, Y. E RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento agrícola:** teoria e experiências internacionais. Brasília: Embrapa-DPU. 1988

IIAM – INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA DE MOÇAMBIQUE. Estabelecimento de prioridades para a investigação agrária no sector público em Moçambique baseado nos dados do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA). **Relatório de pesquisa** no 3P. por T. Walker, R. Pitoro, A. Tomo, I. Siteo, C. Salência, R. Mahanzule, C. Donovan e F. Mazuze. Moçambique. 2006.

INCAJU – INSTITUTO DE FOMENTO DO CAJU. **Subsector do Caju em Moçambique:** 2000-2007. INCAJU. Maputo. Moçambique. 2008.

_____. **Programa de intensificação da produção e distribuição de mudas de cajueiro (IPDM).** INCAJU. Maputo, Moçambique. 2009

_____. **Evolução do subsector do caju:** 2006-2010. INCAJU. Maputo, Moçambique. 2010.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Plano Director:** Censo agropecuário 2009/2010. INE - Moçambique. 2009.

_____. **Estatísticas do distrito de Manjacaze-Dingane.** INE. Moçambique. 2008

JAKOBSEN, Kjeld e CARVALHO, Daniela Sampaio de. Da Pós-independência ao Projecto Neoliberal e os Desafios para os Trabalhadores na África Austral: Análise Comparativa de Moçambique, Ilhas Maurício e Tanzânia. 2008. Disponível em:

www.global.labour.university.org.unicamp.2008.pdf acessado em 12/02/2009

JOSÉ, André Cristiano. Neoliberalismo e Crise do Trabalho em Moçambique: O caso do Caju. Maputo. 2005. Disponível em:

http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611_neoliberalismo_mocambique.pdf

acessado em 12/02/2009.

_____. **Narrativas da resistência contra as “promessas sem destino”: crise da indústria de caju e lutas do quotidiano em Angoche.** Dissertação (Mestrado em sociologia). Universidade de Coimbra. Disponível em:

https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/12978/1/dissertacao_AndreCristianoJose_Abril_2009.pdf acessado em 24/03/11.

JORNAL SAVANA. Moçambique tem que parar de pedir investimento estrangeiro. Entrevista com Joseph Hanlon em 05/12/2008. **Jornal Savana.** Disponível em:

<http://www.savana.co.mz/arquivo/268-mocambique-tem-que-parar-de-pedir-investimento-estrangeiro> acessado em 04/06/2009.

JUNOD, Henri A. **Usos e costumes dos Bantu** (Tomo I: vida social). Maputo: Arquivo histórico de Moçambique. 1996.

KANJI, Nazneen; VIJFHUIZEN, Carin; ARTUR, Luis e BRAGA, Carla. Liberalização, gênero e meios de sustento: castanha de caju em Moçambique. **IIED**, Moçambique, 2004.

LEI DE TERRAS Nº 19/97. Moçambique. 1997.

LEITE, Joana. (2000). A guerra do Caju e as Relações Moçambique – Índia na Época Pós-colonial. **Lusotopie**. 2000, p. 295-332. Disponível em:

www.losotopie.sciencepobordeaux.fr/leite.rtf acessado em 12/02/2009.

LIMA et alli. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. 3ª ed. Ijuí: Unijuí, 2005. 224p.

LOURENÇO, Vítor Alexandre. Entre Estado e autoridades tradicionais em Moçambique: velhas aporias ou novas possibilidades políticas. In: **Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais**. 2007, p. 195-207.

LOW, Jan; MARRULE, Higino; BOUGHTON, Duncan e PITORO, Raúl. A regulamentação de comercialização de castanha de caju: como torná-la um instrumento revitalizador do sub-sector cajueiro em Moçambique. **Flash** no 25P. Resultados das Investigações do Departamento de Análise de Políticas. Ministério da Agricultura. 2001.

MACAUHUB. Campanha de comercialização da castanha de caju na provincial de Nampula, Moçambique, vai iniciar-se. In: **Club of Mozambique, Lda** – Biggest Online Publisher. 2010. Disponível em:

<http://www.clubofmozambique.com/pt/sectionnews.php?secao=economia&id=17510&tipo=online>. Acessado em 02/04/11.

MADER - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Oportunidades de desenvolvimento do setor familiar de caju e sua relação com a segurança alimentar na Província de Nampula, Moçambique. **Relatório de Pesquisa** Nr 42 Por Paulo Nicua Mole. Direcção de economia. 2000.

MAE - MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. Perfil do distrito de Mandlakaze: província de Gaza. Moçambique: **MEA**. 2005

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP. 2010.

MARQUES, J. Montalvão. **Esboço para uma monografia agrícola do Posto Sede dos Muchopes e de alguns regulados de Chibuto**. Memórias da junta de investigação do ultramar no 22. Lisboa: ISRIC – Tipografia Minerva. 1960

McMILLAN, Margaret; RODRIK, Dani e WECH, karen Horn. When Economic Reform Goes Wrong: Cashews in Mozambique. RWP02-028. 2002.

MF – MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. Auditoria de desempenho ao setor agrário. Por EUROSIS – Consultoria e formação em gestão. Maputo, Moçambique, 2010

MPD e MF - MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. Procedimentos para a Implementação de Projectos de Geração de Rendimento, Emprego e Produção de Alimentos a Nível Distrital. Maputo. Moçambique. 2007.

MIRA, Feliciano de. Processos de transição económica e responsabilidades Políticas em Moçambique. In: **Latitudes**. 2005. n° 25, p 17-20. Disponível em: www.revues.plurielles.org (12/02/2009)

MOLE, Paulo Nicua. **An Economic Analysis of Smallholder Cashew Development Opportunities and Linkages to Food Security in Mozambique's Northern Province of Nampula**. Ph.D. Dissertation, Michigan State University. 2000.

MORIN, Edgar. **O método: 1 a natureza da natureza**. 2ª Ed. Publicações Europa-América. 1977.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique: Século XX**. Lisboa: Instituto Piaget. 2005.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Estudos Avancados** 15 (43). 2001, p. 83-100.

NEGRÃO, José. Contribuição para História de Moçambique. In: **Canal de Moçambique**, p. 82-84. Disponível em: http://macua.blogs.com/mocambique_para_todos acessado em 16/03/2009.

NOVUNGA, Boaventura. Reforma agrária e desenvolvimento rural em Moçambique: situação atual e perspectivas. Apresentação em Conferência, **FAO**. 2006, pp 22.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org), **A diversidade da Agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS. 2006, p 13-54.

_____ **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

RADOMSKY, Guilherme F. Waterloo. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p 104-133

RIBEIRO, Fernando Bessa. **Sistema mundial, Manjacaze e fábricas de caju: uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique**. Tese (Doutorado). Universidade de Trás-os-Montes e Aldo Douro. Vila Real. 2004.

_____. A questão fundiária em Mocambique: dinamicas globais, atores e interesses locais. **Congresso africanista na Covilhã**, 2006, pp 15

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p 215-239.

SAMBO, Book. Estratégias de Desenvolvimento Rural: sucessos e retrocessos. Maputo. 2008. Disponível em: WWW.booksambo.net acessado em 23/04/2009.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SCHNEIDER, S; CONTERATO, M. C.; KOPPE, L. R. e SILVA, C. C. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 134-164.

SCHULTZ, Theodore W. A transformação da agricultura tradicional. In: **Revista Brasileira de Inovação**. Volume 4, número 1, pp.9-55, janeiro/junho 2005.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C. e SIMÃO, A. A. O uso de análise de conteúdo como uma ferramenta para pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. Minas Gerais. 2004

SUBUHANA, Carlos. Minha História/Trajatória de Vida Inserida na Problemática da Construção da Cidadania e da Nação Moçambicana. Disponível em:

<http://www.casadasafricas.org.br> acessado em 23/02/2009.

TECHNOSERVE. O Impacto do Empreendedorismo na Economia Distrital: O Exemplo da Indústria de Caju. Slides de comemoração do décimo aniversário da **TECHNOSERVE** em Moçambique. 2008

UEM – UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE/Departamento de História. **História de Moçambique: agressão imperialista (1886-1930)**. vol. 2. Cadernos Tempo. Maputo. 1983.

USAID/BRASIL. Inserção de Micro e Pequenas Empresas no Mercado Internacional: Análise da Indústria da Castanha de Caju. Publicação produzida para revisão da Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional. **USAID/BRASIL**. 2006.

VIEIRA, E. Democracia e política social. São Paulo, Cortez, Autores associados. 1992.

VALA, Salim Cripton. A Riqueza esta no Campo: Economia Rural, Financiamento aos Empreendedores e Fortalecimento Institucional em Moçambique. **IESE**, Maputo. 2007.

Revistas eletrônicas

KUMBUKILAH. Mega-projetosvs desenvolvimento em Moçambique. Fev./2010.

http://kumbukilah.blogspot.com/2010/02/megaprojetosvsdesenvolvimento_em.html

Acessado em 29/07/2010.

OJE/LUSA. Fundação alumínio Mozal é a maior empresa de Moçambique. 2008.

<http://www.destakes.com/redir/05b1c4756b783d90444692a682392088>

Acessado em 29/07/2010.

Sites visitados

IIAM: Estratégias e prioridades de desenvolvimento agrário.

<http://www.iiam.gov.mz/images/legis/agrario.pdf> acessado em 16/09/2009.

Portal do Governo: http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/mapa_mocambique.jpg

- Mapa 1

APÊNDICES

Entrevistas realizadas

Tabela 6: Participantes da pesquisa de campo

Participantes da pesquisa de campo		Instituição
07	Gestores/funcionários	INCAJU
02	Pesquisadores	SOCIEDADE CIVIL
02	Pesquisadores/funcionários	IIAM
01	Pesquisador/funcionário	TECHNOSERVE
01	Consultor independente	SOCIEDADE CIVIL
03	Provedores de serviços	
01	Gestor	ONG
02	Líderes comunitários	
20	Produtores	

Nota: os três provedores de serviço indicados na tabela tratam-se das entrevistas realizadas para a revalidação nos distritos de Bilene e Chibuto. No grupo dos 20 produtores, oito são também provedores e dois são também líderes comunitários.

Roteiro de Entrevistas 1 - Especialistas e pesquisadores (organizações, associações e estudiosos da sociedade civil)

Este roteiro de entrevista é parte de uma pesquisa acadêmica voltada aos sistemas produtivos agrícolas nos pequenos agricultores familiares do caju em Manjacaze, província de Gaza. Pretende-se colher informação quanto possíveis sobre as formas de atuação do aparato institucional e organizacional que expliquem as características, limitações e possibilidades decorrentes desses sistemas para a produção de caju, como alternativa de sobrevivência das famílias rurais. As informações aqui coletadas serão usadas de forma unicamente acadêmica, fato que terá a liberdade de dizer se prefere o anonimato ou se de alguma forma poder-se-á citar seu nome.

Dados de identificação

Nome do entrevistado _____

Empresa ou instituição _____

Cargo _____

Título _____

Email _____

Exige anonimato? _____

Assistência técnica

1. A cultura de caju é de extrema importância para a economia do país e particularmente para os pequenos produtores familiares. Neste grupo ela é fonte de aquisição de renda, alimento, fortalecimento das relações sociais, entre outros atributos. Entretanto, com os níveis de produção abaixo do desejado para o país, bem como para os produtores de caju, a atuação do INCAJU torna-se fundamental no processo de reposição do cajual. Com base nesta afirmação responda:

- a) Saberá dizer se a participação do INCAJU em programas de assistência técnica, por meio de capacitação ou orientação sobre tecnologias de cultivo de caju é condizente com as necessidades dos pequenos produtores de caju?

- b) Saberá informar se existe algum outro órgão público, organização governamental ou não governamental que oferece assistência técnica? Quem fornece?

_____ Com
que regularidade ou frequência as famílias rurais são assistidas?

2. Sabe-se que a característica básica dos sistemas de produção dos pequenos produtores familiares do caju é a diversificação. Com base nesta afirmação responda:

- a) Poderá dizer se existe concordância ou algum nível de dificuldade para a adoção das orientações recebidas dos extensionistas e o uso de tecnologias disponíveis para a cultura de caju nos pequenos produtores familiares de Manjacaze?

b) Se não há concordância, por que motivo acha que tal fato vem ocorrendo?

Insumos agrícolas

3. Sabe-se que o INCAJU tem um programa abrangente de produção e distribuição de mudas de cajueiros e as pesquisas atuais visam ao melhoramento dos clones de cajueiros apropriados ao país.

a) Saberá dizer se as novas variedades de mudas e clones de cajueiro são adequadas às condições dos pequenos produtores de caju de modo que não entrem em conflito com o resto das culturas?

b) Acha que no distrito de Manjacaze existe acessibilidade (em termos de preços e locais de comercialização), para que o pequeno produtor familiar tenha acesso a essas variedades de mudas?

c) Saberá informar se os pequenos produtores familiares têm consciência das reais características e importância dessas variedades de mudas, de modo a fazerem uso delas na renovação dos cajuais?

4. Saberá informar se algum órgão público, organização governamental – além do INCAJU – ou não governamental tem programas de pesquisas direcionadas ao caju? Se sim quais as instituições e quais os direcionamentos das pesquisas?

5. Saberá informar algum órgão público, além do INCAJU, empresa, cooperativa, associações ou organizações tem programas de compra de insumos, sua distribuição ou venda subsidiada aos pequenos produtores familiares de caju? Se sim quais instituições?

Comercialização

6. Saberá informar se existe algum órgão público, organização, cooperativa ou associação organizada na comercialização da produção de caju? Se sim existe alguma representação em Manjacaze?

7. Em sua opinião quais podem ser os problemas que os pequenos produtores familiares de caju encontram para o escoamento e comercialização da sua produção no distrito de Manjacaze?

8. Sabe-se que até ao presente momento, o cajueiro apenas gera uma cadeia de negócios em torno da castanha do caju. Entretanto, de todos derivados do cajueiro as famílias garantem a segurança alimentar, o alimento, a qualidade de vida, o fortalecimento das relações sociais.

Em sua opinião por que motivos a comercialização do pedúnculo (falso fruto) não se verifica nos mercados formais?

9. Em sua opinião quais seriam os principais fatores que determinam o preço da castanha de caju em Moçambique?

10. Em sua opinião os pequenos produtores familiares de caju tem algum poder de negociação do preço da castanha de caju junto aos compradores?

Crédito agrícola

11. Saberá informar se existe uma política de crédito dirigida aos produtores de caju e que condições exigem para o seu acesso?

12. Sabe-se que o governo central disponibiliza para os distritos um orçamento de investimento para iniciativas locais (OIL). Baseado nesta afirmação responda as seguintes questões:

a) Dispõe de alguma informação sobre o uso deste fundo em algum projeto do caju no âmbito dos pequenos produtores familiares? Se sim em que situações?

b) Se não poderia apontar algumas razões que constituíssem impedimento para que os pequenos produtores do caju em Manjacaze não se beneficiam deste fundo?

Outras informações

13. Em sua opinião quais podem ser as limitações de atuação do aparato institucional e organizacional junto aos pequenos produtores do caju em Manjacaze?

14. De uma forma geral poderia listar aquelas que considera serem as limitações atuais e futuras do desenvolvimento da cultura do caju como alternativa a sobrevivência dos pequenos produtores familiares do caju em Manjacaze?

Obrigada pela sua disponibilidade e valiosa contribuição.

Maria Albertina Chambe

Roteiro de Entrevistas 2 – Gestores e pesquisadores governamentais

Este roteiro de entrevista é parte de uma pesquisa acadêmica voltada aos sistemas produtivos agrícolas nos pequenos agricultores familiares do caju em Manjacaze, província de Gaza. Pretende-se colher informação quanto possíveis sobre as formas de atuação do aparato institucional e organizacional que expliquem as características, limitações e possibilidades decorrentes desses sistemas para a produção de caju, como alternativa de sobrevivência das famílias rurais. As informações aqui coletadas serão usadas de forma unicamente acadêmica, fato que terá a liberdade de dizer se prefere o anonimato ou se de alguma forma poderei citar seu nome.

Dados de identificação

Nome do entrevistado _____

Empresa ou instituição _____

Cargo _____

Título _____

Email _____

Exige anonimato? _____

Assistência técnica

15. O INCAJU tem algum programa de assistência técnica, por meio de capacitação ou orientação sobre tecnologias de cultivo de caju?

16. Existe algum outro órgão público, organização governamental ou não governamental que oferece assistência técnica? Quem fornece?

17. Em Manjacaze o INCAJU tem algum programa específico de assistência técnica direcionada aos pequenos produtores familiares de caju? Se sim especifique.

18. Com que regularidade ou frequência as famílias rurais são assistidas?

19. Sabe-se que a característica básica dos sistemas de produção dos pequenos produtores familiares do caju é a diversificação. Com base nesta afirmação responda:

c) Poderia dizer se existe concordância ou algum nível de dificuldade para a adoção das orientações recebidas e o uso de tecnologias disponíveis para a cultura de caju nos pequenos produtores familiares de Manjacaze?

d) Se não há concordância, por que motivo acha que tal fato vem ocorrendo?

Insumos agrícolas

20. O INCAJU tem em curso ou concluídos programas de pesquisa sobre o caju? Se sim quais os direcionamentos de pesquisa?

21. Existe algum outro órgão público, organização governamental ou não governamental que participa com programas de pesquisas direcionadas ao caju? Se sim que instituições e quais os direcionamentos das pesquisas?

22. O INCAJU tem algum programa de compra de insumos, sua distribuição ou venda subsidiada aos pequenos produtores familiares de caju? Se sim que programas?

23. Existe algum outro órgão (programa) público, empresa, cooperativa, associações ou organizações na compra, distribuição ou venda subsidiada de insumos aos pequenos produtores familiares de caju? Se sim que programas/instituições?

24. Sabe-se que o INCAJU tem um programa anual de pulverização de cajueiros. Esse programa é gratuito para os pequenos produtores familiares? ___ Sim ___ Não
Existe boa participação por parte dos pequenos produtores familiares do caju em Manjacaze? Se não por que motivo?

25. Sabe-se que o INCAJU tem um programa abrangente de produção e distribuição de mudas de cajueiros.

d) Essas variedades de mudas e clones de cajueiro são adequadas às condições dos pequenos produtores de caju de modo que não entrem em conflito com o resto das culturas?

e) Acha que no distrito de Manjacaze existe acessibilidade (em termos de preços e locais de comercialização), para que o pequeno produtor familiar tenha acesso a essas variedades de mudas?

f) Saberá informar se os pequenos produtores familiares têm consciência das reais características e importância dessas variedades de mudas, de modo a fazerem uso delas na renovação dos cajuais?

Comercialização

26. O INCAJU tem alguma forma de apoio específico para escoamento, armazenamento ou comercialização da produção dos pequenos produtores familiares de caju em Manjacaze?

27. Existe algum outro órgão público, organização, cooperativa ou associação organizada na comercialização da produção de caju? Se sim existe alguma representação em Manjacaze?

28. Em sua opinião quais podem ser os problemas que os pequenos produtores familiares de caju em Manjacaze encontram para o escoamento e comercialização da sua produção?

29. Sabe-se que até ao presente momento, o cajueiro apenas gera uma cadeia de negócios em torno da castanha do caju. Entretanto, através de todos derivados do cajueiro as famílias garantem a segurança alimentar, o alimento, a qualidade de vida, o fortalecimento das relações sociais.

a) Em sua opinião por que motivos a comercialização do pedúnculo (falso fruto) não se verifica nos mercados formais?

30. Em sua opinião quais seriam os principais fatores que determinam o preço da castanha de caju em Moçambique?

31. Em sua opinião acha que os pequenos produtores familiares de caju tem algum poder de negociação do preço da castanha de caju?

Crédito agrícola

32. Existe uma política de crédito dirigida aos produtores de caju e que condições exigem para o seu acesso?

33. Sabe-se que o governo central disponibiliza para os distritos um orçamento de investimento para iniciativas locais (OIL). Baseado nesta afirmação responda as seguintes questões:

c) Este fundo já foi aplicado em algum projeto do caju no âmbito dos pequenos produtores familiares? Se sim em que situações?

d) Se não poderia dizer por que razões os pequenos produtores não se beneficiam deste fundo?

Outras informações

34. Em sua opinião quais podem ser as limitações de atuação do aparato institucional e organizacional junto aos pequenos produtores do caju em Manjacaze?

35. De uma forma geral poderia listar aquelas que considera serem as limitações atuais e futuras do desenvolvimento da cultura do caju como alternativa a sobrevivência dos pequenos produtores familiares do caju em Manjacaze?

Obrigada pela sua disponibilidade e valiosa contribuição.

Maria Albertina Chambe

Roteiro 3 _ Estudo da unidade produtiva familiar

1. Identificação da unidade produtiva

Nome do responsável pela família _____

Escolaridade _____

Localidade _____

Aldeia _____

Permite que divulgue seu nome? _____

1.1. Agregado familiar

Nome	Parentesco	Idade	Sexo	Estudante/ Trabalhador	Atividade/ Profissão

1.2. As decisões das atividades na unidade familiar são participativas?

com o marido com a mulher com os filho
de outras formas

1.3. Desde quando habita na localidade/aldeia? _____

1.4. Tem disponibilidade de terra?

só para habitação só para machamba habitação/machambas

1.5. Como obteve?

herança _____ por parte de quem? _____

empréstimo _____ a quem pertence? _____ por quanto tempo? _____ qual a
forma de contrato? oral escrito outra _____

troca _____ de que forma foi efetuada a troca? _____

outras formas _____

1.6. Quantas machambas possuem e trabalham nelas? _____

1.7. Sabe dizer se tem registro da área que possui?

Não Sim: quanto possui de área? _____

1.8. Considera suficientes as machambas que possui para trabalho? _____

1.9. Que tipo de habitação possui?

pau-a-pique alvenaria adobe caniço macute

1.10. Tem latrina privada para a família? não sim

1.11. Onde busca água potável?

poço coletivo fontenária pública poço próprio cisterna coletiva

cisterna própria busca no rio

1.12. Lista de bens próprios, alugados ou emprestados

Especificação	próprio	alugado	empréstimo sem custo	ano de aquisição	finalidade
Trator					
Carro					

Moto					
Bicicleta					
Gerador					
painel solar					
Televisão					
Rádio					
Celeiro					
alfaia agrícola					
Charua					
Semeador					
enxada/cabo curto					
enxada/cabo comprido					
Foice					
Catana					
Machado					
lima/pedra esmeril					

2. Atividades desenvolvidas na unidade familiar

2.1. Que tipo de atividade desenvolve na unidade familiar?

apenas agricultura apenas pecuária agricultura/pecuária outras_

2.2. Na atividade agrícola, que tipo de culturas tem?

Especificação da cultura	Temporária/ Permanente	Qd	Destino da Produção				Preço de venda
			Consumo	Venda	Cerimônias tradicionais	Reprodução semente	

2.3. Na atividade pecuária que tipo de animais tem?

Especificação da criação	Área de Pastagem	Qd	Destino da Produção				Preço de venda
			Consumo	Venda	Cerimônias tradicionais	Reprodução	
Bovino							
Caprino							
Suíno							
Ouvíno							
Patos							
Galinhas							
Outros							

2.4. Possui alguma atividade de artesanato ou de outra natureza desenvolvida por algum membro da família?

Especificação	Quem	Qd	Destino da Produção				Preço de
			Consumo	Venda	Cerimonias	Reprodução	

da atividade	Produz				tradicionais			venda

2.5. Qual atividade/cultura considera principal?

2.6. Quando começou com as plantações de cajueiro?

antes da independência depois da independência recentemente: quando? _____

2.7. O que o motivou a investir na cultura do caju? _____

2.8. Tem por hábito consumir ou vender o pedúnculo in natura? () sim () não.

2.9. Quando vende onde vende e qual preço de venda?

2.10. Faz algum processamento artesanal na produção do caju da unidade familiar?

Especificação do produto	Processa	Qd	Destino da Produção					Preço de venda
			Consumo	Venda	Cerimônias Tradicionais	Reprodução semente	Outros	
Pedúnculo								
Castanha								
Pedúnculo/castanha								
Outros								

2.11. O que processa vai tudo para venda?

2.12. Considera possível sobreviver do cajueiro?

2.13. Possui alguma outra fonte de renda que não seja destas atividades descritas acima?

não sim Quais as fontes? _____

3. Ocupação da mão de obra familiar

3.1. Todas as pessoas com quem reside ajudam no trabalho da unidade familiar? _____

3.2. Em que época do ano precisa de mais trabalho para se dedicar ao cajueiro?

durante a colheita no período das doenças/ pulverização durante a poda
 na limpeza com a sacha

3.3. Precisa de se abdicar de outras atividades para se dedicar mais ao caju? _____

3.4. Precisa aceitar apanhadores de caju para recolher a sua produção nas machambas?
 não sim: como é feito o acordo? _____

3.5. Alguém da unidade produtiva trabalha como apanhador de caju? _____

4. Apoios recebidos na unidade familiar

4.1. Sabe que instituição do Estado está ligada ao caju?

não sim: qual? _____

4.2. Sabe da existência de mudas de cajueiro fornecidas pelo Incaju?

não sim

4.3. Alguma vez já foi informado sobre a importância das mudas para renovação do seu caju? não sim

4.4. Como adquire suas mudas?

compra: preço de compra _____

reproduz na unidade: que tipo de sementes usa? _____

- adquire através de apoios do Incaju
- 4.5. Sabe da existência de extencionistas que apóiam no tratamento dos cajueiros?
 não sim
- 4.6. Costuma pulverizar seus cajueiros?
 não: por quê? _____
 sim: paga por isso? _____ quanto? _____
- 4.7. Tem alguma dificuldade na produção, escoamento e comercialização da produção de caju
 na produção _____
 no escoamento _____
 na comercialização _____
- 4.8. Pensa em continuar com a produção nas mesmas condições? _____
- 4.9. Alguma outra razão que não seja vender sua produção o liga ao cajueiro _____
- 4.10. Qual considera ser o período de grande marco na história da produção de caju em Manjacaze? _____